

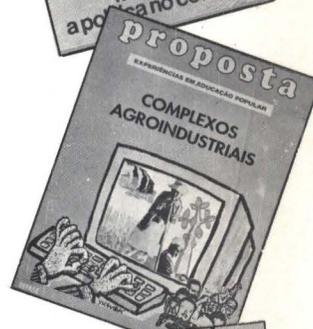
# proposta

EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO POPULAR

**Desenvolvimento  
e Meio Ambiente**

# COMPLETE SUA COLEÇÃO DE

## **proposta**



- Nº 56  
Meio ambiente e desenvolvimento
- Nº 55  
Trabalho e cidadania nos complexos agroindustriais
- Nº 54  
Democratizando a gestão da cidade
- Nº 53  
Qual desenvolvimento?
- Nº 52  
Educação básica: essa crise tem solução
- Nº 51  
A questão étnica e os movimentos sociais
- Nº 50  
Organização sindical nos locais de trabalho
- Nº 49  
Violência e direitos humanos: uma guerra no Brasil
- Nº 48  
Amazônia oriental: trabalhadores rurais e meio ambiente
- Nº 46  
Barragens: movimento ecológico e luta pela vida
- Nº 45  
Administrações populares
- Nº 44  
Trabalhadores rurais: fazer nossa a política agrícola
- Nº 43  
Vídeo popular: as outras cores da imagem
- Nº 42  
Assalariados rurais: para onde vai a organização?
- Nº 41  
Mulheres: a política no cotidiano
- Nº 40  
Comissões de fábrica: uma década do novo sindicalismo
- Nº 39  
Lutas urbanas: o desafio da articulação
- Nº 38  
Pescadores artesanais: entre o passado e o futuro
- Nº 36  
Agricultura alternativa: viabilizando a pequena produção
- Nº 34  
Luta e organização camponesa: balanço de um trabalho alternativo
- Nº 33  
Operário em construção
- Nº 32  
Norte sul: a cooperação internacional e as iniciativas privadas
- Nº 27  
Tecnologias alternativas na agricultura

**ASSINATURA ANUAL**  
**Cr\$ 150.000,**

**Número Avulso**  
**Cr\$ 40.000,**

**(021) 286-1598**

Rua das Palmeiras, 90 - 22270-070 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

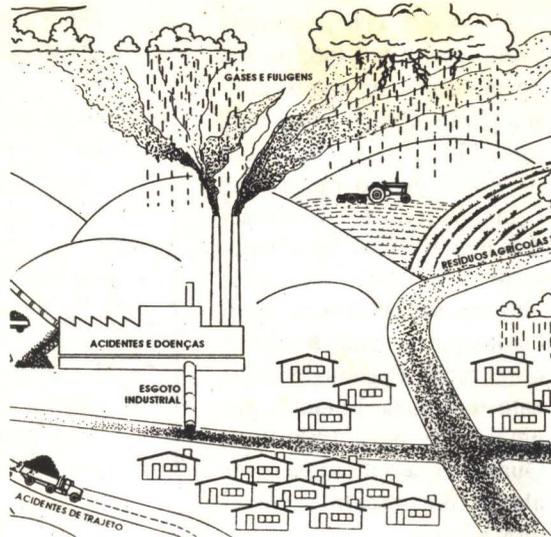
## Desenvolvimento e meio ambiente

### Sumário

Cartas .....	2
<b>Editorial</b> (Desenvolvimento e meio ambiente) .....	4
<b>Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito</b> (Henri Acslrad) .....	5
<b>Dinâmicas regionais da luta ambiental - O movimento em Santa Catarina</b> (Míriam Prochnov) .....	9
<b>A dinâmica do movimento ambientalista na Bahia</b> (Renato Paes da Cunha) .....	11
<b>Os rumos do movimento ambientalista</b> (Hubert Guérault) .....	15
<b>Os ecos da Eco na Alemanha em tempos de crise</b> (Thomas Fatheuer) .....	18
<b>Ecos e significados da presença e intervenção das mulheres na Eco-92</b> (Sonia Correa) .....	22
<b>Qual desenvolvimento para a Amazônia?</b> (Paulo Oliveria Júnior e Jean-Pierre Leroy) .....	27
<b>À procura de uma política industrial</b> (Entrevista com Fábio Erber) .....	30
<b>Os movimentos populares e a questão ambiental</b> (Paulo Sérgio Muçouçah) .....	33
<b>Como a cidade vê a luta pela preservação do meio ambiente?</b> (Debate) .....	37
<b>O movimento ambiental e as questões sociais</b> (João Paulo Capobianco) .....	41
<b>Organizações não-governamentais: as mediadoras entre o Estado e a sociedade</b> (Consuelo Pamplona) .....	44
<b>Leitura</b> (Da redação) .....	48
<b>Vídeos</b> (Da redação) .....	50

Próximo número:

Revisão constitucional e cidadania



Mapas de risco: um levantamento das ameaças, nos locais de trabalho, à saúde e à segurança do trabalhador (página 33)



A aceleração dos ritmos de exploração da natureza termina por chocar-se com os ritmos de regeneração dos próprios ecossistemas (página 5)



Parece que as preocupações da Rio-92 sumiram do mapa (página 18)

## CARTAS

**CARTAS** é um espaço aberto aos leitores de **Proposta** para troca de informações, críticas, polêmicas, sugestões, etc. As cartas devem vir assinadas e com endereço do remetente. Podem ser selecionadas para publicação no todo ou em parte. Devem ser enviadas para revista **Proposta**, Rua Bento Lisboa, 58 - Catete, Rio de Janeiro, RJ, CEP 22221-011.

### Sindicato pede ajuda



Companheiros da FASE,

Em 1984 iniciou-se o movimento sindical em Porto de Moz, norte do Estado do Pará, com uma diretoria pelega que nada fazia pelos interesses da categoria.

A nossa chapa ganhou as eleições em 1986, depois de mobilizar os companheiros para a formação de uma oposição sindical. No início de nossa gestão deparamos com uma série de coisas erradas que tivemos de regularizar como, por exemplo, eliminar uma porção de associados que não eram trabalhadores rurais. Pegamos o sindicato sem nada. Lutamos por uma sede para trabalhar. Quando queremos escrever algum documento recorremos à igreja.

Sem nenhuma infraestrutura temos dificuldade em fazer o movimento avançar especialmente pela falta de informação, equipamentos e recursos humanos. Somos vizinhos do município de Gurupá onde a luta, que se iniciou em 1975, é hoje uma história mundialmente conhecida. Lamentamos muito o nosso isolamento do resto do estado e por isso mesmo decidimos escrever pedindo apoio de entidades ou pessoas que possam nos ajudar. Necessitamos principalmente de máquina de escrever, calculadora e, para os trabalhos de formação, um videocassete e uma televisão. Ficaremos gratos com qualquer doação.

*Clodoaldo Lima  
Gonçalves*

Presidente do  
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porto de Moz, Pará.

### Proposta no Zimbabwe



Sou missionária na província de Manica, no Zimbabwe. Temos uma equipe de formação de animadores populares. Trabalhamos na formação de comunidades rurais tentando conscientizar a população. Tenho lido resenhas da revista **Proposta** e estou muito interessada em recebê-la.

Aqui no Zimbabwe há pouco material sobre animação popular das comunidades rurais. A nossa missão e a nossa diocese começaram há pouco tempo e ainda não dispomos de muita ajuda. Mas penso que a revista não será cara, sendo para educação popular. Se tiverem alguma outra publicação também estaria interessada.

Dando-lhes as graças pela vossa amabilidade e vosso trabalho,

*Begona Iñarra*  
P.O. Box 70  
Mount Selinda-  
Manica / Zimbabwe

### A voz e a vez das mulheres

Às companheiras,  
Até 1989 o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM - foi o espaço governamental que abrigou a pluralidade do movimento de mulheres, introduzindo uma prática de atuação nova no âmbito governamental. Este conselho foi descaracterizado durante o governo Collor, marcando um flagrante retrocesso no processo democrático brasileiro. O momento atual de desgaste da ética e da cidadania reabre perspectivas para a recuperação desse importante espaço.

Durante o encontro, em outubro de 92 no Rio de Janeiro, de mulheres de vários estados do Brasil, organizado pela Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação - Cepia, definiu-se que o Fórum Nacional de Presidentas de Conselhos Estaduais e Municipais, as Redes Feministas, os Movimentos e Grupos Autônomos, as ONGs que trabalham com a questão da mulher solicitem audiência com o ministro da Justiça para reivindicar uma reestruturação total do órgão, visando recuperar sua legitimidade, pluralidade e capacidade efetiva de responder aos anseios das mulheres brasileiras.

Pretendemos que o ministro assuma o compro-

**FASE-NACIONAL**  
Rua Bento Lisboa, 58 Catete  
22221-011 Rio de Janeiro RJ  
Tel.: (021) 2852998

Rua das Palmeiras, 90 Botafogo  
22270-070 Rio de Janeiro RJ  
Tel.: (021) 2861598

**FASE-RIO**  
Av. Presidente Wilson, 113/1302 Centro  
20030-020 Rio de Janeiro RJ  
Tel.: (021) 2207198 e 2622565

**FASE-SÃO PAULO**  
Rua Loeffgren, 1651 - C/6  
Vila Clementino  
04040-032 São Paulo SP  
Tel.: (011) 5493888 e 5491307

**FASE-JABOTICABAL**  
Rua Mimi Alemagna, 37 Centro  
14870-000 Jaboticabal SP  
Tel.: (0163) 225219

**FASE-VITÓRIA**  
Rua Graciano Neves, 377/2º pavimento  
29015-330 Vitória ES  
Tel.: (027) 2237436

**FASE-PORTO ALEGRE**  
Rua Gaspar Martins, 470  
90220-160 Porto Alegre RS  
Tel.: (051) 2250787

**FASE-RECIFE**  
Rua do Paissandu, 419 Boa Vista  
50070-200 Recife PE  
Tel.: (081) 2215478

**FASE-MACEIÓ**  
Rua Gonçalves Dias, 62 Farol  
57021-330 Maceió AL  
Tel.: (082) 2210667

**FASE-ITABUNA**  
Rua Barão do Rio Branco, 93/ 1º andar  
Califórnia 45600-000 Itabuna BA  
Tel.: (073) 2114498

**FASE-BELÉM**  
Rua Bernal do Couto, 1329  
66055-080 Belém PA  
Tel.: (091) 8211716

**FASE-ABAIETUBA**  
Travessa Pedro Pinheiro Paes, 330  
Caixa Postal 25  
68440-000 Abaetetuba PA  
Tel.: (091) 7511181

**FASE-MARABÁ**  
Caixa Postal 73  
68508-970 Marabá PA  
Tel.: (091) 3221591

**FASE-SÃO LUÍS**  
Rua do Pespontão, 256 Centro  
65010-460 São Luís MA  
Tel.: (098) 2211175

**FASE-MANAUAS**  
Rua São Paulo, 404 São Jorge  
69033-180 Manaus AM  
Tel.: (092) 6716121

**FASE-VALE DO GUAPORÉ**  
Rua Darci de Freitas Queiróz, 1160 Centro  
78250-000 Pontes e Lacerda MT

misso de que essas redefinições sejam feitas a partir das sugestões do movimento organizado de mulheres num processo amplo de consulta e participação. Em vista do exposto pedimos às companheiras que entrem em contato para encaminhamento de propostas, sugestões e manifestação do interesse e disponibilidade de participação nesse processo.

Conselho Estadual da  
Condição Feminina  
Av. Paulista, 1776 -  
17º andar - Cerqueira César  
São Paulo - 01310

*Brazil Network, uma organização de intercâmbio entre sociedades civis do Brasil e dos Estados Unidos e, "Visiting Scholar da School of Advanced International Studies - SAIS - da Johns Hopkins University, em Washington D.C.. Ricardo Tavares estará trabalhando com estudos e contatos sobre políticas de ajuste estrutural e integração das Américas. A jornalista Consuelo Pamplona é a nova editora da revista Proposta.*

### Nota de falecimento

Comunicamos aos leitores e amigos o falecimento de nosso colega e companheiro Pedro Camilleri, no dia 18 de novembro de 1992 na praia de São Miguel em Ilhéus-BA.

Pedro nasceu em 15 de outubro de 1945, na Ilha de Malta, no mar Mediterrâneo. Veio ao Brasil como seminarista e se ordenou sacerdote no Paraná. Trabalhou sempre junto às lutas populares e sindicais, no Recife e em Manaus. Ultimamente trazia sua inestimável contribuição, seriedade e compromisso para com a equipe da FASE Itabuna, na Bahia.



Com esta edição, deixa a função de editor da revista **Proposta** o jornalista e cientista político Ricardo Tavares. Em 1993, Ricardo Tavares será "Visiting Associate" do

## Errata

Por um lapsos, publicamos no nº 55 da revista **Proposta** uma coluna incorreta na tabela do artigo "Infâncias perdidas: crianças e jovens cortadores de cana". O erro está na coluna "Total", referente ao número de entrevistados.

Publicamos abaixo a tabela correta.

IDADE	SEXO	ENTERV.	PAI	MÃE	IRMÃOS	TOTAL	SAL. MIN.
17	F	120	*	*	*	120	0,5
15	M	130	*	*	200	330	1,4
12	M	180	400	-	100	680	2,9
14	M	200	150	*	450	800	3,5
14	M	200	300	100	*	600	2,9
16	M	200	345	230	50	825	3,6
16	M	240	*	-	507	747	3,2
15	M	240	*	*	-	240	1,0
16	M	240	-	-	-	240	1,0
12	M	-	1000	-	-	1000	4,3

ANOTE ESTE NÚMERO

# 206-1598

NOVO TELEFONE  
PARA ATENDIMENTO AOS  
ASSINANTES DA REVISTA PROPOSTA

RESPONSÁVEL

Adelir Pires Gonçalves



**A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional** - é uma sociedade civil brasileira, de utilidade pública federal, sem fins lucrativos. Seu compromisso fundamental é com o desenvolvimento social e cultural de grupos e setores marginalizados da população, através de um trabalho de educação popular, nas áreas rural e urbana.

Situada no campo das Organizações não-Governamentais, a FASE define-se por um projeto institucional próprio, independente do Estado e dos partidos políticos. As ONGs são organizações vinculadas à sociedade civil, comprometidas com o processo de construção da autonomia de suas entidades representativas, ligadas aos movimentos populares.

Os principais beneficiários deste trabalho são os trabalhadores do campo - pequenos produtores, assalariados, sem terra - operários, moradores da periferia e favelas.

## Desenvolvimento e meio ambiente

Já repararam que quase não existem, no pequeno mundo das ONGs brasileiras não ambientalistas, entidades que se chamam de "desenvolvimento" ?

Tal ausência pode ser referida à conjuntura na qual a maioria das ONGs nasce: a ditadura. As entidades precisavam se distinguir do projeto de desenvolvimento oficial. Durante os anos 80, essas ONGs contribuíram positivamente à entrada no palco da sociedade organizada, de novos sujeitos sociais. Mas ainda colocavam-se numa atitude de resistência, mais do que propositiva.

Virou-se essa página. Queremos que todos sejam sujeitos ativos na construção de um projeto de desenvolvimento para o país. Desenvolvimento que comporta várias dimensões: política, econômica, espiritual, social, cultural e ambiental.

Este número de **Proposta** se insere neste movimento de positividade tomando como referência a questão ambiental. Como disse Renato Cunha em seu artigo: estamos dando um salto de qualidade, passando da denúncia para propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento.

Não se trata de "crescer a todo custo", como teme Thomas Fatheuer, caso seja vitoriosa a proposta das economias dominantes. Nem de "privatizar a natureza", o que "resolveria" a degradação ambiental e daria novo alento ao modelo capitalista de desenvolvimento, como analisa Henri Acselrad ao apresentar um dos pólos da discussão sobre desenvolvimento sustentável. Não basta o Brasil planejar novas políticas industriais, necessárias, mas que não responderão à profunda crise social brasileira, como reconhece o economista Fábio Erber. Além do mais, o exemplo da Amazônia no artigo de Paulo Oliveira e Jean-Pierre Leroy mostra como velhas e novas políticas podem se combinar para perpetuar o massacre.

Não apresentamos a solução. Mas não faltam neste número "idéias de como fazer":

- O neoliberalismo está chumbado. Encolhe o estatismo ( Francisco de Oliveira) mas reafirma-se o papel regulador do Estado e a nobreza do político. A luta por um meio ambiente para a sociedade no seu conjunto é uma luta a ser travada no campo da política ( Henri Acselrad).

- Por uma democracia participativa que vai desde os conselhos paritários e deliberativos até a discussão e intervenção em programas públicos. ( Como a cidade vê a luta pela preservação do meio ambiente? )

- Criação de espaços e dinâmicas coletivas no respeito às diferenças. ( artigos de Sonia Correa, João Paulo Capobianco, Renato Cunha e Míriam Prochnov).

- Incorporação de novos temas à ação tradicional dos atores sociais ( Paulo Sérgio Muçouçah)

- Afirmação de outros valores revalorizando as regras de reciprocidade, obrigações e deveres que caracterizam as regras tradicionais (Sonia Correa).

- Quando Cristóvão Buarque ( p.44 ) propõe subordinar a técnica à ética, ele vai ao encontro do propósito de **Proposta**: mostrar o movimento de solidariedade ativa na busca da construção de uma terra em que a mesa seja posta para todos, em que as águas, os campos, as florestas nos dêem o prazer de nos sentirmos vivos.

*Conselho Editorial*

### *Diretoria*

*Diretor Executivo*

Jorge Eduardo Saavedra Durão

*Diretor Administrativo Financeiro*

Virgílio Rosa Neto

*Programa Pequenos Produtores Rurais*

Maria Emília Lisboa Pacheco

*Programa Assalariados Rurais*

Leandro Lamas Valarelli

*Programa Popular Urbano*

Grazia de Grazia

*Programa Trabalhadores Urbanos*

Paulo Sérgio Muçouçah

*Programa de Investigação e Comunicação*

Pedro Claudio Cunha Bocayuva

## proposta

*Experiências em Educação Popular*

Uma publicação trimestral da FASE

### *Conselho Editorial*

Alberto Lopez Mejia • Alfons Klausmeyer •

Haroldo Baptista de Abreu • Jean-Pierre Leroy •

Jorge E. S. Durão • Leandro L. Valarelli • Maria

Emília L. Pacheco • Pedro Claudio Cunha Bocayuva

• Ricardo Tavares • João Ricardo Dornelles •

Lourdes M. Gryzbowski • Consuelo L. Pamplona

*Coordenação de Comunicação*

Alberto Lopez Mejia

*Editora Responsável*

Consuelo Lacerda Pamplona

*Editor de Arte*

Marcelo Riani Marques

*Organização*

Jean-Pierre Leroy

*Capa*

Dinamo Design

*Ilustração*

Amorim

*Editoração Eletrônica*

LZ Design

*Promoção e Divulgação*

Felícia de Moraes Soares

*Revisão*

João Luiz Pacheco

Inácio Dorado

*Redação*

Rua Bento Lisboa 58 - Catete

Rio de Janeiro RJ-22221-011

Tel.: (021) 285-2998

# Desenvolvimento sustentável: a luta por um conceito

Henri Acselrad\*

A noção de desenvolvimento sustentável é objeto de uma disputa onde lhe tentam atribuir diferentes conteúdos. Enquanto elemento em construção no campo de idéias, essa noção acha-se no centro de uma luta ideológica, que, por sua vez, reflete as lutas concretas nas práticas sociais.

Ao longo da história recente, a própria noção de desenvolvimento esteve associada à disputa por diferentes modos de apropriação da riqueza e de regulação da reprodução social. Atualmente acrescenta-se a essa disputa um novo elemento - o modo de apropriação da natureza em sua dimensão ampliada, ou seja, a água, o ar e as distintas formas de vida. Embora, desde sempre, este elemento tenha estado presente na luta social, ele explicita-se agora como objeto da luta política.

Ao longo desta nova disputa aparecem também velhos atores que utilizam esta nova noção de desenvolvimento como simples instrumento para encobrir e legitimar velhas práticas. Multiplicam-se assim as "empresas sustentáveis" ou as propostas de "sustentabilidade pelo livre comércio". Isto é o que o Greenpeace chamou de marketing verde de empresas e governos.

Por outro lado, delinea-se uma discussão onde podemos identificar distintos entendimentos do que seria a crise

ambiental e de seu diagnóstico. Procuraremos neste texto caracterizar duas linhas básicas de interpretação da crise ambiental. A primeira reconhece a incapacidade do mercado em respeitar os limites do meio ambiente e propõe a criação de

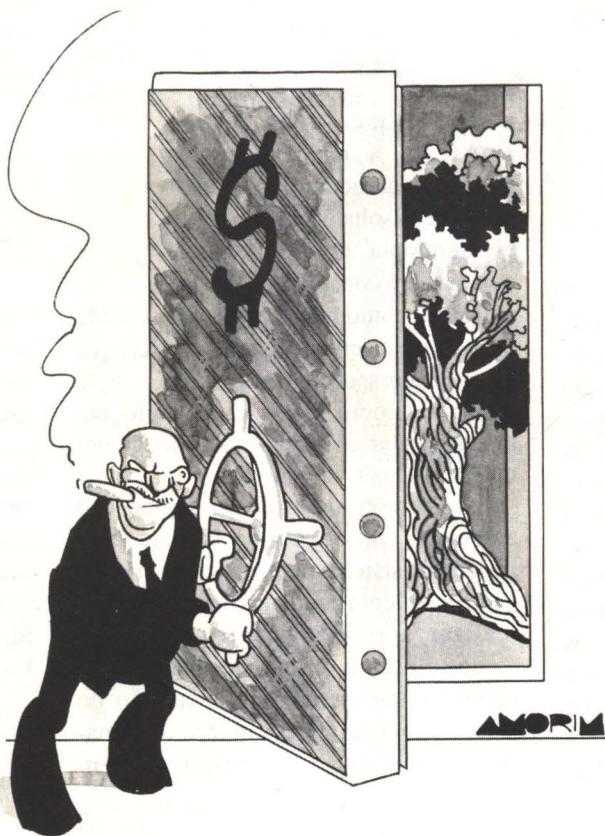
sua superação na introdução de mudanças na estrutura de poder sobre os recursos naturais.

## Um preço para o meio ambiente?

Em sua primeira versão, produzida pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, expressa no relatório Brundtland, o desenvolvimento sustentável seria aquele capaz de satisfazer as necessidades sociais atuais sem comprometer a satisfação das necessidades futuras. Evidentemente este relatório entende necessidade como demanda expressa em moeda, posto que nenhum desenvolvimento deu conta até aqui das necessidades sociais básicas presentes.

Esta definição reconhece a incapacidade do cálculo econômico capitalista considerar os limites da natureza. Preocupado em sustentar a base de recursos naturais para a produção futura, este conceito propõe a introdução de uma nova restrição ambiental ao modelo de desenvolvimento ca-

pitalista, sem criticá-lo de maneira substancial. Ignorando o conflito pelo controle sobre os recursos naturais, procura criar condições para poupar os recursos naturais, sem, no entanto, considerar as condições sócio-políticas que regem o poder de controle e o uso destes recursos.



elementos sinalizadores que permitam assegurar a continuidade do modelo de desenvolvimento capitalista. A segunda linha de interpretação entende a crise ambiental como manifestação de uma crise no modelo capitalista de desenvolvimento e identifica os caminhos de

\* Economista e pesquisador do Ibase

## *Velhos atores utilizam esta nova noção de desenvolvimento como instrumento para encobrir e legitimar velhas práticas*

Seguindo a linha da conceituação inaugurada pelo Relatório Brundtland, a literatura técnica sobre teoria do desenvolvimento passou a tentar formulações mais instrumentais, que saíssem dos limites de uma definição calcada na simples intenção de preservar recursos naturais. Inovou-se tentando identificar o meio ambiente ao conceito contábil de capital: "sustentável é o desenvolvimento que considera a expansão do capital ambiental proporcionalmente ao crescimento populacional"<sup>1</sup>; "sustentável é o desenvolvimento que reinveste no meio ambiente para assegurar sua conservação e sua recuperação"<sup>2</sup>.

A idéia é abandonar a visão de que a natureza forneceria elementos do capital circulante (matérias-primas cujos custos seriam transferidos para o custo do produto final) ou serviços gratuitos (água, ar e solo onde despejar os dejetos da produção mercantil). O meio ambiente passaria a ser identificado aos elementos do capital fixo, que necessitam ser conservados ao longo do ciclo produtivo. Trata-se, evidentemente, de um recurso meramente analógico, pois os elementos da natureza não foram produzidos para apoiar a geração de lucro, assim como o são os demais elementos do capital fixo. Para serem considerados como capital fixo, os elementos da natureza deveriam ter um proprietário, e os seus mecanismos de reprodução e regeneração não poderi-

am limitar os mecanismos e ritmos de reprodução do próprio capital.

O diagnóstico desta linha de pensamento diz que as raízes da crise ambiental estão no fato de o capital considerar o meio ambiente como um bem livre, e os danos ambientais dos processos produtivos como "externalidades". Ou seja: o cálculo econômico privado computa elementos de custo através do sistema de preços. E este sistema sanciona apenas o que é objeto de apropriação privada. Em consequência, todo dano causado ao interesse público - por exemplo, ao meio ambiente comum a todos - não se traduz em sinalização expressa nos preços. O uso gratuito do meio ambiente por empresas privadas permanece externo ao sistema de preços e ao mercado.

Neste sentido, a crise ambiental decorreria da incapacidade dos capitais computarem os danos ambientais que as suas atividades geraram, mesmo quando estes danos ameaçam a própria continuidade da acumulação capitalista. A solução seria corrigir a "miopia" dos empresários e passar a considerar o meio ambiente como bem econômico, dotado de preço. Na verdade, podemos dizer que as empresas sempre computaram o meio ambiente como tendo custo nulo em moeda; tratar-se-ia, portanto, de lhe dar um custo positivo e monetizá-lo.

Ao considerar que a degradação ambiental tem origem na falta de sinalização do sistema de preços e na dificuldade do cálculo econômico capitalista se realizar apropriadamente, propõe-se como solução a criação de sinais suplementares que permitam a extensão do poder do capital sobre a natureza: a chamada "internalização dos custos ambientais".

Trata-se de integrar os ciclos da natureza à lógica da acumulação capitalista. Se antes já se havia transformado a terra em uma pseudomercadoria, cumpre agora considerar o próprio solo como um segmento do processo reprodutivo do capital. Os capitalistas da área rural seriam estimulados a computar os custos das medidas destinadas a não esgotar, con-

taminar, acidificar e empobrecer os solos. As indústrias incorporariam a seus preços os custos da abstinência de poluir os rios etc. Uma reforma do sistema de preços, implementada pelas empresas, levaria a um novo padrão de eficiência na alocação dos recursos naturais.

Esta noção de desenvolvimento sustentável reflete o esforço de aplicar a lógica da produtividade à economia da natureza - não desperdiçar os ares ou os mares naquilo que deles se necessita para a continuidade dos processos produtivos.



Ao se considerar a natureza como capital, se pretende dar condições de reprodução ao atual modelo de desenvolvimento, sem alterar suas estruturas de poder.

Pela extensão da lógica do capital aos processos naturais, parece se inaugurar, em nome do desenvolvimento sustentável, uma tendência ao aprofundamento dos processos de expropriação das comunidades de trabalhadores que detêm algum controle sobre os recursos naturais. É nesta lógica que se inscrevem

*O capital  
sempre  
considerou o  
meio ambiente  
como um  
bem livre*

<sup>1</sup> Cf. David Pearce: "Economics, Equity and Sustainable Development" in *Futures*, dec. 1988, p. 598 - 605.

<sup>2</sup> Cf. Osvaldo Sunkel: "El desarrollo sustentable: del marco conceptual a una propuesta operacional", in *Medio Ambiente y Urbanización*, nº 31, jun. 1990.

também as inúmeras análises, amplamente difundidas por ocasião da Eco-92, que localizam a raiz da crise na indefinição dos direitos de propriedade sobre o meio ambiente: tratar-se-ia de privatizar ainda mais a natureza - lotear as águas, patentear os seres vivos etc.

Este tipo de enfoque tem sido desenvolvido por várias áreas do pensamento neoliberal, desde o Banco Mundial e a Comissão Trilateral até instituições políticas e empresárias brasileiras, tal como exemplificado a seguir: "Os atuais



direitos de propriedade pública não são mais apropriados". "Não são capazes de oferecer nenhuma motivação para que se economizem os recursos". "O atual problema da poluição não é derivado do funcionamento de uma economia de mercado, mas sim de sua falta de operação"<sup>3</sup>. "Com freqüência as externalidades resultam da ausência de direitos claros à propriedade em questão". "Sem proprietário para controlar o acesso ao lucro resultante da preservação e uso responsável dos recursos, estes são passíveis de degradação e pilhagem por todo o mundo"<sup>4</sup>. "A propriedade privada assegura melhor a proteção ao meio ambiente"<sup>5</sup>.

<sup>3</sup> Cf. Donald G. McFetridge et alii: Economia e Meio Ambiente (The Fraser Institute of Canada e Instituto de Estudos Empresariais do Rio Grande do Sul); Porto Alegre, 1992; p. 114.

<sup>4</sup> Cf. V. MacNeill - P. Winsemius - T. Yakudriji: Para além da Interdependência - relatório preparado para a Comissão Trilateral, Jorge Zahar Editor, 1992, p. 52.

<sup>5</sup> Cf. Jo Kwong: Mitos sobre política ambiental. Instituto Liberal, RJ, 1992, p. 9.

O que se quer portanto é estender a regulação mercantil sobre a natureza, fazendo com que a luta social pelo controle dos recursos naturais passe em maior medida ainda pelo mercado e cada vez menos pela esfera política. Levando a disputa para o campo especificamente econômico os atores que são mais fortes no mercado terão, certamente, mais chances de ganhar.

### **A crise ambiental decorre da lógica de acumulação capitalista**

Uma segunda linha de interpretação entende a crise ambiental como manifestação dos limites de regulação capitalista do meio ambiente. Sua origem estaria justamente nas estruturas de poder que controlam o uso dos recursos naturais e do meio ambiente comum. Mais especificamente no fato de que o modo de uso destes recursos resulta do cálculo econômico privado das empre-

sas, e que este cálculo não considera as condições globais do meio ambiente, mas apenas aqueles elementos mercantis - terra e matérias-primas, por exemplo - que se expressam através do sistema de preços.

Como veremos a seguir, não é por falta de sinais para aprofundar o controle do capital sobre a natureza que emerge uma crise ambiental. Ao contrário, esta decorre da própria lógica da acumulação capitalista e do modo de uso da natureza que ela subentende.

Nos anos 30 eclodiu uma crise de coordenação entre as decisões das diferentes empresas, acarretando um excesso de acumulação, com investimentos em bens de capital superiores à capacidade de absorção global da economia. Agora, emerge, analogamente, um novo tipo de crise de coordenação, caracterizado pelos riscos de ruptura do equilíbrio ecológico do planeta. Desta vez, revela-se a incapacidade de os agentes econômicos privados ajustarem as atividades de cada

## ***As indústrias incorporariam a seus preços os custos da abstinência de poluir os rios***

empreendimento às capacidades limitadas de suporte do meio ambiente comum. Desenvolve-se, conseqüentemente, um conflito crescente entre os interesses privados de cada empresa e o interesse coletivo, tanto dos capitais em geral como da sociedade em seu conjunto.

Este conflito entre interesses privados e interesse coletivo vem se configurando através de dois tipos de processos: a concentração crescente do controle sobre os recursos naturais e a privatização do uso do meio ambiente comum.

Como estes dois processos comprometem a regeneração dos ecossistemas?

Em primeiro lugar, convém dizer que cada um dos processos está associado a um mecanismo diferente pelo qual se dá a acumulação de capital. A concentração do controle sobre os recursos naturais articula-se com o que chamamos de acumulação extensiva de capital. A privatização do uso do meio ambiente comum, por sua vez, acarreta degradação ambiental em razão dos procedimentos da chamada acumulação intensiva. Explicaremos a seguir em que consistem estes mecanismos.

Através da acumulação extensiva, os capitais aumentam os seus lucros ampliando a escala de produção, utilizando conseqüentemente mais matérias-primas e recursos naturais, sem alterar os seus níveis de produtividade. A extensão das áreas utilizadas na grande propriedade agrícola e no fornecimento de insumos para as indústrias atinge um ponto tal, que passa a comprometer o equilíbrio ecológico: grandes fazendas de monocultura terminam por desmatar margens de rios e lagos, gerando assoreamento e seca; grandes barragens alteram as condições

## *A aceleração dos ritmos de exploração da natureza termina por chocar-se com os ritmos de regeneração dos próprios ecossistemas*

de reprodução dos peixes e comprometem o extrativismo de áreas marginais que dependem da regularidade hidrológica dos rios; grandes plantações homogêneas de eucalipto reduzem a biodiversidade, esgotam solos, e assim por diante. Com a finalidade de ampliar as escalas de produção, estes empreendimentos de grande porte desconsideram a diversidade da natureza e o equilíbrio singular de seus componentes.

Os males da privatização do uso do meio ambiente estão associados aos mecanismos da chamada acumulação intensiva, através da qual os capitais procuram alterar as técnicas empregadas de modo a elevar os níveis de produtividade, produzindo mais lucros, ainda que na mesma escala de produção. Com investimentos em tecnologia, procura-se abreviar os tempos de produção, seja acelerando as cadências de trabalho na fábrica, ou induzindo ganhos de rendimento na produção agrícola via mecaniza-

ção e uso de insumos químicos. Esta aceleração dos ritmos de exploração da natureza termina por chocar-se com os ritmos de regeneração dos próprios ecossistemas. Desta forma, os capitais lançam no meio ambiente comum - atmosfera, rios, mares e solos - uma ampla gama de materiais. São produtos invendáveis de sua atividade - os chamados resíduos sólidos, os efluentes líquidos e gasosos.

Assim, embora o conjunto da sociedade necessite de fontes de água, do ar e dos solos para sua sobrevivência, a qualidade destes elementos torna-se cada vez mais incompatível com os padrões requeridos para a reprodução da vida.

### **O meio ambiente é público!**

Neste tipo de diagnóstico, a solução da crise ambiental passa pela democratização do controle sobre os recursos naturais e pela desprivatização do meio ambiente comum. Sob esta ótica, é preciso alterar as estruturas de poder que condicionam o uso do meio ambiente, colocando limites ao controle do capital sobre a natureza. Tratando-se de uma luta por tornar público o meio ambiente comum, é no campo da política, essencialmente, que ela será travada. Pois, já na democracia grega, a política era a atividade pela qual os diferentes cidadãos resolviam conflitos e construíam o interesse público através da disputa de idéias, da negociação e do entendimento.

## *Grandes fazendas de monocultura terminam por desmatar margens de rios e lagos, gerando assoreamento e seca*

Ao contrário do que pretende a versão economicista de desenvolvimento sustentável, não é no campo da economia e do mercado que se poderá enfrentar a crise ambiental. Ela só será equacionada na esfera política, pela adoção de medidas que tornem efetivamente público o meio ambiente comum.

A viabilização de tais políticas depende, em grande parte, da resistência das comunidades de trabalhadores - camponeses, pescadores, ribeirinhos - à concentração crescente do controle sobre os recursos naturais na fronteira de expansão das atividades capitalistas, e da luta pela desprivatização do uso do meio ambiente, travada basicamente pelas populações vitimadas pelo lançamento indevido dos produtos invendáveis da produção capitalista nas águas, no ar e nos solos. ■

## *Glossário*

**Elementos sinalizadores** - são elementos que mostram como o mercado está funcionando. Exemplo: preços, taxas de juros, margem de rentabilidade relativa dos empreendimentos etc.

**Processo de reprodução social** - é o processo que permite que um tipo de sociedade tenha existência contínua.

**Regulação** - é a superação das crises por meio de mecanismos institucionais de estabilização da sociedade. Tal como, por exemplo, as formas de intervenção do Estado na economia das sociedades ocidentais após a crise dos anos 30.

**Processo de reprodução do capital** - as sociedades capitalistas existem enquanto conseguem reproduzir a re-

lação capital/trabalho que a caracteriza. Este "processo reprodutivo" é assegurado pelo funcionamento do conjunto de instituições políticas, culturais e econômicas que permitem que o capital se expanda e que os trabalhadores estejam disponíveis para o assalariamento.

**Acumulação do capital** - é o processo pelo qual um investimento inicial obtém lucros que permitem o aumento do valor inicialmente investido.

**Capital fixo** - é o capital consumido através de vários ciclos de produção. Exemplo: máquinas e equipamentos.

**Capital circulante** - é o capital consumido durante somente um ciclo de produção. Exemplo: matérias-primas.

# O movimento em Santa Catarina

Mirian Prochnov\*

O movimento ecológico em Santa Catarina surgiu nos anos 70 com pequenas entidades em diversos pontos do estado, preocupadas com a conservação do meio ambiente local: degradação com a exploração do carvão no sul, ocupação desordenada no litoral pela especulação imobiliária, devastação da Mata Atlântica no Vale do Itajaí etc. Neste período, o movimento ecológico tinha caráter quase exclusivamente conservacionista e suas principais táticas eram as denúncias de agressões.

A partir dos anos 80 o movimento articulou-se regional e estadualmente ganhando um caráter mais político. Desta articulação surgiu a Federação de Entidades Ecológicas Catarinenses - Feec -, em dezembro de 1988, com 18 entidades. A Feec surgiu de um processo de discussão que durou dois anos e que teve como pontos fortes a elaboração de propostas ecológicas para Santa Catarina e o fortalecimento de cada uma das entidades ecológicas. O objetivo principal da federação é articular as entidades em torno das lutas comuns, além de manter um constante intercâmbio entre as mesmas, sem nunca

assumir a luta individual das entidades e interferir na sua organização e atuação.

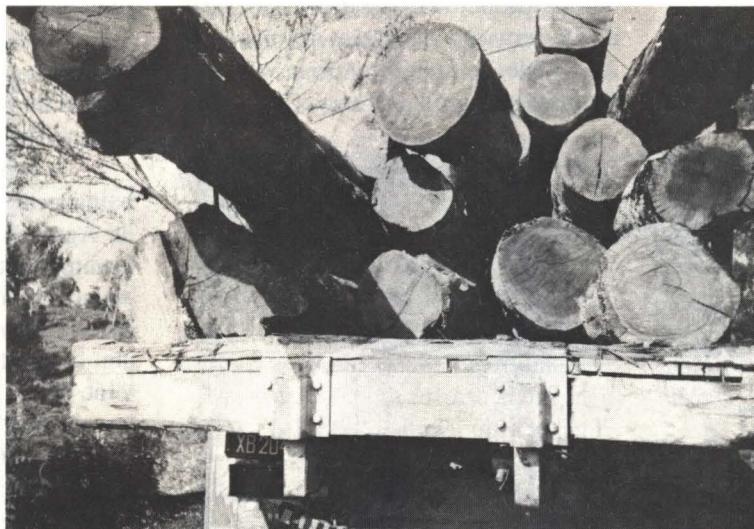
O número de filiados não é o ponto forte das entidades ecológicas em Santa Catarina. São em geral pequenas, tendo entre 10 e 1 000 integrantes, que fazem do voluntariado a sua principal arma. A falta

A Feec veio para superar alguns problemas, principalmente os relacionados ao lobby político, já que individualmente as entidades não produzem o mesmo efeito que em conjunto. Durante a Constituinte estadual, sob a coordenação da federação, foram coletadas 10.000 assinaturas para uma emenda popular sobre o capítulo do meio ambiente. A emenda no entanto não foi aprovada, dado o caráter conservador dos constituintes. Isso provou que o trabalho em conjunto é possível, mas, mesmo assim, difícil.

Depois da Constituinte a prioridade da Feec passou a ser o intercâmbio entre as entidades do estado para aprofundar o conhecimento das diversas realidades regionais e desta forma concretizar a federação. Veio então o boletim informativo *Ecologizando*, produzido totalmente de maneira artesanal, que passou a ser um dos veículos de comunicação entre e para as entidades.

dades.

O fortalecimento das entidades também foi favorecido pelos cursos de formação para ecologistas, ministrados em bases voluntárias e sempre em finais de semana. No programa básico os temas: análise do movimento ecológico e suas lutas, análise da estrutura e conjuntura, política nacional e estadual de meio ambiente, legislação ambiental e estrutura dos movimentos populares. A atual linha de pensar e agir do movimento ecológico catarinense foi em grande parte produzida e aperfeiçoada durante esses cursos, que produziram o conhecimento



Marco Tomasoni

**Desmatamento desenfreado emperra o desenvolvimento em Santa Catarina.**

de entidades profissionalizadas onde os ecologistas possam fazer da luta pelo meio ambiente o seu ganha pão é uma das principais dificuldades.

*Individualmente  
as entidades não  
produzem o mesmo  
efeito que em  
conjunto*

\* Presidente da Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí. Coordenadora Geral da Feec 88/89 e representante do Ecofórum/SC na Coordenação Nacional do Fórum de ONGs Brasileiras, preparatório da Rio-92.

necessário para o encaminhamento de questões mais globais agilizando a tomada de decisões.

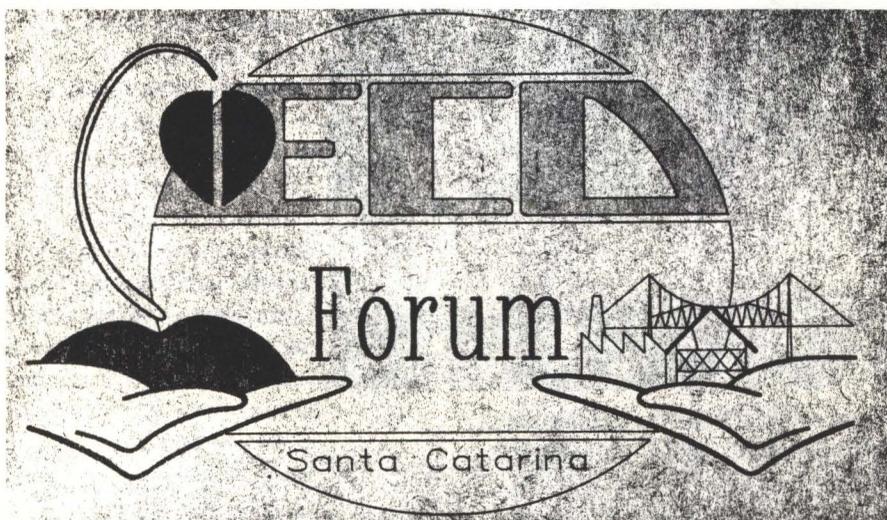
O movimento ecológico conseguiu, assim, ganhar a credibilidade necessária para apresentar suas críticas e propostas à sociedade catarinense, mesmo não obtendo êxito na implementação da maioria delas. Hoje, estão filiadas à Feec trinta das cerca de quarenta entidades ecológicas do estado.

## O Ecofórum de Santa Catarina

Com o início das discussões sobre a Eco-92, dentro de uma conjuntura nacional e estadual não favorável às questões sociais e ambientais, ficou clara a necessidade de articulação com os outros setores da sociedade civil. Já na primeira reunião, em dezembro de 90, do

milhares de pessoas como o Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação, a Comissão Pastoral da Terra e o Sindicato dos Bancários de Florianópolis, até entidades muito pequenas, com poucos associados, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Rio do Sul e a Cooperativa dos Assentados de Dionísio Cerqueira.

Os temas e as propostas no Ecofórum/SC versavam principalmente sobre estilos de desenvolvimento, conservação da natureza, saneamento e saúde, sistema financeiro, reformas agrária e urbana, energia, educação ambiental e popular e agroecologia. Essas discussões deram às entidades uma visão mais global de suas lutas particulares. Assim, o movimento ecológico englobou a visão social nas suas questões e movimentos estritamente sociais e agora discute a questão do meio ambiente. A Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí - Apremavi - e a Comissão Pastoral da Terra - CPT - sem-



chamado Ecofórum/SC, participaram, além das entidades ecológicas, entidades de outros setores, sindicatos, assessorias, pastorais, associações de moradores, de classe, movimentos de direitos humanos, jovens e mulheres, num total de 18. Decidiu-se criar um fórum que não visasse apenas a Conferência Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, mas que resultasse numa futura organização de entidades para pensar e agir sobre o tema.

Entidades as mais distintas participaram do Ecofórum/SC, hoje com 78 filiadas, desde aquelas que congregam

pre estiveram de lados opostos nas discussões sobre a criação de uma unidade de conservação, onde um dos problemas principais era os posseiros que ali se encontravam. A partir da evolução e estabelecimento de novos conceitos, as duas entidades se uniram e passaram a lutar juntas pela conservação da área.

Com o Ecofórum as entidades começaram a pensar e discutir um novo modelo de desenvolvimento, e, principalmente, a colocá-lo em prática. Atividades realizadas em 1992 comprovam este avanço da sociedade civil:

## *Ficou clara a necessidade de articulação com os outros setores da sociedade civil*

- a CPT de Santa Catarina organizou a Romaria da Terra com o tema meio ambiente, na cidade de Forquilha, que fica numa das áreas mais poluídas do estado por causa da extração de carvão mineral;

- a Feec participou da organização das manifestações do dia 1º de Maio, junto com os movimentos sindicais;

- a Apremavi, o Sindicato dos Professores e o Centro de Direitos Humanos de Rio do Sul promovem um seminário sobre o Tratado de Educação Ambiental;

- ecologistas e comissões de trabalhadores enviam casos para o Tribunal da Água. O Tribunal da Água será um evento montado em 1993 pela Fundação Água Viva, onde um tribunal civil julgará casos exatamente como se fossem para um tribunal oficial. As sentenças não terão valor legal, mas terão valor moral e um alto poder de pressão;

- entidades de meio ambiente fazem projetos em conjunto com associações de classe;

- pastorais e outros setores da Igreja convidam ecologistas para seminários internos de planejamento.

Também estão surgindo oportunidades de discussão na Assembléia Legislativa, reuniões com prefeituras e câmaras de vereadores, para pensar projetos ambientais. Até indústrias poluidoras buscam auxílio para se tornarem mais eficientes do ponto de vista ambiental.

No encontro do Ecofórum/SC em novembro/92, se concluiu que na atual conjuntura não há condições e nem é de interesse das entidades manterem o Fórum através de uma estrutura legal e complexa. No entanto, diversas entidades concordam num ponto: o tema meio ambiente e desenvolvimento é muito importante e não foi apenas um modismo da Eco-92.

Desta forma pretendem continuar articuladas em forma de rede, com pelo menos duas reuniões por ano, pois acreditam que cada uma com suas peculiaridades abriu horizontes e conseguiu crescer nestes dois anos de discussão.

A Rede Ecologia e Desenvolvimento, como o Ecofórum tem sido até agora, não será um lugar para resolver problemas, mas sim um espaço onde as entidades poderão manter intercâmbios, procurar parceiros, divulgar fatos, buscar e repassar conhecimentos, conseguir apoio, incentivo e reconhecimento de suas lutas. Assim, cada uma, tendo suas atividades reforçadas e melhorada sua atuação, vai conseguir, no conjunto, produzir modificações sensíveis na sociedade.

## MEIO AMBIENTE Aplicando a Lei



## MEIO AMBIENTE A Lei em suas mãos



CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular  
Rua Senador Dantas, 80/201  
Tel.: (021) 220-8316 - FAX(021) 533-0772



IBASE  
Rua Vicente Souza, 29  
22251-070 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 286-6161 e 286-0348

# A dinâmica do movimento ambientalista na Bahia

Renato Paes da Cunha\*

No final da década de 70 foram criadas, em Salvador, duas entidades: o Grupo de Ação sobre o Meio Ambiente - Grama - que teve vida curta e pontual lutando contra ocupações indevidas no espaço urbano da cidade, e o Comitê de Defesa da Amazônia - CDA-BA, organização preocupada com os efeitos danosos que vinham ocorrendo na Amazônia, ameaçando o ecossistema global e os povos da floresta, cujas consequências são constatadas até hoje.

No início da década de 80, o movimento tomou forma e maior impulso. Um grupo de pessoas, a maioria participantes das duas entidades referidas, começou a ter consciência de que os problemas ambientais não se resumiam à Amazônia e que era preciso ações mais amplas para fazer frente às políticas públicas que começavam a provocar impactos ambientais significativos em várias regiões da Bahia.

A legislação ambiental estadual, que começou a ser regulamentada em 1981, foi uma ótima oportunidade para reflexão sobre os problemas ambientais da Bahia. Neste ano surgem iniciativas para a formação de dois grupos ambientalistas com atuação em todo o estado.

O Grupo Ambientalista da Bahia - Gambá - foi formado, inicialmente, por pessoas que militavam naqueles grupos já citados, por técnicos que na época elaboravam a legislação ambiental do estado e outros profissionais. O Gambá teve suas primeiras ações voltadas para a discussão sobre a barragem de Pedra do

Cavalo no Recôncavo Baiano, sua validade, impactos sócio-ambientais e prioridade de abastecimento de água em Salvador; a preservação das dunas e lagoa do Abaeté, transformada em parque mas que se mantém num processo de degradação; e a democratização do Conselho Estadual de Proteção Ambiental - Cepram, órgão colegiado que define a política ambiental do estado.

A outra iniciativa foi o Grupo de Recomposição Ambiental - Germem Formado inicialmente por estudantes de Arquitetura da UFBA, preocupados em desenvolver, num primeiro momento, um trabalho de melhoria das condições do campus da faculdade, expandiu-se depois para outras áreas da cidade e do estado.

## Agressões ao meio ambiente na Bahia

O Gambá e o Germem, sozinhos ou articulados com outros movimentos sociais, desde aquela época vêm trabalhando de várias formas para pressionar os poderes públicos e alertar a população sobre as agressões que cada vez mais se manifestavam com maior ênfase denunciando; articulando lobby; promovendo campanhas, seminários, debates e encontros; elaborando propostas de legislação; propondo alternativas de soluções; impetrando ações na justiça; e trabalhando com educação e conscientização ambiental.

Em 1983 foi editada pela primeira vez a *Folha Ambiental*, uma publicação,

\* Engenheiro - coordenador do Grupo Ambientalista da Bahia - Gambá

na época, coletiva, com informações do ponto de vista das entidades. Hoje, a *Folha Ambiental* é editada pelo Gambá.

As ações são implementadas em função dos problemas ambientais detectados no estado, provocados pelo modelo de desenvolvimento predatório que utiliza de forma intensiva e imediatista os recursos naturais em benefício, na maioria das vezes, do poder econômico e político.

Vale destacar algumas questões que mais têm preocupado os ambientalistas, na Bahia, nestes anos:

- A modernização da agricultura, com o uso intensivo de máquinas, fertilizantes e agrotóxicos no campo e projetos de irrigação no oeste do estado.

- A implantação e expansão de um parque industrial potencialmente poluidor, a exemplo do Pólo Petroquímico de Camaçari, Centro Industrial de Aratu, Centro Industrial de Subaé e destilarias de álcool.

- O desmatamento acelerado das matas nativas do estado (Mata Atlântica, caatinga, cerrado) e a implantação de grandes projetos de reflorestamento homogêneo de eucalipto.

- As atividades da Petrobrás no Recôncavo Baiano e Baía de Todos os

## *O modelo de desenvolvimento predatório utiliza de forma intensiva e imediatista os recursos naturais em benefício do poder econômico e político*

Santos que vão desde a extração e produção até o transporte, armazenamento e refinação de petróleo.

- A degradação das bacias hidrográficas do estado, em especial a do rio São Francisco, com a implantação de grandes barragens (Sobradinho e Itaparica).

- A falta de saneamento básico adequado, em especial esgoto sanitário e lixo urbano, que tem provocado sérios problemas de saúde e contaminação ambiental.

- A preservação dos grandes ecossistemas do estado - Mata Atlântica, Chapada Diamantina, caatinga, cerrado.

- O abandono das unidades de conservação como os parques nacionais de Monte Pascoal e Chapada Diamantina e parques urbanos de Salvador (Abaeté, Pituvaçu, São Bartolomeu).

- Exploração da jazida de urânio de Lagoa Real, em Caetitê.

- Especulação imobiliária e ocupação inadequada do solo urbano, em especial de Salvador, caracterizando a cidade de forma violenta.

- Destruição do patrimônio histórico (centro histórico de Salvador, Porto Seguro, Lençóis).

O movimento ambientalista não ficou parado ante essas agressões. Destacamos algumas atividades:

- Participação no processo constituinte federal, estadual e municipal com elaboração de teses ecológicas que foram incorporadas no capítulo de meio ambiente.

- Desenvolvimento das campanhas: Abaeté Abaeterna, Urânio Debaixo da Terra, Amar o Mar, Não Passe ao Largo Desta Praça.

- Elaboração do diagnóstico ambiental da Baía de Todos os Santos.

- Ação civil pública contra a Usina Hidrelétrica de Itaparica e empreendimentos habitacionais no Parque do Abaeté.

- Participação no Conselho Estadual de Meio Ambiente - Cepram.

- Participação na comissão comunitária de avaliação da Indústria de Celulose Norcel.

- Luta para impedir o uso do metanol como combustível automotivo.

### **A luta pelo meio ambiente conquista outros setores da sociedade**

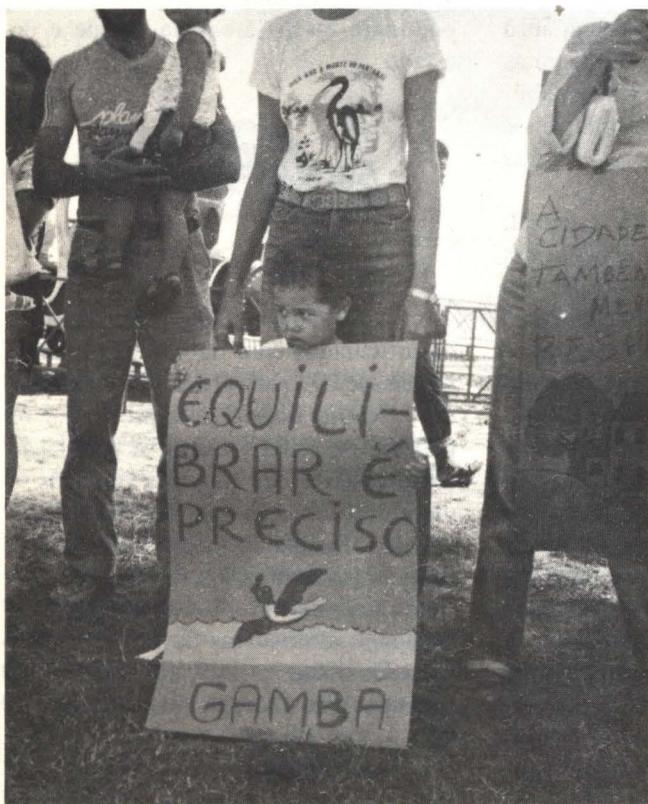
Ao longo da década de 80, o movimento ambientalista na Bahia fortaleceu-se passando por uma interiorização e ampliação para outras ONGs e movimentos sociais.

Em 1986, realizou-se em Porto Seguro o I Encontro de Entidades Ecológicas do Estado da Bahia, com a participação de 18 entidades. Daí surgiu a necessidade de se criar um coletivo de entidades. Depois de várias tentativas, surgiu, em 1990, a Assembléia Permanente das Entidades em Defesa do Meio Ambiente da Bahia - Apedema-BA, que reúne hoje mais de 40 ONGs ambientalistas.

No interior do estado vale destacar o trabalho de algumas entidades:

- Movimento de Defesa do Município de Porto Seguro, que teve atuação destacada em meados da década passada contra a implantação de destilarias de álcool no extremo sul.

- Associação dos Amigos da Na-



Grupo Gambá

tureza - Amina, de Barreiras, na discussão de projetos de irrigação na região oeste do estado.

- Movimento SOS Chapada Diamantina, na defesa deste importante ecossistema do estado.

- Movimento Ambientalista Terra de Caetitê - preocupado com a exploração do urânio na região.

- Grupo Vida Verde - Viver - de Feira de Santana, na luta contra a falta de saneamento na cidade.

- Grupo de Resistência das Agressões ao Meio Ambiente - Grama, de Itabuna, na defesa do rio Cachoeira e na discussão da região cacauceira.

- Centro de Estudos e Pesquisa para Desenvolvimento do Extremo Sul - Cedepes, que analisa os projetos de celulose e reflorestamento no estado.

- Grupo de Apoio e Resistência Rural e Ambiental - Garra, de Irecê, que trabalha com projetos de agroecologia e denuncia o uso indiscriminado de agrotóxicos

Em Salvador ainda vale ressaltar o trabalho da Casa Baiana de Integração Latino-Americana - Cabincla, na questão nuclear e na produção cultural e da Associação Nacional de Apoio ao Índio, na defesa da causa indígena.

A discussão ambiental já transcende as ONGs ambientalistas, passando a ser pauta obrigatória de outras entidades.

- Das associações de moradores, que reivindicam questões como lixo, es-



Grupo Gambá

### **Retirada ilegal de areia da Lagoa do Abaeté, para uso na construção civil.**

goto, transporte, saúde e denunciam a poluição. A Associação 11 de Abril do bairro de Roma, cidade Baixa de Salvador, por exemplo, luta, há mais de dez anos, para realocação da fábrica de chocolate Chandler. A Associação de Moradores de Itapuã incorporou na sua discussão a preservação do Abaeté.

- Das associações profissionais - como a dos arquitetos, biólogos, engenheiros sanitaristas, engenheiros agrônomos, entre outras, que contribuem na discussão técnica e política de vários temas.

- Dos sindicatos, em especial o Sindiquímica, dos trabalhadores do Pólo Petroquímico de Camaçari, que discute os problemas ambientais e de saúde dos trabalhadores e o Sindipetro, que enfoca a poluição causada pelas atividades da Petrobrás.

- Das ONGs de apoio e desenvolvimento, que incorporam a problemática ambiental: o Centro de Estudos e Ação Social - Ceas, com os projetos de revitalização do parque São Bartolomeu e na discussão de mineração do urânio; o Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais - Sasop, em projetos de agroecologia e na discussão do modelo agrícola; a Comissão Pastoral

da Terra - CPT, em várias áreas como mineração e reflorestamento; o Centro de Educação e Cultura Popular - Cecup, na educação ambiental.

Além da ação local, as ONGs ambientalistas baianas têm trabalhado na organização do movimento ambientalista do Nordeste e do país. No Nordeste fortaleceu a realização de Encontros Nordestinos das Entidades Ecológicas - Ecologia. Desta articulação foi criada a Secretaria de Entidades Ambientalistas do Nordeste - Sean.

Na articulação nacional, têm participado ativamente do processo tanto nos encontros nacionais de entidades ambientalistas autônomas como em outros trabalhos conjuntos.

***A Associação de Moradores de Itapuã incorporou na sua discussão a preservação do Abaeté***

***Empresas poluidoras utilizam a ecologia como gancho para vender seus produtos***

## Fórum de ONGs para a Eco-92

Em 1991, foi criado o Fórum de ONGs Baianas para a Eco-92. Cento e quatro ONGs de várias regiões e setores realizaram um trabalho bastante elogiado nacionalmente. O Fórum produziu um relatório temático sobre o meio ambiente e desenvolvimento no estado e levou vários projetos para o Rio de Janeiro: Verde Trem, reivindicando o transporte de passageiros por este meio; Parque das Árvores Queimadas, cenário para várias manifestações artísticas da Bahia; Escola Itinerante, projeto de educação ambiental com um grupo de 16 crianças; e Recontando a História do Índio.

Mas tão importante quanto a participação na Eco-92 foi a aproximação das diversas ONGs e movimentos sociais para um trabalho articulado que só virá a fortalecer a ação da sociedade civil organizada. Em agosto de 92 decidiu-se pelo caráter permanente do Fórum.

### A Bahia não perde o bonde da história!

A consciência ambiental na Bahia avançou bastante nos últimos 10 anos. O tema desperta interesse cada vez maior junto a escolas, a todo tipo de organização, aos meios de comunicação, a técnicos de empresas e do poder público, aos deputados e vereadores e ao Ministério Público.

Os órgãos públicos ambientais é que estão na contramão da história. No momento em que aumenta a demanda para o controle das ações poluidoras, o Ibama e o órgão estadual Centro de Recursos Ambientais - CRA - não

## Os órgãos públicos ambientais é que estão na contramão da história

têm cor- respondido, estando praticamente sem condições de agir.

A tendência nos anos 90 é o fortalecimento institucional das ONGs ambientalistas para desenvolver, além de uma ação voluntária, um trabalho profissional consistente, na defesa do meio ambiente e da qualidade de vida da população. A criação de redes temáticas deve ser enfatizada.

Um salto de qualidade que se observa ao longo do tempo é que as ONGs deixaram de ter um caráter apenas de denúncia, passando a produzir propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento, começando a interferir na estrutura de poder. Começa-se também a perceber que a luta ecológica passa também pela análise da ecologia interna numa interpretação holística das inter-relações

entre homens, mulheres e a natureza.

Mas as dificuldades para manter um trabalho sistemático e eficiente têm sido enormes. Apesar do aumento da consciência, o número de militantes ainda é pequeno e a rotatividade é grande. A condição financeira das ONGs é débil. Só agora algumas começam a tentar captar recursos. Além disso, em tempo de crise até a militância tem dificuldades de participar das atividades.

O trabalho das entidades também esbarra com o pouco espaço que se tem nos meios de comunicação de massa. Por outro lado, empresas poluidoras, a exemplo de indústrias do Pólo Petroquímico, fábricas de celulose e grandes construtoras de empreendimentos habitacionais, compram espaço nos jornais e TVs, veiculando informações, muitas vezes enganosas, sobre suas atividades, praticando o que chamamos de "maquiagem verde", porque utilizam a ecologia como gancho para vender seus produtos.

A Apedema-BA e o Fórum de ONGs são iniciativas que precisam ser fortalecidas. A Apedema-BA ainda não foi incorporada por todos para ser a instância articuladora das entidades ambientalistas. O Fórum, mesmo com a decisão de sua continuidade, ainda não deslançou o suficiente para definir seu papel e a pauta concreta de trabalho para uma ação integrada das diversas ONGs e movimentos sociais no estado e na implementação das resoluções da Eco-92.

Mas a esperança é a nossa melhor arma. Este final de século, especialmente após a Eco-92, reforça a idéia do exercício da cidadania como agente transformador, interferindo decisivamente nas políticas de desenvolvimento para que elas possam respeitar o meio ambiente, os limites dos ecossistemas, a cultura dos povos e as necessidades humanas básicas. ■



O movimento alerta à população sobre os graves impactos ambientais no estado.

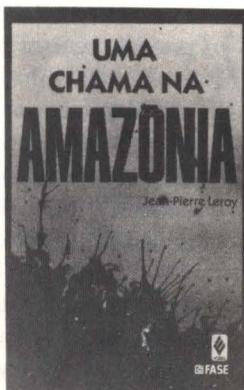


Ed. Terceiro Mundo  
Rua da Glória, 122/105  
20241-180 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 252-7440 - Fax: (5521) 252-8455

## MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO



## UMA CHAMA NA AMAZÔNIA



FASE  
Rua das Palmeiras, 90 - 22270-070 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 286-1598

# Os rumos do movimento ambientalista

Hubert Guérault \*

O V Encontro das Entidades Ambientalistas Autônomas (V Enea) em novembro/92 foi preparado com a perspectiva de resolver questões próprias, do movimento ambientalista, com abrangência nacional e estabelecer as prioridades para o movimento. Seis meses depois da Rio/92 é interessante conhecer como as entidades ambientalistas avançam na busca de uma articulação nacional, na avaliação das conseqüências da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente e na relações com outros setores do Fórum brasileiro.

As entidades ambientalistas têm diversas articulações próprias. A nível estadual há federações (como a Federação de Entidades Ecológicas de Santa Catarina - Feec) ou assembleias (como as Ape-demas). A relação com os poderes públicos estaduais se dá através dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente - Conema. Existe também uma articulação regional que é o Secretariado de Entidades Ambientalistas do Nordeste - Sean, uma rede de entidades dos nove estados da região, criada em 1989.

A Sean sabe, após várias tentativas de formar um sistema de comunicação permanente e apontar diretrizes

para o coletivo, o quanto é difícil articular-se a nível regional. Em 1985, as entidades do Nordeste procuraram publicar *O Jornal Ambientalista do Nordeste*, que não vingou por falta de recursos. A Sean também liderou muitas tentativas de intercâmbio entre as entidades ambientalistas do país com o objetivo de organizar propostas para o Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama - que é um



Antonio Adorgivan/JB

### Água: desafio para uma articulação nacional

espaço de atuação das entidades no Sistema Nacional de Meio Ambiente.

A dificuldade de articulação não acontece só por problemas de infra-estrutura ou falta de financiamento, apesar destes serem fatores importantes de limitação. Há principalmente a falta de uma diretriz nacional, difícil de ser implementada dada a variedade regional dos ecossistemas e dos danos ambientais. Por exemplo, para as entidades do Nordeste, a gestão dos recursos costeiros, a desertificação e a gestão dos recursos hídricos são prioridades. Mas muitos

\* Cooperante do convênio CRID/Solagral/FASE

## ***Outros espaços poderão unir o movimento ambientalista aos setores da sociedade civil organizada***

outros temas foram apontados como prioridades durante o Enea, entre outros: os resíduos tóxicos e o projeto de hidrovía do Paraguai; a consolidação das leis ambientais e a lei sobre reembolso de danos ambientais.

Cada prioridade traz também sua dicotomia. No caso dos recursos hídricos, por exemplo, o interesse de uma entidade de São Paulo concentra-se nos 15 projetos de represas existentes no estado, enquanto o interesse para uma entidade do Maranhão é a pesca predatória. O desafio para criar uma articulação nacional sobre a água é encontrar um tema de atuação comum a todas as entidades. Se observarmos as propostas durante o Enea, uma possibilidade de articulação pode ser a questão dos comitês de bacia e o questionamento do papel do Sistema Nacional de Recursos Hídricos que as instituiu. Mas sobre esse tema, a tendência ainda é a regionalização das questões, dificultando a implementação da rede Água.

Por outro lado, a rede Mata Atlântica deverá implementar-se mais rapidamente. A região se beneficia do atributo de Reserva da Biosfera pela Unesco e as entidades atuantes nesse ecossistema poderão receber recursos do Plano Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais. Existe uma colaboração entre o SOS Mata Atlântica, que já atua a nível nacional e termina um estudo sobre o desmata-

mento das florestas neste ecossistema, e as demais entidades do litoral brasileiro que têm uma atuação mais local.

Essas são as redes cogitadas e articuladas no Fórum brasileiro que foram escolhidas pelas entidades ambientalistas para nortear as diretrizes de atuação aos níveis nacional e internacional do movimento. É importante ressaltar que esses rumos serão também os do conjunto de organizações da sociedade civil do Fórum brasileiro, pois movimentos sociais e entidades de desenvolvimento também participam destas redes, o que implica uma relação entre a questão ambiental e o desenvolvimento

### **Os "verdes" e a sociedade organizada**

A parceria entre entidades de meio ambiente e entidades de assessoria foi também revelada durante o seminário Diretrizes para Meio Ambiente no Brasil,



**A dificuldade de articulação acontece principalmente pela falta de uma diretriz nacional, difícil de ser implementada dada a variedade regional dos ecossistemas e dos danos ambientais.**

ocorrido três dias antes do Enea, paralelo à Conferência Interparlamentar sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. O seminário foi organizado pelo Instituto de Estudos Sócio-Econômicos - Inesc, pelo Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais - IEA, e pelo Instituto Sociedade, População e Natureza - ISPN. Estas três entidades atuam na Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias da Câmara dos Deputados, um espaço onde pode-se tratar da defesa ambiental, da marginalização, da qualidade de um produto e do mercado interno. Esta comissão, por onde transitam anualmente cerca de mil projetos de lei, é atualmente a mais aberta à participação da sociedade civil organizada.

Outros espaços poderão unir o movimento ambiental a outros setores da sociedade civil organizada. No campo dos fundos de financiamento multilaterais, essa necessidade é óbvia. O debate sobre a relação entre meio ambiente e desenvolvimento, claro, tem que ser aprofundado mas existem outros temas de atuação mais institucionais que interessam aos vários setores do Fórum brasileiro. Quando se discutiu no Enea sobre o Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA, foram socializados diversos problemas de funcionamento. O FNMA não funciona e sofreu em 1992 as consequências da instabilidade institucional. O resultado foi péssimo: atraso na aprovação de projetos financiados pelo FNMA e poucos recursos liberados; erosão do valor real dos projetos (não há correção monetária); e maquiagem governamental do valor dos recursos liberados (os projetos aprovados recebem o valor em dólar inicial, isto é, o câmbio é feito na data de entrega do projeto e não quando da entrega do dinheiro à entidade).

O campo de atuação próprio às entidades ambientais pode se limitar, dada às discussões do Enea



e se as dinâmicas apresentadas se consolidarem, a um só espaço institucional: o Ministério do Meio Ambiente, criado recentemente. Foi sublinhado que o ministério não funcionará sem a pressão do movimento ambientalista principalmente para que a questão ambiental não seja negociada com outros setores do poder executivo. O ministério foi também apontado como um canal importante para pressionar as políticas públicas dos outros setores do poder executivo, principalmente os Ministérios do Planejamento e da Fazenda, e também os da Ação Social e da Agricultura.

É preciso uma estruturação do Sistema Nacional de Meio Ambiente. O Conama deve ser consolidado. O conselho é considerado como "um instrumento onde as entidades ambientalistas levantam as coisas importantes". Porém "é um instrumento que nunca foi utilizado". A Sean, que privilegiava há tempo este espaço, propõe a elaboração de uma resolução do Conama "disciplinando a realização de um seminário nacional, nos próximos seis meses, para definição de diretrizes de uma política nacional de meio ambiente". O Ibama deve qualificar-se. No FNMA, são necessárias mudanças no processo de aprovação de projetos e liberação de recursos e o monitoramento e acompanhamento dos projetos financiados.

O Enea, se não proporcionou diretrizes de trabalho concretas a nível nacional, mostrou a importância das redes e outras articulações entre os diversos setores que constituem o Fórum brasileiro.

O Enea possibilitou também um debate para as entidades de assessoria, cuja estratégia coletiva ainda não as levou a um diálogo permanente com o poder executivo.

É difícil dizer se há consenso entre as entidades ambientalistas sobre essas tendências. O número de entidades presentes no Enea foi pequeno. Para algumas, ainda permanece um debate sobre a concorrência possível entre cada dinâmica embora o encontro demonstrasse a complementaridade entre elas. Outras entidades ambientalistas mais tradicionais ou mais politizadas (partidariamente) parecem auto-excluir-se dessa estratégia.

Mas a relação entre meio ambiente e desenvolvimento prevaleceu. Quando se falou sobre a questão das políticas públicas e da revisão constitucional, foi levantada a "necessidade de entender a diversidade da questão social para ganhar espaços na sociedade". A articulação entre

*A  
articulação  
entre entidades de  
meio ambiente, ONGs  
e movimentos sociais  
parece ser um  
caminho*

o movimento ambientalista, outros movimentos sociais e ONGs (ambientalistas e de desenvolvimento) parece ser um caminho. O debate sobre biodiversidade e florestas foi ilustrativo a este respeito. Neste debate, o extrativismo foi considerado como uma atividade cujos efeitos são também importantes para a conservação da biodiversidade e foi levantada a importância das reservas extrativistas. Essa visão reconsidera a importância do clímax (fase de estabilidade de uma comunidade biológica) e questiona o privilégio dado pelos órgãos públicos ou pelos fundos de financiamento multilaterais às unidades de conservação.

As consequências da Rio 92 foram pouco trabalhadas no V Enea. A integração da dimensão internacional por enquanto baseia-se em iniciativas de entidades (como é o caso do Tribunal Internacional sobre Água, organizado pela entidade Água Viva do Fórum Santa Catarina). As leituras feitas sobre os textos produzidos na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento - Cnumad - apontam uma divergência entre os mais e os menos otimistas, como mostrou o debate sobre biodiversidade e floresta. No encontro houve queixas da falta de informações sobre as avaliações de outros setores da sociedade civil brasileira e de entidades de outros países. É que o primeiro passo para uma avaliação global e coletiva da Rio-92, baseada nos documentos produzidos na Cnumad, foi o encontro sobre diretrizes ambientais para as Políticas Públicas Brasileiras. Um segundo encontro ocorrerá em maio e partirá de consultorias e sínteses sobre os principais textos produzidos para ou durante a Eco 92<sup>1</sup>. Será um momento privilegiado para a organização e a legitimação das redes do Fórum para que elas possam incorporar questões de dimensão internacional. ■

1. O encontro será preparado a partir da síntese dos documentos: a Constituição Federal, o programa mínimo para Candidatos à Presidência da República (Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias/SOS Mata Atlântica, 1989), o relatório do Brasil para a UnCED/92 (O Desafio do Desenvolvimento Sustentável), o Documento do Fórum de ONGs e Movimentos Sociais para a UnCED (1992), o Relatório da Associação Brasileira de Entidades Ambientais - Abema (1992) da Agenda 21, as convenções sobre biodiversidade e clima, a convenção sobre desertificação, o protocolo sobre florestas e os tratados do Fórum Internacional de ONGs.

# Os ecos da Eco na Alemanha em tempos de crise

Thomas Fatheuer\*

As avaliações dos resultados da Rio-92 dependem muito das expectativas anteriores. Quem esperava progressos fundamentais para uma nova política global já havia programado a sua decepção. Muitas ONGs do Norte já achavam, antes da conferência, que ela não iria contribuir para um progresso relevante. Em consequência, entidades importantes do Norte não participaram da preparação da Rio-92, como, por exemplo, o Greenpeace. Também grupos que trabalharam no processo da Unced e participaram nas conferências de preparação ficaram decepcionados. Os ambientalistas mais organizados e com experiência no trabalho de lobby, como os grupos dos EUA, sofreram uma derrota total: o governo Bush bloqueou todas as propostas mais progressistas e se tornou o grande vilão da conferência. As ONGs dos EUA não conseguiram reverter esse quadro.

Também para as ONGs da Europa os resultados da Unced foram frustrantes. A maioria das resoluções da conferência fica atrás das propostas dos próprios governos da Europa. Em vez de pressionar os governos a avançar, esses grupos se encontraram muitas vezes apoiando os seus governos contra os EUA ou posições puramente desenvolvimentistas de países do Sul, como a posição da Malásia. Para dar um exemplo, o governo da Alemanha aprovou em 1989 um relatório com metas concretas para reduzir a emissão de CO<sub>2</sub>. As ONGs alemãs, no entanto, estão cobrando o cumprimento dessas metas que o governo não desenvolve. Na Conferên-

cia do Rio não foi possível incluir metas concretas de redução para os países ricos, no tratado sobre clima. Em consequência, o governo alemão pode até usar os resultados do Rio para não cumprir as metas já declaradas. De qualquer modo isso não fortalece a posição das ONGs da Alemanha. Nesse sentido, realmente não há nada a festejar.

Contudo a maioria das ONGs da Europa, que participaram na Unced, não negam os aspectos positivos: a grande participação das ONGs na Conferência dos Estados e no Fórum Global, o reconhecimento do papel das ONGs e o intercâmbio produtivo entre ONGs do Norte e do Sul. Especialmente o Fórum Global e o Fórum Internacional das ONGs deram esperança para novos avanços no futuro para um fortalecimento da cooperação internacional das ONGs e uma intervenção com mais peso.

Porém, meio ano depois da Unced parece que o que fica é só uma nova comissão (mais uma) na ONU. Na política real parece que as preocupações da Rio-92 sumiram do mapa. São outros os assuntos que movimentam as massas e a política no momento. Já no encontro dos países mais ricos do mundo (G-7) em julho em Munique as referências à Rio 92 foram praticamente inexistentes. E os primeiros passos concretos indicam uma direção até mesmo contrária aos resultados.

Uma das reivindicações da Agenda 21 ( documento oficial da Unced) foi um aumento de verbas dos países ricos para a cooperação internacional para 0,7% do PIB. Nada excepcional e muito abaixo das expectativas dos países do Sul. Um dos poucos países do Norte que gastou mais do que isso foi a Suécia, que proclamou sua própria meta de 1% do PIB. Mas logo depois da Rio-92 o governo cortou essas verbas em 10%. Assim fizeram também Noruega e Finlândia. Em 1993 os gastos da Finlândia vão cair de 0,77% para 0,4%, a mesma marca onde estava em 1985. Também na Alemanha unificada as verbas caíram de 0,41% (1991) para 0,34%. "As promessas desapareceram. É como se a Rio-92 nunca tivesse acontecido". Quem afirmou isso não foi um ambientalista radical mas o vice-presidente do Banco Mundial, Carl Tham.

Em setembro de 92 ambientalistas e sindicatos na Alemanha quiseram - entre outros assuntos - discutir as consequências da Rio 92. Os organizadores do "Dia Alemão do Meio Ambiente" esperavam mais de 100 mil pessoas para o encontro em Frankfurt. Vieram apenas 30 mil e quase ninguém participou das discussões sobre a Rio-92. O único assunto discutido foi a crise do movimento ecológico. Esta crise pode ser entendida

ELE DISSE QUE  
VEIO COBRAR  
UMA DÍVIDA  
ANTIGA...



\* Sociólogo e Cooperante do Sactes na FASE

## O governo alemão pode até usar os resultados do Rio para não cumprir as metas já declaradas

dentro do contexto da conjuntura política na Europa e, especialmente, na Alemanha.

Em 1992, dois anos após a unificação da Alemanha, as dificuldades desse processo não podem mais ser negadas. Na Alemanha Oriental a unificação não incluiu a população na vitrine do capitalismo da Europa e, sim, a submeteu a uma desindustrialização brutal. A consequência mais óbvia é o aumento do número dos desempregados. Em 1989 a população economicamente ativa da Alemanha Oriental era de 9,7 milhões de pessoas. Em agosto de 1992 havia caído para 5,8 milhão. O número de desempregados era de 1,7 milhão. Esse número só não está mais alto porque muitas pessoas estão empregadas nos programas do

governo. A expectativa é que a taxa de desemprego crescerá em mais do que 20% em 1993.

Para “desenvolver” a Alemanha Oriental o governo federal transferiu para lá, em 1992, cerca de 135 bilhões de dólares - mais do que a dívida externa do Brasil. Isso só pôde ser financiado com um aumento das dívidas do Estado. O preço imediato da unificação é uma explosão das dívidas internas do Estado a um nível muito alto dos juros, freando a conjuntura econômica. Em 1992 a taxa dos juros na Alemanha era o dobro do que nos Estados Unidos. A Alemanha está repetindo de certo modo a política do primeiro governo Reagan: financiar uma política nacional com dinheiro internacional e um déficit fiscal enorme. Em 1995 a Alemanha vai gastar 50% das despesas do Estado para o pagamento de juros.

Na Europa do Mercado Comum isso não é uma questão somente alemã. Por causa da interdependência das moedas os outros governos também terão de manter um nível muito alto dos juros. Essa imposição alemã agrava e generaliza a crise financeira na Europa. A justificativa para os cortes na cooperação internacional é exatamente essa crise.

Por outro lado se observa na Europa inteira, e especialmente na Alemanha,

um crescimento assustador do racismo e dos partidos da extrema direita. Em 1992 ataques aos asilos de estrangeiros viraram quase uma rotina triste. Grupos da extrema direita e *skinheads* mataram mais de 20 pessoas, na grande maioria estrangeiros. Mas seria fácil demais explicar essa onda de violência só com a frustração dos jovens desempregados. Nas eleições estaduais de 1992 o partido da extrema direita “Os Republicanos” ganhou, no estado economicamente mais avançado, 10% dos votos.

Enfim, 1992 também foi o ano da guerra na Europa. A guerra sangrenta na Iugoslávia provocou a maior onda de refugiados

depois da Segunda Guerra Mundial. A festa do fim do muro acabou. Fica claro que a queda do muro abriu a Europa Ocidental ao Leste, quer dizer à miséria. O Terceiro Mundo virou vizinho da Europa Ocidental.

O grande sonho de Gorbachev de uma “casa comum” da Europa que incluiria a ex-União Soviética já é história. A tendência na Europa é óbvia: fechamento para os países pobres. A política oficial (não só na Alemanha) definiu o fluxo de estrangeiros como o grande problema do país. Com muitas brigas sobre detalhes, os dois grandes partidos, o conservador União Democrática Cristã (CDU) e o Partido Social-Democrata (SPD) concordaram com uma reforma constitucional para restringir o direito de asilo. De certa maneira os partidos tradicionais (os dois ganharam 80% dos votos nas últimas eleições) deram razão à extrema direita, aceitando a sua definição dos problemas políticos. Se realmente o fluxo dos estrangeiros é o problema, por que não aceitar a solução radical: fora com os estrangeiros, Alemanha para os alemães, como a direita está pregando?

Cientistas políticos falaram sobre a “direitização da política” e um líder da CDU proclamou que as próximas eleições serão ganhas pela direita. O apoio aos partidos tradicionais está diminuindo. Está cada vez mais difícil para um dos partidos - junto com o tradicional parceiro de coalizões, o Partido Liberal - ganhar eleições. Das últimas três eleições estaduais, duas tiveram como resultado uma “grande coalizão” entre SPD e CDU. Isso fortalece a extrema direita, que parece a única oposição de verdade.

*Para “desenvolver” a Alemanha Oriental o governo federal transferiu, em 1992, mais do que a dívida externa do Brasil*



Mas também há sinais positivos. Uma grande frente anti-racista está se formando. Em grandes manifestações, milhares de pessoas protestam contra o racismo e a xenofobia. Um novo movimento de massas está surgindo.

Em resumo, os assuntos políticos, que dividem a sociedade e provocam novos movimentos, são as dificuldades econômicas, agravadas pelos custos da unificação da Alemanha e o racismo crescente. Com isso os temas da Rio-92 quase sumiram do mapa.

Pior ainda, essas novas tendências provocam uma crise no Partido Verde, na esquerda e nos movimentos ecológicos. Nos anos setenta, o movimento estudantil, grupos ecológicos e uma boa parte da esquerda se uniram para formar o Partido Verde e realmente conseguiram formar uma nova força política na Alemanha. A crise ecológica, a energia nuclear, os direitos das mulheres eram os grandes eixos dessa nova organização política. O Partido Verde se tornou um foco da insatisfação com o modelo industrial, com as conseqüências do desenvolvimento na Europa. Já a inesperada volta da questão nacional pegou um Partido Verde despreparado. O partido e a esquerda ficaram perplexos e sem uma proposta própria. O resultado foi a

*Como explicar a um alemão desempregado que o problema central seria o consumo elevado no Norte?*

vitória dos conservadores na primeira eleição depois da unificação. O Partido Verde da Alemanha Ocidental não con-



seguiu o mínimo de 5% dos votos e ficou sem deputados.

Mas não é só o surgimento de novos eixos políticos que provocou a crise do Partido Verde e dos movimentos ecológicos. Paradoxalmente é, também, o relativo sucesso do movimento verde. O discurso ecológico não é mais um discurso da oposição, de crítica ao modelo predominante, mas foi incorporado ao discurso oficial. A Alemanha, como muitos outros países, ganhou um Ministério de Meio Ambiente, novas leis e novos discursos políticos. Isso não é só demagogia e hipocrisia, é (também) mais uma conseqüência da crise ecológica do capitalismo real. O que era o eixo para uma nova formação política desmanchase no ar. Ou como um palestrante no Dia do Meio Ambiente formulou: "Conseguimos tornar a situação dominante mais verde, mas não avançamos na mudança do modelo dominante."

Nesse sentido a Rio-92 não avançou. As ONGs do Norte e do Sul frisaram em vários documentos a importância de uma mudança no Norte. O lema central era a "mudança do estilo de vida no Norte". O tratado sobre "o consumo e o estilo da vida" reivindica explicitamente como prioridade a redução de consumo. Ora, isso pode ser uma discussão importante entre ecologistas, mas como proposta política na Europa não funciona. Como explicar a um alemão desempregado que o problema central seria o consumo elevado no Norte? A Comunidade Européia tem mais de 20 milhões de desempregados. As propostas do Fórum das ONGs não discutem a questão social no Norte, a dialética entre inclusão e exclusão nos próprios países desenvolvidos.

Agora entende-se que em vista da conjuntura política na Europa, as propostas dos ecologistas perdem a atualidade. Os ambientalistas não estavam preparados para a volta da questão social na Europa.

E a política dominante reage às dificuldades econômicas crescentes de uma maneira bem clássica: aumenta as dívidas públicas. Com o crescimento da dívida - que é o problema central da política financeira na Europa - o espaço para um desenvolvimento sustentável diminuiu. Para pagar as dívidas a economia tem que crescer a qualquer custo. Nessa situação, a discussão dos anos 70 sobre "crescimento qualitativo"

*O crescimento da população mundial não é em si o problema principal*

## *A unificação não incluiu a população na vitrine do capitalismo da Europa*

já parece tão arcaica como um discurso *hippie*. No momento de uma crise das finanças públicas na Europa fica bem claro que o ambientalismo entrou na política oficial - mas está na margem. Ganhou um ministério fraco mas não entrou no Ministério da Fazenda e da Economia.

Enquanto essa situação deixa os ambientalistas e a esquerda perplexos, a direita tem uma proposta falsa: o problema são os estrangeiros. Infelizmente respostas simplificadas numa situação complexa convencem muitas pessoas.

A esquerda e os ambientalistas têm uma crítica correta do modelo dominante mas não têm uma proposta política para a crise atual, que "comova as massas". E isso se reproduziu na Rio-92. Peter Wahl, de uma nova rede de ONGs do Norte (Anped), observa: "Apesar de todos os papéis, documentos, propostas altamente sofisticadas (sobre energia, trânsito, biodiversidade, agricultura sustentável, dívidas...) produzidos nos últimos 10 anos, apesar de uns avanços setoriais, a lacuna entre atenção e ação aumentou. Na crise geral da política não precisamos de novos papéis, propostas, programas sobre o que queremos fazer, mas novas idéias de como fazer."

Exatamente nesse sentido a Rio-92 avançou pouco. Assim se explica o impacto mínimo da conferência nas atuais discussões na Europa.

Sem dúvida essa avaliação parece bem pessimista. Mas realmente a situação na Europa está preocupante, não só porque as dificuldades cresceram. Em comparação com a situação do Terceiro Mundo essas dificuldades podem parecer até ridículas. Mas essa comparação não vale na política. O que é realmente preocupante é que essas dificuldades fecham o espaço para propostas mais progressistas e provocam um crescimento da direita.

Contudo, nas discussões depois da Rio-92 os grupos que participaram do processo e da conferência destacaram muitos aspectos positivos, principalmente para a articulação das ONGs. Pela primeira vez as grandes entidades ambientalistas - uma parte com um perfil bem conservador - e os grupos e agências da solidariedade - muitas vezes ligados às Igrejas - se juntaram para um processo de discussões conjuntas.

Em termos de discussão de conceitos houve um avanço real. Os ambientalistas discutiram com mais esforço a questão da ordem mundial. O processo da Unced ampliou essa discussão e superou conceitos simplificadores. Assim, também entre os ambientalistas conservadores aumentou a compreensão que o crescimento da população mundial não é em si o problema principal e que não se pode discutir a questão da pobreza só como uma ameaça ao meio ambiente. A pobreza, especialmente no Terceiro Mundo, é um escândalo não porque os pobres - como muitos acreditam - destruam as florestas, mas porque é uma consequência de estruturas sociais injustas e desigualdades internacionais.

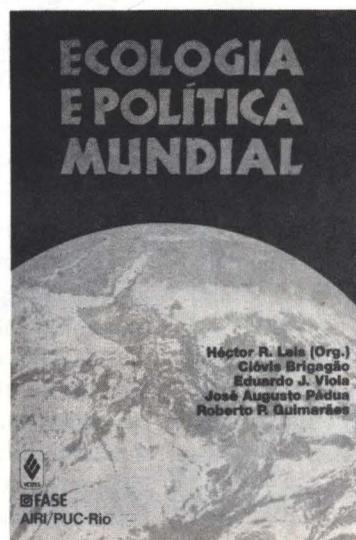
Cresceu também o reconhecimento de que a miséria no Sul não pode ser resolvida sem mudanças fundamentais

## *Parece que as preocupações da Rio-92 sumiram do mapa*

no Norte. A Rio-92 abriu as entidades ambientalistas mais para a dimensão internacional - e não só para a questão das florestas. Ao contrário, ninguém das ONGs da Alemanha participou na elaboração do tratado sobre florestas, mas sim do tratado sobre modelos econômicos alternativos.

A preparação da Rio-92 também apoiou a criação de uma nova rede de ONGs no Norte - Anped (Aliança no Norte para Meio Ambiente e Desenvolvimento), que junta grupos da Europa Oriental e Ocidental. A internacionalização das discussões entre as ONGs é sem dúvida um dos aspectos mais positivos da Unced. O grande desafio agora será levar essa internacionalização a propostas concretas e intervenções políticas, e não deixá-la ser apenas como um novo turismo de congressos. ■

## **ECOLOGIA E POLÍTICA MUNDIAL**



**FASE**

Rua das Palmeiras, 90 - 22270-070 - Rio de Janeiro - RJ Tel.:(021) 286-1598

## Ecoss e significados da presença e intervenção das mulheres na Eco-92

Sonia Correa\*

“No século XVII, entre 12 de novembro de 1651 e 17 de abril de 1695 viveu no México uma mulher extraordinária: Sor Juana Ines de la Cruz... Cedo descobre que seu sexo era um obstáculo “no natural sinó social para su afán de saber”. Para frequentar a universidade, disfarça-se de homem. Escreve que o entendimento não tem sexo, nem a inteligência é privilégio dos homens, como “la tontéria” não é exclusiva das mulheres (Maria José Rosado Nunes, in “De Mulheres e de Deuses”, Estudos feministas, Ciec/Eco/UFRJ, Rio de Janeiro, out. 1992 )

### Nascentes de um novo tempo

Durante o Fórum Global, mulheres do mundo inteiro se fizeram ouvir nos debates sobre meio ambiente e desenvolvimento. Estas vozes nos permitem retomar os fios com os quais têm sido construídos, desconstruídos e reconstruídos o olhar e os discursos das mulheres sobre a cultura.

O debate sobre desenvolvimento começa nos anos 40, refletindo a polarização da guerra fria. Sua evolução, nos

últimos quarenta anos, foi marcada pelo economicismo dos índices de produto nacional bruto, do balanço de pagamentos, da renda per capita. Em distintas versões o “desenvolvimentismo” foi sinônimo de crescimento econômico.

Nos anos 70, após trinta anos de crescimento contínuo - que havia produzido transformações cruciais na inserção

ração sexual” e “ crise da família” também estão na agenda dos debates. Nos quatro quadrantes do mundo a “ordem natural” subjacente às relações de gênero se fazia, uma vez mais, objeto de interrogação intelectual e política.

Em 1972, acontece em Estocolmo a primeira Conferência Mundial sobre Meio Ambiente. Três anos mais tarde (1975) a ONU institui o Ano Internacional da Mulher e realiza na Cidade do México a Conferência para a Integração das Mulheres aos Processos de Desenvolvimento. A partir de então, gênero e meio ambiente, como conteúdos dos novos tempos, seriam paulatinamente integrados ao debate sobre desenvolvimento.

As conferências de 1972 e 1975 sinalizam também um traço peculiar das condições políticas contemporâneas: os processos de institucionalização. Não deixa de ser surpreendente que temas e questões apenas aflorados ao final da década de 60, poucos anos mais

tarde já se haviam transformado em objeto de interesse dos Estados e dos aparatos internacionais. Tal processo, porém, não deve ser lido apenas no que diz respeito às estratégias de cooptação e esvaziamento, nele implícitos. A institucionalização também deve ser compreendida enquanto dinâmica de tensão, contradição, filtragem e difusão, que necessariamente articula as sociedades ao campo institucional. A trajetória do debate sobre mulher e desenvolvimento é, neste sentido, exemplar.



Claudia Ferreira

### Mulheres de todo o mundo se reuniram no Fórum Global.

social das mulheres - um novo ciclo de crise se instaura no campo capitalista. No mundo socialista, este é o tempo das dissidências e, também, dos primeiros sintomas de estagnação. No Brasil, como em outros países do sul, estão instaladas ditaduras militares. Entretanto, nos vários continentes permanecem ecoando idéias formuladas, ou atualizadas nos anos 60 : os primeiros sinais da consciência ecológica; o debate centro-periferia e a resistência ao neocolonialismo; e a crítica radical ao Estado e à ciência. “Libe-

\* Diretora do SOS Corpo e Coordenadora da Iniciativa de Investimento da Dawn (rede Mudar) para a área de população e direitos reprodutivos.

## De olho nas mulheres

As mulheres não estavam inteiramente excluídas das formulações desenvolvimentistas antes da década de 70. No final dos anos 50, demógrafos trabalhando com programas internacionais de população detectaram que a melhoria do status feminino afetava as taxas de fecundidade. Ao longo dos anos 60, a cooperação internacional desenhou estratégias para o envolvimento das mulheres nos programas de promoção familiar e desenvolvimento comunitário. As concepções que nortearam tais políticas foram criadas por organismos que representam os grupos dominantes e tinham traços instrumentais: as mulheres não participavam do desenvolvimento e sua integração deveria se construir a partir do papel que lhes era atribuído, ou seja, como reprodutoras e repositoras da força de trabalho. Esses organismos defendiam a elevação do status da mulher apenas como suporte para a redução das taxas de crescimento demográfico.

Em 1975, a conferência inaugura uma nova etapa do debate "Mulher e Desenvolvimento" e responde às inquietações feministas que se intensificavam nos países industrializados. As instituições que promoviam a conferência tinham como horizonte a ampliação, para o mundo "em desenvolvimento", do processo de integração econômica das mulheres. Ou seja, não se tratava mais de incorporar as mulheres apenas como mães e gestoras da vida doméstica, mas como trabalhadoras. Esta agenda institucional

*A partir da Conferência do México, gênero e meio ambiente seriam paulatinamente integrados ao debate sobre desenvolvimento*

seria criticada e transformada durante a própria conferência.

Um Fórum de Organizações Não-Governamentais, com a participação de mulheres de todo o mundo, foi organizado para acompanhar e monitorar o evento oficial. Este olhar externo e crítico influenciou de modo decisivo a diretriz oficial de "integração das mulheres aos processos de desenvolvimento". A experiência das mulheres nos países industrializados demonstrava que a incorporação ao mercado de trabalho não correspondia a igualdade social e política e - em muitos casos - nem mesmo assegurava as condições adequadas para que elas pudessem exercer suas múltiplas funções sociais. Do outro lado, a vivência das africanas, latinas e asiáticas demonstrava que nos países do Sul, o trabalho das mulheres - como produtoras rurais, trabalhadoras assalariadas, donas de casa - representava uma contribuição crucial para a sustentação das famílias e comunidades.

A integração deveria, portanto, ser acompanhada de igualdade, no plano legal, e de equidade de oportunidades. Abre-se assim o extenso campo de análise e ação para garantir os direitos - políticos e sociais - das mulheres. Formulam-se, também, novas abordagens para pensar a relação entre gênero e desenvolvimento como é o caso das mensurações do trabalho "invisível", as análises referentes à dupla jornada de trabalho e às atividades domésticas, os estudos sobre inserção diferenciada no mercado de trabalho. As mulheres deixam de ser objetos das estratégias de desenvolvimento, passando a intervir na sua formulação.



Fotos Cláudia Ferreira

### **Elevação do status da mulher como suporte para a redução das taxas de crescimento demográfico.**

Os resultados da Conferência do México são um dos primeiros exemplos de crítica ao economicismo das teorias clássicas de desenvolvimento. O surgimento de inquietações em organizações feministas de muitos países foi um dos desdobramentos desta conferência. No Brasil a conferência coincide com o processo de redemocratização, e os eventos organizados ficaram como marcos cruciais na história do movimento de mulheres. A conferência, por exemplo, impulsionou o desenvolvimento do Movimento Feminino Pela Anistia.

A partir daí tiveram lugar incontáveis iniciativas oficiais e não-governamentais com os temas mulher, integração, equidade. Um exemplo importante foi a conferência intermediária de Copenhague, em 1980, onde as mulheres soviéticas mostraram os imensos constrangimentos da condição feminina no mundo socialista.



### **A partir de 1985 diversificam-se os espaços de debate nas sociedades sobre a questão da mulher.**

## *A experiência das mulheres nos países industrializados demonstrava que a incorporação ao mercado de trabalho não correspondia a igualdade social e política*

Esses depoimentos consolidaram a crítica feminista às limitações conceituais do marxismo para compreender e transformar as relações de gênero. A iniciativa mais significativa foi a conferência da década, em 1985, em Nairóbi. O objetivo da conferência oficial era avaliar os resultados das ações ensejadas a partir das diretrizes definidas na Cidade do México. Pouco se havia avançado no terreno das políticas públicas, sobretudo nos



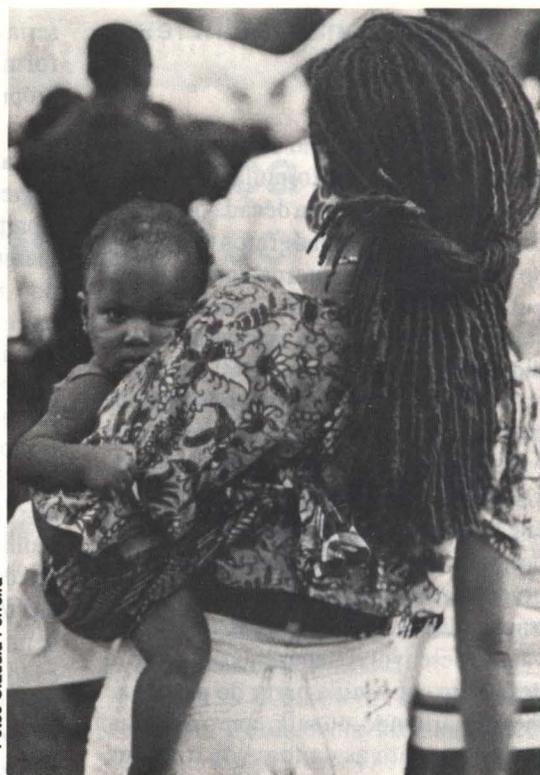
**O trabalho das mulheres representa uma contribuição crucial para o sustento das famílias e comunidades.**

países do Sul. Entretanto, os debates do Fórum Não-Governamental foram ricos e intensos. Concepções foram revistas e novos temas foram priorizados.

A perspectiva feminista no campo da fecundidade - planejamento familiar, aborto, direitos de reprodução - assumiria grande visibilidade, numa conjuntura em que a política norte-americana influenciada pelos fundamentalistas, assumia contornos conservadores. As confrontações com o grupo antiaborto, que dispunham de uma sólida base de operações no Quênia e de apoio para-oficial americano, foram acirradas durante o fórum.

Num outro plano, as concepções de "integração e equidade", formuladas em 1975, foram revistas. As análises do lugar e papel das mulheres nos processos de desenvolvimento haviam se refinado durante a década. E se explicitaram diferenças entre as dinâmicas e concepções que informavam análises e práticas, no Norte e no Sul. A categoria "mulher" se desdobra em "mulheres", de maneira a contemplar a diversidade de inserção (rural/urbana), raça, classe, etnia, idade, opção sexual. Anuncia-se também o uso do gênero como referência de análise para informar a prática política.

Um rede de pesquisadoras do Sul - DAWN, conhecida no Brasil como rede Mudar - divulga em Nairóbi o conceito de *empowerment* - para o qual não dispomos de tradução adequada - como referência para repensar a questão das "mulheres em desenvolvimento". A grade de análise articula a experiência das mulheres no nível micro - da família, comunidade e espaço de trabalho -, às dimensões macroestruturais dos processos de desenvolvimento. A partir do ponto de vista das mulheres pobres do Sul, DAWN faz uma releitura da teoria da dependência e identifica dimensões de gênero e relações de po-



Fotos Cláudia Ferreira

**A categoria "mulher" se desdobra em "mulheres", de maneira a contemplar a diversidade de inserção.**

der, ao longo da cadeia de interações em que se articulam mulheres, sociedades, Estados e políticas de caráter global. Este esforço demonstra que a marginalização das mulheres e as desigualdades de gênero no mundo em desenvolvimento devem ser analisadas na sua relação com a ordem internacional (Sen et Grown, 1989). Num plano mais filosófico *empowerment* não significa "poder sobre o outro", mas "poder ser".

### **A ótica da "eficiência"**

O processo desencadeado a partir de Nairóbi foi ainda mais heterogêneo e intenso. Diversificam-se as iniciativas de mulheres assim como os espaços de debate nas sociedades. Começa uma nova etapa de institucionalização de que são expressão as políticas públicas nos planos nacionais e a incorporação definitiva da referência do "gênero" pelo sistema internacional de cooperação.

Além disso o período 85/92 caracterizou-se por alterações profundas no panorama internacional: caem os muros; estendem-se os processos de democratização nos países do Sul; amplia-se a consciência acerca da crise ambiental; instala-se a hegemonia neoliberal e se agravam os processos de exclusão social. O campo gênero/mulheres/desenvolvimento não ficou imune a estas turbulências.

No rastro do modelo neoliberal de desenvolvimento, formula-se uma nova abordagem para o envolvimento das mulheres que tem como chave o princípio da "eficiência". Ao reconhecer que as mulheres gerem melhor os recursos sociais, econômicos e ambientais - como demonstrado pelas investigações desde a década de 70 - os organismos multi e bilaterais passam a priorizá-las como grupos-alvos, sobretudo nos programas de combate à pobreza. A ótica da "eficiência" tende a reiterar o caráter "instrumental" das propostas para a inclusão das populações femininas nos projetos de desenvolvimento. A crítica feminista tem reagido a esta nova vertente, buscando construir grades de análise onde se articulam, dialeticamente, intervenções destinadas a conter os processos de exclusão e perspectivas estratégicas que visam transformar o próprio sistema de gênero (Moser, 1991).

No espaço aberto pela crise dos paradigmas, difundem-se as muitas traduções pós-modernas da teoria política. Simultaneamente, as perspectivas ambientalista e feminista ganham espaço. São múltiplas as resultantes do encontro entre o pensamento feminista e as teses pós-modernas. No que concerne ao debate gênero/desenvolvimento cabe reter pelo menos duas delas.

A primeira - gênero e autonomia - provém da articulação da análise de gênero com a teoria da "democracia radical". O conceito de autonomia é central e integra outras referências como: "As múltiplas

**Na Tenda das Mulheres apareceram também novas questões: a espiritualidade, as teorias pós-modernas etc.**



Foto: Cláudia Ferreira

plas posições dos sujeitos sociais", as teorias do discurso, e a concepção das várias esferas/níveis do político, que permite a articulação entre micro e macro, público e privado. Esta abordagem é questionada por sua limitação no que se refere à construção de novas utopias, e por não desenvolver considerações mais consistentes no que diz respeito à relação cultura-natureza, desenvolvimento econômico-meio ambiente.

A segunda é o feminismo da diferença, que reenfazeta a especificidade, e quer reconstruir os paradigmas a partir da ótica das mulheres, uma "forma de olhar"



**A despeito de diferenças na forma de conceber o "fazer político", há contatos consolidados.**

não contaminada pelos valores masculinos, que até aqui determinaram o "estado do mundo". A teoria da diferença também aponta para a distância - não superada ou, segundo algumas autoras, insuperável - que permanece entre a construção das subjetividades, masculina e feminina, e as transformações sociais e políticas que resultam das lutas pela igualdade/equidade.

Concepções do mesmo tipo que o feminismo da diferença influencia a formulação ecofeminista. Esta formulação surge da confluência entre o ambientalismo e o movimento de mulheres. As teses ecofeministas identificam uma conexão entre a opressão feminina e a destruição da natureza pelo sistema de valores e práticas patriarcais que nomeiam como objeto, igualmente, as mulheres e a natureza: "Estão os homens para a cultura assim como as mulheres para a natureza?" (Ortner, 1974, Garcia, 1992). O ecofeminismo desenvolve críticas severas com relação aos chamados "valores da modernidade" - como o individualismo e a competitividade - revalorizando as regras de reciprocidade, obrigações e deveres, que caracterizam as culturas tradicionais.

Num contexto intelectual e político de requalificação do natural, estas visões promovem uma inversão no sistema de valorização clássico que atribuía positividade ao binômio cultura/masculino e negatividade à díade natureza/feminino. No plano simbólico esta inversão tem um apelo profundo, entre outras razões, porque proporciona um enorme alento para as mulheres em busca de "identidade política".

As críticas com relação ao ecofeminismo e ao feminismo da diferença identificam um retorno ao essencialismo, que durante milênios subordinou as mulheres aos discursos filosóficos, religiosos e políticos. Da mesma forma o uso unitário da categoria "mulher", pelas duas correntes, re-

*Uma  
"forma de olhar"  
não contaminada  
pelos valores  
masculinos, que até  
aqui determinaram  
o "estado do  
mundo"*

absorve as diferenciações de classe, raça, etnia e assim por diante" (Garcia, 1992). Essas diferenciações não devem ser excluídas da análise quando se trata de compreender a articulação entre os processos de desenvolvimento e o sistema de gênero.

### O estuário no Aterro do Flamengo

A perspectiva feminista chega ao debate da Unced através de uma trajetória densa, complexa e pouco linear. A Tenda das Mulheres foi, sobretudo, um espaço onde desaguaram as visões elaboradas, revistas e retomadas ao longo das duas últimas décadas. Revisitaram-se conteúdos e temas trabalhados desde os anos 70, dentro e fora do movimento de mulheres. Porém, apareceram também novas questões: a espiritualidade, as teorias pós-modernas, o questionamento dos fundamentos liberais subentendidos nas formulações dominantes no campo do direito.

Não houve uma resultante que possa ser tomada como único parâmetro no sentido de balizar, a partir da Eco, a articulação conceitual e prática entre gênero/ desenvolvimento/meio ambiente. Foram explicitadas e mapeadas tendências, tangenciamentos, convergências, tensões e divergências. Este é, possivelmente, o significado mais fértil das atividades do Planeta Fêmea.

A presença e a intervenção das mulheres no processo que antecedeu a Eco 92, e especialmente no Fórum Glo-

bal, contribuíram para consolidar a abertura do campo feminista - para a comunidade mais ampla das ONGs e para a própria sociedade - divulgando posições e práticas confinadas aos circuitos feministas. O exemplo mais significativo é a questão populacional, objeto de um debate intenso na Tenda das Mulheres, e que resultou no Tratado da População assinado posteriormente por centenas de ONGs do mundo inteiro.

Finalmente, no plano global, o evento corresponde a um momento fundamental para a preparação da Conferência das Duas Décadas, que vai acontecer em Pequim em 1995. Em 1975, no México a agenda de debates foi, sobretudo, determinada pelas circunstâncias e interesses dos "países centrais". Em Nairóbi, agendas do Primeiro e do Terceiro Mundo assumiram feições próprias e até mesmo

conflitantes. O Rio de Janeiro, como um ensaio para Pequim, inspira outra leitura.

O Fórum Global, a Unced e os debates no movimento internacional de mulheres evidenciaram o acirramento das questões Norte-Sul. Entretanto o caráter planetário da crise ambiental e dos processos de exclusão faz com que - ao menos no campo não-governamental - sejam menores os riscos de polarização das posições. Num outro plano, os efeitos das articulações internacionais construídas pelos movimentos de mulheres, desde 1975, demonstraram sua efetividade. A despeito de problemas de linguagem, divergências conceituais, diferenças na forma de conceber o "fazer político", há redes estabelecidas, contatos consolidados, pautas conjuntas. É mais fácil hoje - que há vinte anos - ousar a formulação de uma agenda feminista global. ■

## Mulher e Políticas Públicas



## Com Garra e Qualidade



A Rede Mulher distribui estas publicações  
Rua João Ramalho, 991 - Perdizes - 05008-002 - São Paulo - SP  
Tel.: (011) 627050 - Fax: (011) 871-3457



## Cadernos da Rede

REDEH  
Rua Barão do Flamengo, 22/304  
22210-080 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 205-6297

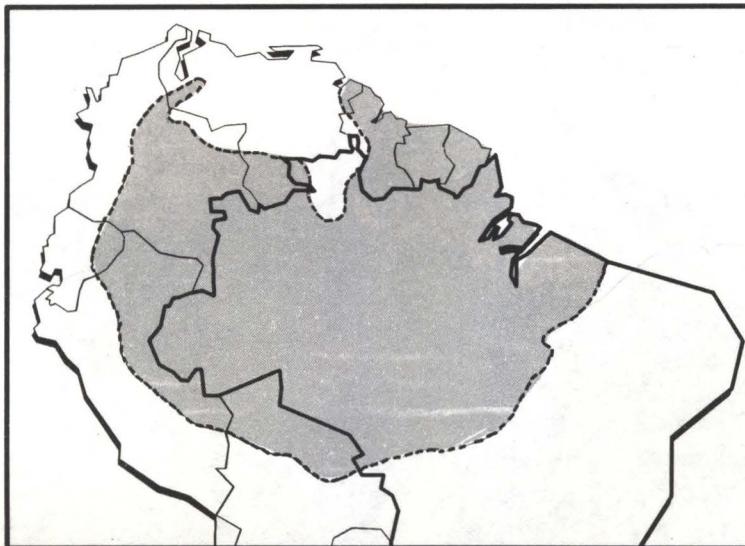
# Qual desenvolvimento para a Amazônia?

Paulo H.B. de Oliveira Júnior\*  
Jean-Pierre Leroy \*\*

A Amazônia continental, com seus 6,5 milhões de km<sup>2</sup>, vem se consolidando como área de importância econômica e estratégica na esfera de reprodução do capital, hoje sem fronteiras e globalizado. A região possui um terço da reserva mundial de florestas latifoliadas, um quinto da disponibilidade de água doce, incalculáveis riquezas minerais e um patrimônio bioenergético ainda desconhecido. O futuro do desenvolvimento na região é tema de grandes encontros e debates, despertando cada vez mais o interesse do público nacional e internacional, sobretudo daquele preocupado com a questão da democracia e da qualidade de vida no planeta.

O Brasil vem se tornando o principal interlocutor internacional no interior desse debate. Isto porque aproximadamente 55% da extensão total da Amazônia estão localizados em território nacional, tendo sido fortemente afetada pelo impacto social e ambiental gerado por 25 anos de intervenção do Estado na região, com a ação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - Sudam. O discurso do

governo brasileiro é recheado de expressões como "desenvolvimento sustentável", "harmonia entre o homem e a natureza", "respeito ao meio ambiente" etc. Mas entre o discurso e a prática há uma longa distância. O governo Collor, ao mesmo tempo em que tentou edificar uma imagem de gestor responsável de uma política de preservação ambiental,



cedeu, como seus antecessores, às pressões nacionais e internacionais de grandes grupos econômicos interessados na exploração dos recursos naturais da região, apoiando-se numa política liberalizante da economia nacional. E não há sinal de que o governo atual tenha políticas distintas.

Na realidade, os governos sucessivos mostram-se incapazes de, juntamente com a sociedade nacional e, em

especial, a amazônica, construir alternativas de desenvolvimento que habilitem a região para enfrentar os desafios estratégicos do próximo milênio. Ao invés disso, reproduz, em escala ampliada, a diversidade de processos e os desastres observados com a implantação das políticas militares para o desenvolvimento econômico da Amazônia. Até meados de 1990 foi desmatado um total de 415.200 km<sup>2</sup> de florestas, incluindo 4.800 km<sup>2</sup> de florestas inundadas por hidrelétricas. Esta superfície representa 9,7% da Amazônia Legal. Durante a ditadura, com o objetivo de atrair capital, estrangeiro ou nacional, o próprio Estado investiu maciçamente em obras de infra-estrutura, abrindo estradas (por exemplo a Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho, Manaus-Porto Velho, Manaus-Caracará); construindo portos e aeroportos (como os de Belém, Santarém e Macapá, além do aeroporto internacional de Manaus); e construindo hidrelétricas.

O grande interesse do governo na construção de hidrelétricas na região foi movido pelas empresas internacionais que desejavam beneficiar o alumínio, mas que necessitavam para isso de preços de energia elétrica subsidiados. Como exemplo temos a construção da hidrelétrica de Tucuruí, cujo objetivo foi o de atender a demanda da fabricação de alumínio em Barcarena e São Luís, no Maranhão. A hidrelétrica de Balbina, no rio Uatumã, foi construída para abastecer de energia a extração de cassiterita da Mineração Paranapanema. E a hidrelétrica de Cachoeira Porteira, no rio Trombetas, vai servir para a extração e processamento de bauxita pela Mineração Rio do Norte.

A esse modelo de desenvolvimento levado a cabo pelos militares, a região deve hoje o atual quadro de violência e miséria em que vive a grande maioria da população local e a aniquilação territorial e cultural das populações indígenas e tradicionais. A expansão do território capitalista enfrentou-se com o território camponês e indígena. Entre 1964 e 1985

\* Agrônomo e geógrafo. Pesquisador da FASE.

\*\* Educador e coordenador da área de estudos e capacitação da FASE.

## *Sob a aparente paralisisa esconde-se a decisão real da manutenção da estrutura econômica, social e política da região*

foram assassinados 553 trabalhadores rurais na Amazônia. Entre 1986 e 1988 mais 174 trabalhadores rurais perderam suas vidas na região Norte. Além disso, promoveu-se a devastação dos recursos naturais. Como exemplo, a planta medicinal salsaparrilha e o peixe-boi quase foram levados à total extinção.

### **Incapacidade ou omissão?**

Das ações coordenadas e autoritárias gestadas pela ditadura militar à atual desarticulação e aparente paralisia das instâncias de decisão e intervenção do governo, o que se verifica é que o grande capital prossegue a sua ocupação predatória num mesmo ritmo de crescimento em que se acentuam a degradação ambiental, os problemas e conflitos sociais e os diferentes processos de exclusão econômica e política da maioria da população amazônica.

Os projetos de extração mineral e as empresas do setor de metalurgia demonstram na sua implantação e resultados o movimento descrito anteriormente. O Projeto Grande Carajás é um exemplo claro de como os diferentes órgãos governamentais e empresas estatais vêm submetendo a Amazônia aos interesses internacionais

e nacionais, externos à região, e, portanto, sem o compromisso com o seu desenvolvimento econômico e social. O projeto é um enclave, com efêmeros efeitos sobre a criação de empregos e infraestrutura, geração de renda nacional e articulação com os demais setores da economia. No lugar de promover o desenvolvimento social, acarretou a miséria da população local e daquela atraída de outras áreas através da transformação das formas de produção econômica e de organização social nas áreas onde se instalou. Além disso, na área ambiental, ao mesmo tempo em que desenvolveu projetos ambientais interessantes no perímetro de Carajás, ao atrair para a sua periferia uma importante população remanescente da mão-de-obra do projeto e articular a produção mineira à transformação em ferro-gusa, contribuiu para uma violenta degradação dos recursos naturais.

A classe dominante do setor rural alterou as suas formas de atuação econômica em função da atual recessão e da diminuição dos subsídios. Atividades como a pecuária, a fruticultura (coco,



J. R. Ripper / Imagens da Terra

**Até meados de 1990 foi desmatado um total de 415.200 km<sup>2</sup> de florestas**

dendê etc.) e a pesca não mais apresentam a intensidade de um crescimento horizontal extensivo, como foi observado até meados dos anos 80. Ao contrário, os investimentos e incentivos fiscais recebidos pelos empresários destes setores voltam-se atualmente para uma vertica-

## *A expansão do território capitalista enfrentou-se com o território camponês e indígena*

lização de suas atividades como a intensificação do processo produtivo e a montagem de plantas industriais de processamento de carne bovina, frutas, pescado etc. Voltam-se também, e prioritariamente, para o mercado externo. As divisas obtidas são destinadas para as regiões sedes destas empresas.

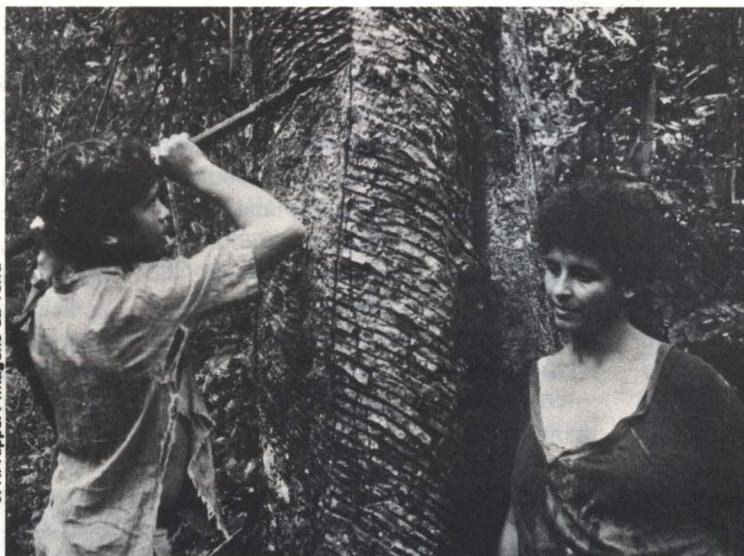
Em outra situação encontram-se as oligarquias tradicionais, que são historicamente, em associação com o grande capital, as mediadoras na circulação dos

produtos extrativos e agrícolas provenientes do trabalho do campesinato local. O agravamento do quadro econômico do país, aliado ao crescimento dos espaços conquistados pela organização dos trabalhadores rurais na região, vem atingindo diretamente as suas formas de dominação econômica. Entretanto, estas oligarquias, recicladas ou não, mantêm-se no poder político local e regional, baseando sua atuação na demagogia, no clientelismo e no extermínio físico dos seus oponentes. A fragmentação e dispersão das lutas travadas pelos trabalhadores e a sustentação econômica por parte de empresas que atuam sobre-

bretudo no setor comercial e industrial de processamento de produtos extrativos (madeira, palmito, peixes...) ajudam essas oligarquias a se manterem no poder. Além disso, também têm apoio de segmentos do poder executivo federal (como é o caso das desapropriações fraudulentas

efetuadas pelo Inca ) e há suspeitas de seu envolvimento também com o contrabando de ouro e tráfico de drogas.

Neste contexto, o campesinato amazônico é o segmento que vem sendo mais duramente atingido pelas estratégias político-administrativas federais. Extrativistas, ribeirinhos, posseiros e colonos nem conseguem, atualmente, remuneração para o produto de seu trabalho no limite mínimo de sua sobrevivência e reprodução. Marginalizados, cada vez mais pobres e vítimas de permanente violência praticada por grupos econômicos interessados em seu patrimônio fundiário e na sua força de trabalho, buscam, na maioria dos casos, a sua sobrevivência imediata nos garimpos, em biscates urbanos, nas obras de infra-estrutura e grandes projetos de extração mineral e de metalurgia.



J. R. Ripper / Imagens da Terra

## Alternativas de desenvolvimento

É neste processo de dominação e exclusão econômica e política do campesinato amazônico que nascem as suas lutas de resistência à subordinação e à violência a que estão submetidos. Inicialmente localizadas, o crescimento dessas iniciativas e o avanço de sua organização vêm gerando, a partir de meados dos anos 80, uma articulação com os demais segmentos populares amazônicos, também organizados em torno de suas lutas específicas. Assim, juntamente com o movimento sindical urbano (notadamente o de Manaus, Belém e Barcarena), organizações indígenas, setores universitários, instituições de pesquisa com real inserção social e profissional na região; ONGs de desenvolvimento e ambientalistas constroem alternativas políticas de desenvolvimento. Essas alternativas visam permitir às populações amazônicas uma qualidade de vida que, hoje, a maioria não alcança; contribuir com a

exploração e beneficiamento de suas riquezas, para uma distribuição de rendas e o crescimento do país; apontam para a integração entre o desenvolvimento econômico e social e a conservação e recuperação dos recursos naturais, preservando e valorizando o patrimônio biogenético do país; assegurar a participação

**O camponês é quem mais sofre com as estratégias político-administrativas federais**

democrática de seus habitantes na definição das estratégias de desenvolvimento a serem adotadas para a região, além de sua interação com o Estado nos seus vários níveis.

Partindo desses elementos básicos e norteadores de sua ação política, os movimentos sociais organizados vêm pressionando as instituições governamentais (Sudam, Basa, Inca etc.), para a

*A  
fragmentação  
das lutas travadas  
pelos trabalhadores  
ajudam as oligarquias  
a se manter no  
poder*

concretização de sua pauta de reivindicações. Confrontam-se, assim, com a desarticulação entre as múltiplas instâncias de decisão e de intervenção do governo, que influem diretamente na totalidade de suas condições de vida e de trabalho. Desarticulação esta reveladora das reais prioridades e das verdadeiras forças no poder.

Sob esta aparente paralisia, esconde-se a decisão real da manutenção da estrutura econômica, social e política da região, fazendo com que não se concretizem determinadas conquistas dos movimentos populares como, por exemplo, a demarcação das terras indígenas e reservas extrativistas, desapropriações de áreas para assentamentos, liberação de recursos do Fundo Constitucional Norte (FNO) para os pequenos produtores etc. Ao lado disso, ao submeter o destino da Amazônia às instâncias nacionais de decisão política, o governo federal reafirma o seu status de região periférica, tentando

inviabilizar a ampliação do exercício pleno de cidadania pelas populações locais. Exercício este que vem sendo realizado por setores organizados e que se manifesta na prática democrática e cotidiana de definição das estratégias de desenvolvimento e do futuro que a sociedade amazônica deseja para si.

A omissão irresponsável de ações articuladas por parte do governo federal torna evidente a dicotomia existente entre as questões ambientais e as suas propostas de desenvolvimento para a Amazônia. Aprofunda a contradição de um discurso desenvolvimentista de primeiro mundo, com uma prática política fisiológica e degradante, típica de nossas tradições autoritárias. Uma prática que tem gerado o agravamento de situações de miséria de grande parte da população amazônica, ao mesmo tempo em que vem facilitando a dilapidação dos recursos naturais da região. Uma prática a que somente a sociedade amazônica organizada e demais setores democráticos nacionais podem se contrapor. ■

# À procura de uma política industrial

Entrevista com Fábio Erber\*

Enquanto organização não-governamental que lida com os movimentos sociais, a FASE está ligada a diversas áreas de trabalhadores que sofrem os impactos diretos da condução da política industrial, como por exemplo as questões ligadas ao complexo microeletrônico de consumo e a desverticalização através do Mercosul. Essas questões nos põe em contato com o drama da reconversão industrial e as questões social e ambiental.

Na procura de alternativas para o meio ambiente e o desenvolvimento precisamos buscar mais qualificação discursiva e entender sobre a necessidade de uma política industrial; o papel do Estado numa estratégia de desenvolvimento e todas as questões ligadas ao quadro de reestruturação e globalização.

Nesse sentido procuramos o economista Fábio Erber - diretor da área industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Social/ BNDES para falar sobre as atuais condições e a futura orientação da política industrial no Brasil.

**Proposta:** O Brasil teria condições de desenvolver uma estratégia própria de desenvolvimento onde elementos como a ética do desenvolvimento e a preservação ambiental pudessem jogar um papel chave?

**Fábio:** Obviamente que sim. Não conheço ninguém que irá dizer não. É um pouco esse tipo de história "você é contra a miséria?" Claro, não conheço ninguém que seja a favor da miséria.

\*Diretor da área industrial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

**Proposta:** Após uma década sem crescimento econômico, o Brasil enfrenta efeitos comparáveis aos de uma guerra: desemprego, meninos de rua, fome e doenças. O modelo neoliberal não dá conta dessa problemática social. É esse modelo que pretende servir de guia para a condução da política econômica?

**Fábio:** Nessa etapa de desenvolvimento cabe à sociedade organizar o mer-



Ariovaldo dos Santos / AUB

cado, e não ao mercado organizar a sociedade. Na verdade, o neoliberalismo já passou pelo seu auge e começa a refluir. A eleição do Clinton é uma clara demonstração disso. Os impasses no GATT são outra demonstração. A Comunidade Econômica Européia reconhece a necessidade de uma política industrial. Ou seja, a participação do Estado na definição do rumo do desenvolvimento

industrial e tecnológico. As próprias agências internacionais como o Banco Mundial estão mudando a ênfase do seu discurso, no sentido da necessidade de reconversão industrial, de reestruturação industrial.

**Proposta:** Por que então o neoliberalismo está tão em evidência?

**Fábio:** A onda neoliberal está associada, de um lado, à evolução do sistema financeiro que se tornou cada vez mais globalizado e, também, a um novo paradigma industrial que combina globalização com flexibilidade. Por outro lado associa-se também com uma mudança dos principais atores internacionais em função do processo de renovação tecnológica.

Num cenário de grande incerteza, a que serve o neoliberalismo? Ele serve para limpar o campo e permitir um reposicionamento desses grandes atores internacionais, sejam financeiros ou industriais. O neoliberalismo estava fadado a ter uma vida relativamente curta porque o Estado é um dos grandes atores da

gestação desse novo paradigma industrial. Na causalidade dessa onda estavam implícitas as suas próprias limitações. É como se tivesse um rochedo por dentro dessa onda, um rochedo factual.

**Proposta:** Como tem se dado essa intervenção do Estado?

**Fábio:** Em todos os países avançados o Estado é um ator fundamental na gestação dos novos paradigmas industri-

# O Estado é um ator fundamental na gestação dos novos paradigmas industriais

ais. Isso aparece de uma maneira muito clara na gestação e desenvolvimento do paradigma eletrônico, onde o Estado atua tanto na própria geração do conhecimento técnico, diretamente através de laboratórios, etc. ou financiando os gastos de empresas ou academias que desenvolvem essa tecnologia, como no plano industrial propriamente dito. A tradução desse conhecimento científico em produção industrial desempenha um papel muito forte.

Nesse ângulo, o Estado através de aparato diferenciado - o Mit no Japão, a Nasa e o Departamento de Defesa nos Estados Unidos - atua como um organizador, com frequência oculto, desse processo de criação de um novo paradigma.

**Proposta:** E no Brasil, como se deu essa intervenção?

**Fábio:** Concluimos, na década de 70, a nossa industrialização baseada no paradigma anterior: o paradigma fordista. No fim da década de 70, através do processo de substituição de importações, tínhamos implantado uma matriz industrial extremamente densa dentro do país. Não importávamos praticamente nada em termos de produtos industriais. A importação era extremamente reduzida. Ainda na segunda metade dos anos 70 estávamos nos preparando para entrar no novo paradigma através de políticas setoriais destinadas aos setores mais intensivos em tecnologia como telecomunicações, informática, nuclear, aeroespacial.

Este processo de constituição do novo paradigma foi em boa medida abortado pela crise dos 80, que se origina no lado financeiro, mas à medida que o país patina e não consegue sair do processo inflacionário, ela se transforma numa crise industrial.

No momento estamos passando por um período quase que de subdesenvolvimento industrial: aumento da distância em relação à fronteira internacional, aumento do hiato tecnológico. Isto não se dá de forma uniforme em todo o aparato industrial. Há setores industriais que continuam na fronteira tecnológica, e outros, onde esse hiato claramente aumentou. Essa heterogeneidade não se dá apenas entre os setores mas, em geral, dentro dos setores. Há um momento de heterogeneidade muito grande na indústria brasileira.

**Proposta:** Como se corrige isto?

**Fábio:** Para reverter essa heterogeneidade, é necessário ter uma política industrial que reconheça a importância do Estado. Mas que ao mesmo tempo incorpore tanto as novas condições políticas do país como as novas condições tecnológicas internacionais.

Quando se fala numa política industrial não se pensa numa política de volta aos anos 70, ou anteriores. Uma política em que o Estado determinava os demais agentes econômicos, e que nos dizia o que fazer. O que está se imaginando é uma política participativa. O Estado tem que buscar, junto com os demais atores sociais - empresários e trabalhadores - a formulação da política industrial.

Dada a heterogeneidade setorial, é importante também que isso deva ser feito no âmbito setorial, respondendo às especificidades de cada setor e de cada situação. Eu acho que isso é um passo na direção da democracia. A democracia passa pelo reconhecimento da legitimidade da singularidade.

**Proposta:** Como se daria a inserção dessa política industrial na sua relação com a dimensão macroeconômica?



Wilson Santos/AJB

**Fábio:** É necessário também que a política macroeconômica abra um espaço para essa política industrial. As condições macroeconômicas devem permitir a retomada de um ciclo de investimento visando a difusão desse novo paradigma no país. É importante reconhecer que essa relação entre política macroeconômica e industrial não é mão única. Ela tem mão e contramão. Ou seja, a política industrial, na medida em que ajuda a aumentar a produção, a fornecer produtos de melhor qualidade a menor preço relativo, ajuda na política macroeconômica. Pode haver tanto um círculo vicioso, como um círculo virtuoso entre política industrial e política macroeconômica.

A curto prazo, devemos trabalhar para reduzir substancialmente a instabilidade macroeconômica, de forma a que os agentes tenham um horizonte mais

*Estamos  
passando por um  
período quase que de  
subdesenvolvimento  
industrial*

## **É necessário desenvolver políticas de realocação de trabalhadores**

longo, e, conseqüentemente, maiores condições de investimento. Devemos também colocar em marcha políticas industriais que permitam num primeiro momento, ao grosso dos setores da economia brasileira que estão voltados principalmente para o mercado interno, fazer um esforço de adaptação ao padrão competitivo. E seguir apoiando aqueles setores que têm sido mais dinâmicos em função do mercado internacional.

Isso passa pelo reconhecimento das singularidades de cada setor. E essas políticas de reconversão devem estar associadas a políticas compensatórias para aqueles que serão as principais vítimas desse processo que serão os trabalhadores atingidos pelo processo de automação, enfim processos de reestruturação administrativa e produtiva. É necessário desenvolver políticas de realocação de trabalhadores utilizando os recursos existentes na sociedade para isso.

**Proposta:** Nós lidamos tradicionalmente com a fronteira da exclusão. Trabalhamos com quem sofre o impacto da inovação e da reestruturação de ma-

neira absurdamente avassaladora e por outro lado trabalhamos também com aqueles setores inteiramente apartados da lógica do mercado. Em um de seus textos há uma breve referência à dinamização do mercado interno. A hipótese de geração de emprego e renda nos interessa muito, desde que seja efetivamente incorporadora e qualificadora. Assim, como podemos transformar o artesanato industrial doméstico, como por exemplo o de jeans em Villar dos Telles (subúrbio do Rio de Janeiro), em algo que possa participar e usar os princípios de normas de qualidade, de marketing, para o mercado interno e até para o mercado internacional?

**Fábio:** Isso cai dentro da grande categoria de políticas setoriais. Em determinados setores isso é possível de ser feito. Não é possível fazer em siderurgia, papel e celulose, mas é possível fazer em confecções e outros setores limitados quanto a escala. Mas eu não acho que isso resolva o problema da exclusão, que é o nosso grande desafio.

O que fazer com as grandes massas marginalizadas? Aí eu me associo a sua perplexidade. E não tenho visto ninguém que tenha dado uma resposta satisfatória.

Há um certo otimismo "de avestruz" que diz: se houver a retomada do crescimento, através da geração de empregos, esse problema estará resolvido. Eu, pessoalmente, não acredito que esse problema será resolvido com a retomada do crescimento.

## **O que fazer com as massas marginalizadas? Aí eu me associo a sua perplexidade**

**Proposta:** Resolver o problema das grandes massas marginalizadas não é fundamental para que esse crescimento industrial dê certo? Para resolver o problema de quem vai produzir e vender não é necessário também resolver o problema de quem vai comprar?

**Fábio:** Não, porque se pode ter uma *Belíndia* mitigada ou, podemos dizer, uma *Belquênia*. Isso garante um mercado mas não necessariamente resolve o problema da marginalização e da exclusão. Não está muito claro como se resolve o problema da exclusão. Uma das possibilidades é, como se tem uma brutal carência de infra-estrutura de serviços sociais, empregar essa gente em obras de esgoto, saneamento etc. Mas isso pressupõe uma carga fiscal de natureza maior do que a que a gente tem. E a carga fiscal é uma decisão política. A sociedade precisa ver quanto dinheiro quer pôr na mão do Estado e se acredita que o Estado vai utilizar isto para os devidos fins. ■

**ASSINE**

**Anual**  
Cr\$ 150.000,

**Avulso**  
Cr\$ 40.000,

**R E V I S T A**  
**proposta**

FASE - RUA DAS PALMEIRAS, 90 - BOTAFOGO

ATENDIMENTO AO ASSINANTE  
Adelir Pires Rodrigues

**286-1598**

# Os movimentos populares e a questão ambiental

Paulo Sérgio Muçouçah\*



Nando Neves / Imagens da Terra

## O ar puro e o verde custam caro nas cidades

O filósofo francês Michel Serres inicia o livro *O Contrato Natural* (Ed. Nova fronteira, 1991) com a descrição de um quadro de Goya que mostra um duelo entre dois adversários no meio de um pântano. Os combatentes estão afundando na lama, o que faz supor que ambos serão totalmente encobertos antes que a luta acabe. No entanto, eles parecem desprezar solenemente esse perigo e continuam se digladiando como se nada mais importasse além de impor a derrota ao oponente.

Serres toma a cena retratada nesse quadro como uma metáfora da relação homem/natureza na nossa civilização, na

qual o homem tende a abstrair o meio ambiente que o envolve ignorando completamente a natureza. Com o avanço da tecnologia, os processos naturais foram perdendo cada vez mais a sua importância, seja enquanto produtores de riquezas, seja como virtuais ameaças a essa autoproclamada onipotente espécie humana. A natureza - representada no quadro pelo pântano - só entra nas suas cogitações enquanto uma fonte pretensamente inesgotável de recursos a serem apropriados, transformados, consumidos e descartados.

Foi necessária a ocorrência de uma série de desastres ecológicos e a iminência de outros ainda mais graves para que essa sensação de onipotência começasse a ser abalada. Conforme afirma a Síntese do Relatório do Fórum de ONGs Brasileiras, "a convocação da Conferência das

Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento é a confissão implícita do fracasso de um projeto de civilização que destrói a natureza e mantém na miséria a grande maioria da população mundial". Entretanto os poucos resultados da conferência demonstram que ainda estamos longe de traduzir essa confissão em medidas efetivas para resolver os problemas sócio-ambientais que afligem a humanidade.

Pelo menos, ficamos sabendo quais são as forças que hoje atuam para resolver esses problemas e quais as que dificultam a sua solução. Esse último bloco foi liderado pelo governo Bush, seguido pelos governos dos demais países do G-7 e por alguns outros que preferiram se aterrar a mesquinhos interesses nacionais em detrimento da salvação do planeta. É importante lembrar, porém, que na maioria das vezes esses governos se comportam como meros porta-vozes das grandes empresas multinacionais que sustentam o modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ecologicamente insustentável vigente em quase todo o mundo.

No bloco oposto, se colocaram sobretudo as organizações da sociedade civil que, ao invés de se submeterem à lógica do mercado e dos Estados nacionais, assumem a defesa da vida como valor fundamental. Durante a Eco-92, as

*Muitas das ONGs parecem não compreender que a mudança da relação homem/natureza só será possível mediante uma profunda transformação das relações dos homens entre si*

\* sociólogo e diretor do Programa de Trabalhadores Urbanos da FASE

críticas mais contundentes à relação hoje existente entre os homens e a natureza partiram, sem dúvida, do Fórum Global. As quase 10.000 ONGs presentes se mostraram mais atentas e preocupadas com os perigos que rondam o planeta do que a grande maioria dos governos reunidos no RioCentro.

Entretanto, muitas das ONGs - especialmente algumas do Norte - parecem não compreender que a mudança da relação homem/natureza só será possível mediante uma profunda transformação das relações dos homens entre si. Isso faz com que elas se mostrem pouco empenhadas em eliminar os desequilíbrios sociais decorrentes do atual modelo de desenvolvimento, contraface inseparável da devastação ambiental por ele provocada. Nos termos da metáfora proposta por Michel Serres, é como se essas ONGs olhassem o quadro de Goya e não enxergassem nele o duelo, mas apenas o pântano engolindo pouco a pouco os combatentes.

Essa espécie de cegueira parcial acaba alimentando a distorção de visão oposta, ou seja, daqueles que vêm o duelo, mas ignoram o pântano. Explorada e caricaturada pelos meios de comunicação, a imagem do movimento ecológico projetada por essas ONGs termina por afastar da luta ambiental amplos contingentes sociais que, em princípio, deveriam estar engrossando suas fileiras. Uma prova disso é a letra do samba cantado pela Federação das Associações de Moradores do RJ - Famerj - na manifestação "Eco dos Oprimidos pela Vida" realizada durante a Eco-92, onde se estabelecia uma falsa oposição entre a defesa do meio ambiente e as reivindicações de caráter econômico e social.

### **Movimentos sociais urbanos e meio ambiente**

O equívoco da contraposição entre a questão ambiental e a questão social se torna ainda mais grave quando parte de uma associação que luta pela melhoria da qualidade de vida nos centros urbanos.

Será que essa qualidade de vida pode ser dissociada de fatores como a quantidade e a limpeza das águas que abastecem as cidades? Ou da pureza do ar que nelas se respira? Ou do destino que é dado ao seu esgoto e ao seu lixo? Ou da disponibilidade de áreas verdes no seu interior? Ou

e sobretudo o seu preço dependem em grande medida do meio natural onde as cidades se situam. O conflito social em torno de sua distribuição é assim mediado pelas condições naturais de sua produção. Incorporar essa mediação é indispensável para resolver os graves problemas sócio-ambientais existentes nos nossos centros urbanos, uma vez que a sua solução política só se viabilizará a partir do correto equacionamento do ponto de vista técnico.

Há casos em que a questão política tende a ficar inclusive num segundo plano, tal a importância que assumem os aspectos técnicos. É o que ocorre, por exemplo, com a inadequação às condições ambientais dos padrões arquitetônicos e urbanísticos vigentes em nosso país. Muitas vezes a utilização de determinados materiais de construção, o deslocamento de terras em grandes quantidades e o traçado viário de nossas cidades não se explicam em

função de interesses imediatos econômicos ou políticos, e sim pela cristalização de valores estéticos e culturais que desprezam totalmente as condições climáticas, a topografia e os demais fatores naturais existentes no sítio urbano.

A preocupação com esses aspectos está presente nos mutirões autogestionários para a construção de casa própria que se desenvolveram recentemente na periferia de São Paulo. A autogestão permite exercer um maior controle sobre o projeto arquitetônico e urbanístico dos conjuntos habitacionais, inclusive do pon-

### **LETRA DO SAMBA DO ECO DOS OPRIMIDOS**

*De que adianta essa tal de ecologia  
Sem essa de euforia  
Não podemos precipitar*

*O nosso povo oprimido, massacrado  
feito jogo de criado  
não está dando para agüentar.*

*Há tanto verde nesse nosso universo  
venho em clima de protesto  
reclamar os meus direitos.*

do grau de erosão a que está submetido o seu solo? Ou da ocorrência de enchentes e alagamentos? Ou da existência de "ilhas de calor" nas áreas mais adensadas?

Obviamente que não. Entretanto, todos esses fatores acabam compondo o meio ambiente em que vivem as populações urbanas. Muitos dos problemas que afligem essas populações têm sua origem no tipo de relação que elas estabelecem com esse meio ambiente. A solução passa necessariamente, portanto, por um melhor equacionamento dessa relação. Mas é claro que não se trata de uma questão puramente técnica.

Enquanto espaços organizados fundamentalmente pelos interesses capitalistas, as cidades distribuem de maneira desigual as condições ambientais associadas à qualidade de vida. A água limpa, o ar puro, as áreas verdes e o solo urbano transformam-se em mercadorias e são colocadas à venda num mercado essencialmente regido pela lei da oferta e da procura. Quanto mais escassos forem esses bens menos acessíveis eles serão às camadas da população de renda mais baixa.

Embora esses bens possam vir a ser produzidos pela ação transformadora do homem sobre a natureza, a sua oferta

*Já  
está  
mais do  
que na hora  
de os movimentos  
populares  
incorporarem  
a questão  
ambiental*

to de vista de sua adequação ambiental. O resultado disso tem sido uma sensível elevação do padrão de qualidade das residências construídas, às vezes com maior economia de recursos em relação às casas produzidas pelos antigos programas habitacionais.

Este é apenas um exemplo do que os movimentos sociais urbanos têm a ganhar com a incorporação da questão ambiental ao tratar de suas questões específicas.

## Trabalhadores rurais e meio ambiente

Uma certa resistência à luta ambiental pode ser detectada também na convocatória da Conferência Internacional "Terra, Ecologia e Direitos Humanos" promovida por entidades ligadas aos trabalhadores rurais em maio/92 na cidade de Vitória (ES). Essa resistência parece partir sobretudo do Movimento dos Sem Terra, entidade que coloca a reforma agrária como bandeira fundamental. Com isso ela se priva de um forte argumento e de importantes aliados na sua luta já que o latifúndio, seu inimigo de morte, aparece como o maior responsável pela devastação do meio ambiente rural em nossos países.

O desmatamento na Amazônia, por exemplo, se deve principalmente à especulação imobiliária promovida por grandes latifundiários, que substituem a floresta por pastagens para evitar a classificação de "improdutivas" para as suas terras e assim justificar a sua posse. Os primeiros a sofrerem as consequências disso são as populações tradicionais, voltadas para o extrativismo e para a pequena produção agrícola. Quando não são simplesmente expulsas à força das terras que ocupam há várias gerações, têm os meios de subsistência prejudicados pela destruição do frágil ecossistema constituído em torno da floresta.

Em outras regiões do país, o latifúndio dedica-se quase sempre às monoculturas dirigidas para a agroindústria ou para a exportação. A tecnologia normalmente empregada, desenvolvida sobretudo para as regiões de clima tempe-

rado, caracteriza-se pela homogeneização dos processos produtivos e pela artificialização do meio natural através da utilização intensiva de máquinas, fertilizantes inorgânicos, agrotóxicos, sementes híbridas etc. Essa tecnologia acarreta, em nossos ecossistemas, a erosão e deterioração dos solos agrícolas, a poluição dos cursos d'água, a intoxicação dos trabalhadores rurais, a contaminação dos alimentos e a redução da biodiversidade.

Além de arcarem com os impactos ambientais dessa tecnologia, os pequenos produtores são atingidos também pelos seus efeitos econômicos, na medida em que não têm condições de competir com os altos índices de produtividade que ela proporciona. Endividados e exauridos, eles se tornam presas fáceis da especulação imobiliária, indo freqüentemente engrossar os acampamentos dos trabalhadores sem terra.

Tudo isso demonstra o estreito vínculo existente entre a questão ambiental e a questão agrária no Brasil. Sem falar da importância que assume a primeira para a formulação de uma política agrícola voltada para o atendimento das necessidades básicas da nossa população.

## Trabalhadores urbanos e meio ambiente

Embora algumas categorias de trabalhadores urbanos já estejam engajadas na luta ambiental, esta presença pode vir a ser muito maior se considerarmos as razões que eles têm para participar dela. Afinal, os trabalhadores costumam ser as primeiras vítimas dos impactos do processo produtivo sobre o meio ambiente,



Gianni Carvalho/Imagens da Terra

### Por causa da especulação imobiliária pequenos produtores acabam sem terra

tanto nos locais de trabalho, como também, muitas vezes, fora dele.

No primeiro caso, esses impactos se traduzem nos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. A ocorrência desses problemas depende de uma série de fatores ambientais internos às unidades produtivas, como a organização do espaço físico e a conservação de máquinas e equipamentos; as condições de temperatura, umidade, luz, ruído e limpeza; a exposição dos trabalhadores a poeira, vibrações, radioatividade, substâncias tóxicas, corrosivas ou inflamáveis etc. Como medida preventiva, alguns sindicatos vêm elaborando os chamados mapas de risco que nada mais são do que um levantamento das ameaças, existentes nos locais de trabalho, à saúde e à segurança do trabalhador.

Em alguns lugares, esse levantamento tem se estendido para a área ao redor das empresas, na medida em que os impactos ambientais provocados vão além dos limites de suas instalações. É o que ocorre, por exemplo, quando há contaminação do ar e dos cursos d'água, deposição de rejeitos industriais nocivos à saúde e ao meio ambiente ou transporte de substâncias perigosas. Nesses casos, os trabalhadores tendem a ser duplamente atingidos: no local de trabalho e no de

moradia, já que freqüentemente procuram residir o mais próximo possível dos seus empregos.

Isso implica num sério questionamento às tentativas de restringir a luta ambiental dos trabalhadores ao interior das unidades produtivas, conforme pretendem alguns. Na verdade, o meio ambiente não pode ser dividido e compartimentado, da mesma maneira que o trabalhador não pode ser separado da sua condição de ser humano e de cidadão. Pelo contrário. Enquanto agentes diretos do processo produtivo, os trabalhadores têm o dever cívico de alertar a sociedade para os perigos dele decorrentes e de lutar pela eliminação ou minimização desses riscos.

Este não parece ser o entendimento daqueles que redigiram a portaria baixada no mês de agosto/92 pelo Ministério do Trabalho, que torna obrigatória a realização de mapas de risco em todas as empresas do país. Na metodologia proposta não há qualquer referência aos impactos do processo produtivo externos aos locais de trabalho. Faz-se necessário, portanto, corrigir imediatamente essa falha lamentável.

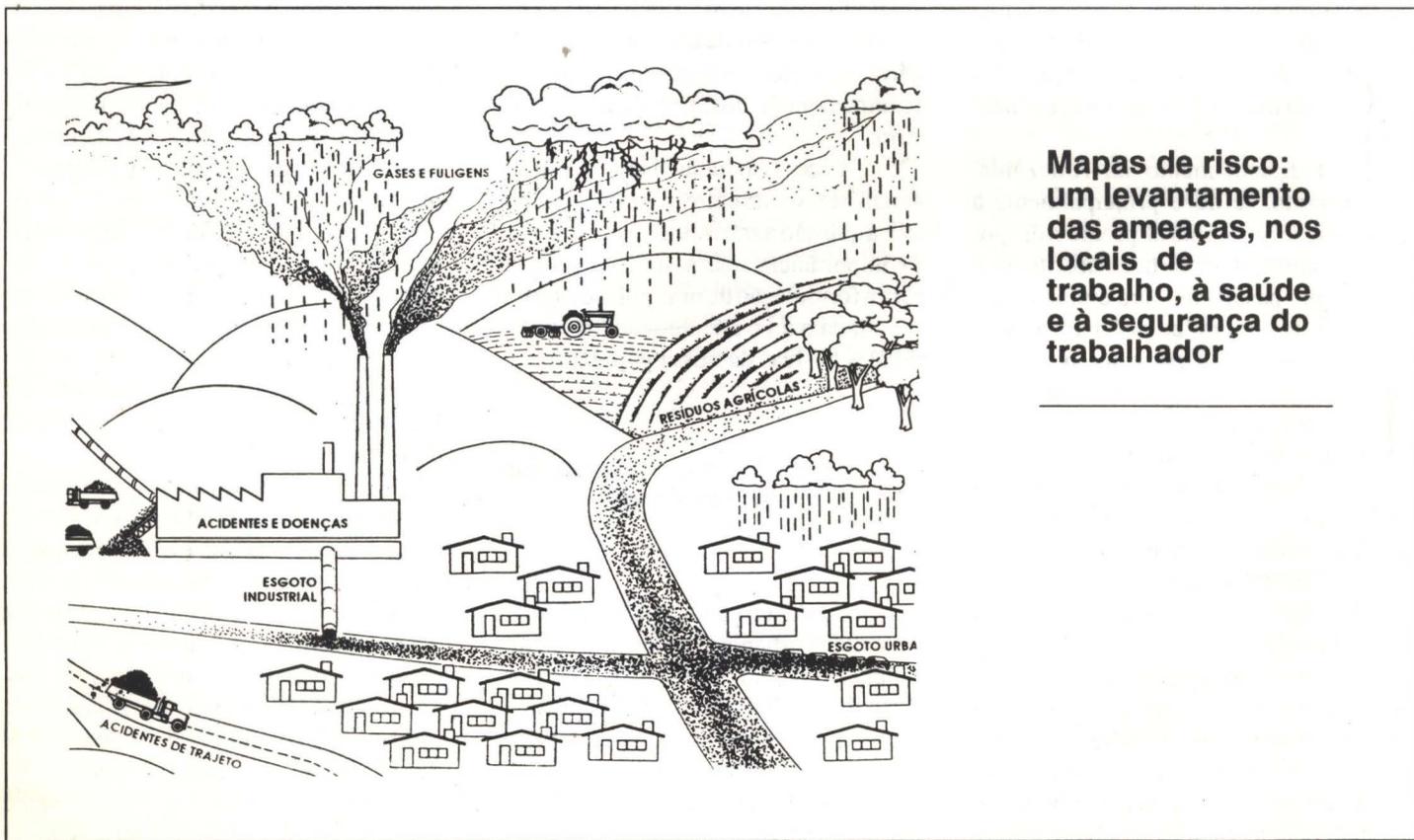
## Desenvolvimento e meio ambiente

Independentemente das problemáticas específicas tratadas pelos diversos movimentos populares brasileiros, o desenvolvimento econômico aparece como uma reivindicação comum a todos eles. A questão que se coloca, porém, é “que tipo” de desenvolvimento se deseja para o país, e “como” promovê-lo, sobretudo depois de uma década de estagnação.

Num mundo ameaçado pelo esgotamento de alguns recursos naturais básicos e por uma série de catástrofes ecológicas, as respostas a essas perguntas passam necessariamente pelo equacionamento da questão ambiental. Entretanto o discurso desenvolvimentista dos movimentos populares passa ao largo desse problema, ignorando a discussão que hoje se trava em escala mundial em torno dos modelos de desenvolvimento. As preocupações com o meio ambiente, quando existem, aparecem de forma isolada, totalmente desconectadas das propostas mais gerais de política econômica e social.

Já está mais do que na hora de os movimentos populares incorporarem a questão ambiental, não como um detalhe ou curiosidade, mas enquanto uma das variáveis fundamentais na definição de suas políticas. Isso inclusive só viria a reforçar as reivindicações de distribuição de renda e justiça social, na medida em que a defesa da vida no planeta implica em um forte questionamento à lógica da acumulação capitalista que rege o atual modelo de desenvolvimento. Tanto as primeiras como a segunda só se viabilizarão a partir de uma mudança dos valores éticos fundamentais da sociedade, que se manifestam ao mesmo tempo na relação homem/natureza e nas relações sociais.

Por outro lado, o decidido envolvimento dos movimentos populares com a questão ambiental viria dar uma outra qualidade à articulação de entidades da sociedade civil que hoje se esboça a nível mundial. Essa articulação aparece como uma necessidade fundamental dentro do processo de globalização que já está em curso, impulsionado até agora apenas pelo capital e, a reboque, pelos Estados nacionais. ■



**Mapas de risco:  
um levantamento  
das ameaças, nos  
locais de  
trabalho, à saúde  
e à segurança do  
trabalhador**

# Como a cidade vê a luta pela preservação do meio ambiente?



*Através de pesquisas, sabemos que de uma forma geral a população urbana brasileira tem uma certa dificuldade para situar o homem em seu habitat como parte da natureza. Favela, cidade e energia são elementos bem pouco identificados com a questão ambiental, em comparação com elementos como água, mata e animais. Para sabermos como os movimentos sociais urbanos encaram atualmente a problemática ambiental e como estão agindo neste sentido, convidamos para um debate a socióloga da Universidade Federal Fluminense, Selene Herculano, que atualmente trabalha numa pesquisa sobre cidadania e ecologia; o membro da secretaria executiva da Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente - Apedema/RJ, André Luz; o técnico em educação não-formal da FASE-Rio, Jorge Florêncio de Oliveira; e o diretor cultural da Federação das Favelas do Rio de Janeiro - Faferj, Etevaldo Justino de Oliveira.*

**Proposta** - Nós queremos saber como está se dando a receptividade da questão ambiental na área dos movimentos urbanos. Existe ainda a diferença entre os ambientalismo preservacionista e o integrado à questão urbana?

**Selene Herculano** - Acredito que, ao menos no âmbito do Fórum de ONGs e movimentos sociais, essa dicotomia entre diferentes ambientalismo já ficou resolvida. Estou terminando um levantamento sobre lutas sócio-ambientais no Brasil, onde mostro que a atuação da militância se faz a partir da premissa de que as questões ambientais também são sociais e, principalmente, políticas. Quanto à população em geral, creio que é propositalmente mantida desinformada, para que se mantenha na inércia.

Gostaria de chamar a atenção para algumas características do movimento ambientalista: em primeiro lugar, o movimento vem empurrando para a mesa de debates questões das quais muitos tentam escapar. Quando os ambientalistas mencionam limites ao consumo, controle de-

mográfico etc., apontam para a necessidade de planejamento. Ora, planejar implica, além de administrar limites e definir meios, escolher objetivos e premissas: planejar para quê, orientados por quais princípios? A resposta a essas perguntas nos leva a algo que está acima e antecede o planejamento, que é o projeto de sociedade. Nos últimos anos torcemos nossos narizes para isso, pela história de autoritarismo. É um equívoco. Devemos pensar em planejamento participativo e democrático.

**A  
população, em geral,  
é propositalmente  
mantida desinformada,  
para que se mantenha  
na inércia**

A segunda característica do movimento ambientalista decorre da resposta à pergunta: quem projeta a boa sociedade, quem a planeja e executa? Quem é o sujeito político que vai repensar tudo isso? O movimento ambientalista amplia este sujeito coletivo: em lugar do proletariado e da pobreza redentores, são homens e mulheres de diferentes segmentos sociais. Principalmente das classes médias. Aqui no Brasil, pela herança de um marxismo superficial, tendemos a definir as classes médias como reacionárias, alienadas etc. Com isso, deixamos de enxergar o potencial de mudança que trazem, e a presença dominante das classes médias nos diferentes movimentos sociais. É preciso que alguém de fora, como o sociólogo Alain Touraine, venha nos dizer da incrível centralidade política e cultural das classes médias na América Latina. Esse, a meu ver, foi um dos pontos positivos do Fórum: em lugar de assessorar movimentos populares, os militantes se colocaram diretamente como agentes sociais. Nesse sentido o Fórum carrega um potencial de ser o articulador de um projeto de Brasil feito por e para seus segmentos médios. O que não significa deixar de lado a pobreza. Pelo contrário, nossos segmentos médios também são pobres. O Conselho Nacional dos Seringueiros, por exemplo, eu os vejo como segmentos médios amazônicos.

**André** - Concordo quando a Selene diz que houve uma mudança qualitativa nos movimentos sociais superando a dicotomia entre desenvolvimento, conservacionismo e questão urbana. Mas, ainda assim, vejo, principalmente nas entidades pequenas ambientalistas e nas diversas entidades do movimento social, uma visão muito dissociada. E eles se vêem, geralmente, como inimigos e não como aliados potenciais.

As entidades ambientalistas maiores procuram trabalhar junto com os movimentos de base. Por exemplo, a proposta agora é a urbanização da favela e a não-proliferação do desmatamento das encostas, até porque quem primeiro sofre a ação dessa devastação é a própria comunidade. Durante um debate, o pessoal da favela colocou: "Tudo bem, a gente até sabe que o morro cai na nossa cabeça, mas onde a gente vai morar?" Essa é uma resposta que temos que cobrar, em con-

junto, do poder público. Quem tem que fazer uma política habitacional é o poder público, não os movimentos. O que acontece normalmente é que o poder público entrega para outros o dever que é dele, privatizando a moradia, a educação, a saúde. Ou colocam a culpa em outros setores e esquecem o seu papel. Não basta o movimento ambientalista falar que não dá mais para desmatar as encostas. Se não houver uma política ambiental e de moradia, nada será resolvido.

Os conselhos municipais são a grande forma de ultrapassar essa etapa. O Conselho de Meio Ambiente vai reunir não só entidades ambientalistas como também associações de moradores, associações de classe, enfim, um espectro maior da sociedade civil organizada. Com isso, todo mundo terá de sentar à mesa e discutir essas questões. Queremos que estes conselhos funcionem, porque é onde a sociedade civil poderá influenciar as decisões institucionais.

Atualmente, a única atuação direta que o movimento pode ter são atuações reivindicatórias e manifestações. Queremos estes conselhos para ter uma voz mais forte além das manifestações populares.

*Não basta o movimento ambientalista falar que não dá mais para desmatar as encostas. Se não houver uma política ambiental e de moradia, nada será resolvido*

**Selene Herculano** - André me chamou a atenção para alguns aspectos importantes. Cobrar Política - com P maiúsculo - do poder público implica reconhecer a instituição do Estado como importante e pressionar pela sua democratização. É um avanço em relação à posição inicial dos movimentos, dos ambientalistas e das ONGs, que entendiam ser o Estado uma instância definitivamente corrompida e pouco ágil a quem



seria melhor dar as costas. Essa primeira posição era muito confortável para os maus governantes, que ficavam com a máquina estatal como patrimônio particular e empurravam as soluções para os movimentos. Fiquei pasma, certa vez, quando ouvi o Marcello Alencar (ex-prefeito do Rio) dizer em entrevista a propósito do menor abandonado, que chamaria o Betinho e o Ibase para resolver isso! Lembro também quando o Capobianco, da Fundação SOS Mata Atlântica, entregou ao governador Brizola o documento sobre a situação da Mata Atlântica no Estado do Rio. A resposta do governador foi: "E o menor abandonado?" Como se cobrasse da Fundação uma atuação que cabe ao Estado, além de plantar diante da população uma visão capciosa de que quem fala em meio ambiente desconsidera as questões de ordem social.

A temática ambiental teve o mérito de pressionar os governos de uma forma inovadora e mais contundente,

mostrando o quanto as questões estão inter-relacionadas e não podem mais estar estanques e setorializadas. Por exemplo: saúde tem a ver com alimentação, que tem a ver com reforma agrária, que tem a ver com conservação de florestas etc. E essas questões devem ser tratadas com a participação de todos os setores da sociedade civil.

**Proposta** - Agora poderíamos saber do Etevaldo, que é de um movimento social de base, como está se desenvolvendo concretamente a relação entre os temas de meio ambiente e desenvolvimento.

**Etevaldo** - Na minha opinião a Eco-92 foi um fracasso. Enquanto ainda estava sendo divulgada o "zé povinho" participou. Replantamos muitas árvores em diversos morros para conter as encostas. Depois, a decepção foi grande. Durante a realização da Eco-92 fomos aliados totalmente. Tínhamos muitas propostas. Filmamos todos os valões tradicionais,

Faria Timbó, Acari, na esperança de poder mostrar o lado negativo e, então, sensibilizar as autoridades. O meio ambiente só se transforma na proporção em que as sociedades carentes são atendidas. Enquanto houver falta de esgoto, saneamento básico, habitação, não adianta.

A Faferj nasceu exatamente para conscientizar a nossa gente de que não podíamos conviver com aquele meio ambiente implantado para nós. Um ambiente de descontentamento total! Quem faz o ambiente é a educação do povo, que tem que estar preparado para poder mudar o ambiente.

Acho que a solução para o problema do meio ambiente é a valorização do ser humano. Ninguém pode ser superior a ninguém. Estabelecer uma taxa para participar da Eco-92 limita a participação. Então nós nos limitamos, depois de uma preparação imensa, a nos revezarmos para ir ao Fórum Global. Nossa participação foi mínima, quando poderíamos ter dado uma grande contribuição.

## Queremos estes conselhos para ter uma voz mais forte além das manifestações populares

**Proposta** - Vocês participaram, por exemplo, do Fórum de Reforma Urbana, não foi?

**Etevaldo** - Participamos, mas era um aqui e outro lá. A cada dia era um que ia. Nós não tínhamos acesso.

**Proposta** - Vocês não se organizaram antes para tirar um representante...

**Etevaldo** - Nós fizemos tudo isso antes, pensando que quando chegasse a hora haveria oportunidade para a participação de todos, mas quando vieram aquelas taxas astronômicas ficamos alijados completamente. A Faferj vive das mensalidades que as associações pagam, e muitas nem mesmo pagam.

**Proposta** - Quando estávamos discutindo a Eco-92, tivemos informações sobre o projeto Eco-Favela, discutindo a questão da ecologia dentro da favela e que propunha a Cruz Verde Internacio-

nal. Soube que vocês encaminharam o projeto ao PNBE, que é o Pensamento Nacional de Bases Empresariais. Qual o objetivo desse projeto de Cruz Verde Internacional e qual a intenção sobre essa relação com o empresariado. Vocês tiveram apoio ou não?

**Etevaldo** - Sobre a Cruz Verde Internacional, que era um dos nossos principais projetos, volto a dizer: quando estávamos na fase de preparação para a Eco surgiu este projeto, surgiram outras idéias, mas nós teríamos que participar dos debates para expor as vantagens e tudo isso que você perguntou agora, nós responderíamos na ocasião dos debates, mostrando a vantagem dessa criação.

No caso da Cruz Verde Internacional, seria um modelo ao estilo da Cruz Vermelha, que é internacional e que tem sede na Suíça. A Faferj reivindicava centralizar no Brasil uma organização nos moldes da Cruz Vermelha, mas centrada no meio ambiente, na ecologia. E se conseguíssemos fundamentar essa idéia, se ela realmente tivesse sido aprovada, evidentemente teríamos recursos internacionais também. Assim como a Suíça centraliza a grana de todo mundo, nós



Nando Neves / Imagens da Terra

**A gente até sabe que o morro cal na nossa cabeça, mas onde a gente vai morar?**

centralizaríamos aqui no Brasil, através dessa Cruz Verde Internacional, recursos para desenvolver a nossa idéia.

Haja vista que não tivemos acesso direto para fazer as nossas colocações, prejudicando totalmente o nosso ideal. E lamentamos profundamente. Agora, uma coisa é certa: nós fomos notícia até em Nova Iorque, nos Estados Unidos, nos principais meios de imprensa de lá, recebemos telegramas... Os países desenvolvidos do primeiro mundo aceitaram a idéia. Só que não tivemos possibilidade nenhuma de apresentar, de argumentar e de caracterizar a idéia que surgiu na Faferj.

**Florêncio** - Aqui no Estado do Rio, as associações de moradores, a partir dos anos 80, tiveram um papel muito importante em pensar a questão do meio ambiente. A baía de Guanabara é o principal centro de atenção das discussões. Se falou muito, durante a Eco-92, sobre a despoluição da baía de Guanabara. Desde o começo dos anos 80 há uma preocupação constante em relação a essa questão porque as regiões que compõem a região metropolitana têm problemas de saneamento básico, relacionados com a baía de Guanabara. Não dá para discutir a baía de



Eneraldo Carneiro / Imagens da Terra

**Não dá para discutir a baía de Guanabara sem primeiro resolver o problema do esgotamento sanitário da região metropolitana**

## A participação popular não pode ficar apenas no reivindicatório

Guanabara sem primeiro resolver, por exemplo, o problema do esgotamento sanitário da região metropolitana.

No final de 84, foi instituído um fórum, que teve um papel muito importante para a região metropolitana. Tivemos muitos encontros para entender que a questão do saneamento básico, do meio ambiente nessa região, não teria solução com a interferência apenas do poder público estadual. As entidades da sociedade civil, a população organizada nos movimentos de moradores, e as prefeituras locais têm um papel importante e deveriam se integrar num mesmo fórum porque saneamento básico é entendido como um conjunto de ações: água, esgoto, microdrenagem, macrodrenagem, urbanização, lixo, vetores, etc.

De 84 a 86, houve a fase melhor de relação com o movimento. O governo do estado promoveu encontros com os moradores, por cada quadra (divisão de lotes nos subúrbios do Rio) assumindo

que a solução do problema seria conjunta. Isto é, onde se resolve o problema do esgoto resolve-se o do lixo, da pavimentação, da água de chuva etc. Os bairros que iniciaram esse programa hoje estão com esses problemas praticamente solucionados.

O problema é que essas obras foram paralisadas em setembro de 86. O governador Moreira Franco começa a implementar na Baixada esgotamento sanitário e fazia propaganda de que estava fazendo saneamento básico, o que é bem diferente. Ninguém colocou tanta rede na região. O problema é que esta rede é colocada sem a participação das prefeituras municipais e sem que o estado resolva o problema da microdrenagem. Quer dizer, se eliminam as valas mas não o problema das enchentes, que têm repercussão imediata para o meio ambiente local. Em São João do Meriti, por exemplo, foram colocados 300 km de rede, mas nem um metro sequer de rede de águas pluviais. Hoje, metade da rede está toda destruída. Milhões de dólares foram jogados ao léu.

**Etevaldo** - No caso dos morros também. Em algumas favelas, o BNDES colocou vários quilômetros de esgotamento, só que a Cedae não participou e então, na hora que chegavam no asfalto, não tinha onde jogar e ficou um trabalho perdido.

**Florêncio** - Esse é um problema sério. E vai até 86, 87, quando acabam as verbas das duas primeiras etapas do es-

## Os projetos que aconteceram antes da Eco-92 foram uma grande maquiagem da cidade, mas não há continuidade

gotamento e simplesmente as obras de esgotamento sanitário são abandonadas.

O movimento popular vive um momento de refluxo. Não é uma questão de estarem organizados ou não. É uma questão da conjuntura. A situação política do país não é mais a da ditadura, quando você ia só para reclamar. Esses movimentos estão em processo de reciclagem e não conseguem ter a mesma capacidade de organização. Isso facilita a ação de um governo como o do Brizola, com o tipo de postura de retirar as famílias, arrancar as casas e destruir tudo, para construir obras como, por exemplo, a da Linha Vermelha.

Nesse momento, quando se pensa a questão do meio ambiente, duas coisas são importantes: a primeira é como o movimento se organiza para garantir que os recursos sejam usados de forma que o beneficiem, diretamente? Como eles podem garantir que essas obras resolvessem, pelo menos, alguns problemas concretos? Por exemplo, não basta apenas limpar e "desassorear" um rio, como o Pavuna/Meriti. Se não forem feitas barragens e comportas, depois de um ano e meio as enchentes vão continuar.

E a segunda é garantir uma solução definitiva para as famílias ribeirinhas. O poder público deveria garantir que as famílias não cheguem na beira do rio, e para isso precisa ter um plano de habitação, pois não adianta dizer para as pessoas não irem para lá.

**André** - Uma das formas de conseguirmos que a população organizada tenha controle efetivo do que está sendo gasto e de como direcionar



as políticas é através dos conselhos. Temos que lutar para que funcionem os conselhos estaduais e municipais - Meio Ambiente, Saneamento, Urbanismo etc. Lutar para que não só o de Meio Ambiente e o de Criança e Adolescente sejam deliberativos. Todos os conselhos devem ser deliberativos. A sociedade civil tem direito a não só dar sua opinião, mas que essa opinião prevaleça numa discussão. Os conselhos têm que ser paritários. A participação popular não pode ficar apenas no reivindicatório, através de manifestações, de atos públicos. Temos que ter uma real participação no poder público. Temos que ver o poder público não apenas como: você elegeu, acabou, daqui a quatro anos tenta de novo. Não. São quatro anos que você tem que acompanhar o tempo todo!

Se não há espaço dentro do poder público a maior parte destas propostas caem no vazio. Porque elas dependem do poder público para serem implementadas. A questão das favelas, por exemplo: se o poder público não participar, podemos fazer um projeto bonito de reflorestamento... só que é aquela coisa que o Etevaldo falou: os projetos que aconteceram antes da Eco-92 foram uma grande maquiagem da cidade, mas não há continuidade.

## O Plebiscito de 1993



Equipe de Assessoria/ISER  
Ladeira da Glória, 98 - Glória  
22211-120 - Rio de Janeiro - RJ  
Tel.: (021) 265-5747  
Fax: (021) 205-4796

# O movimento ambiental e as questões sociais

João Paulo Capobianco\*

Atualmente, é inconcebível discutir o meio ambiente sem tratar das questões relativas ao desenvolvimento. A luta pela conservação do patrimônio natural somente se justifica se for para melhorar a qualidade de vida das atuais e futuras gerações. Preservar não é um fim em si mesmo.

A correta abordagem sobre o vínculo estreito entre as questões ecológicas, sociais e econômicas foi uma das grandes contribuições conceituais da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92.

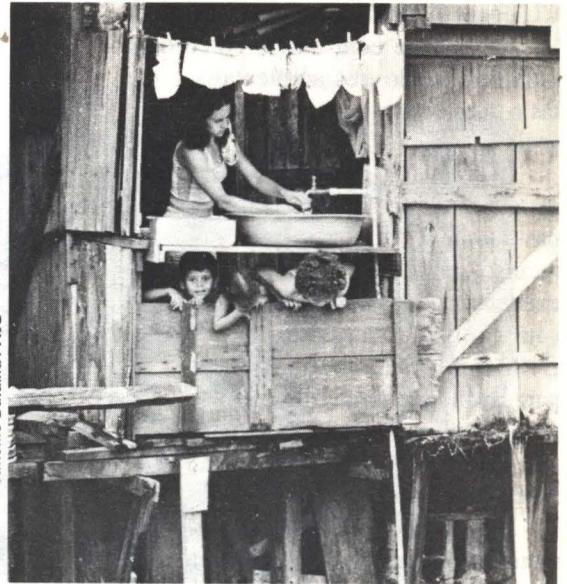
Diferente da conferência de Estocolmo, realizada pela ONU em 1972, quando a questão ambiental foi tratada de forma isolada, a conferência do Rio apontou para uma compreensão integrada considerando a questão ambiental de uma forma inter-relacionada e dinâmica.

A própria ONU, que não é nenhuma organização de vanguarda, hoje reconhece que a solução para os gravíssimos problemas ambientais do planeta passa pela reformulação do atual modelo econômico internacional, responsável pelo empobrecimento, endividamento e degradação dos países pobres, que possuem dois terços da população do globo.

Se todos concordam com a dependência direta entre meio ambiente e

desenvolvimento econômico, seria natural que as estratégias de atuação também fossem consensuais entre as diversas organizações não-governamentais brasileiras. Mas isto não é verdade.

Durante o processo preparatório da Rio 92, travou-se uma discussão acirrada entre ONGs. De um lado algumas entidades ambientalistas reivindicavam



Antônio Baitalha / AJB

**A ONU reconhece que a solução para os problemas ambientais passa pela reformulação do modelo econômico.**

a exclusiva competência de atuar nas questões de meio ambiente. De outro, as organizações sindicais e de assessoria aos movimentos sociais exigiam igualmente sua participação no processo.

Uma análise superficial destes acontecimentos pode levar à conclusão precipitada de que se tratava de uma disputa por uma "reserva de mercado".

\*Superintendente da Fundação SOS Mata Atlântica.

Como se as questões ambientais devessem permanecer de exclusiva competência do movimento ecológico, não se admitindo parcerias com outros setores organizados da sociedade, principalmente com o movimento sindical e as organizações de apoio aos movimentos populares, considerados oportunistas, por alguns, quando chamavam a si o direito de atuar na área ambiental.

Esta divergência tomou proporção ainda maior quando alguns ambientalistas acusaram o fórum de ONGs brasileiras - preparatório para a Rio 92 - de se ter desvirtuado de seu papel de coordenação da participação das entidades na conferência, por ter indicado a CUT para integrar sua secretaria executiva, juntamente com outras cinco organizações, sendo três ambientalistas e duas de apoio a movimentos sociais.

A avaliação destes fatos aponta para questões mais profundas do que a simples disputa por recursos para projetos. Mostra a existência de visões diferenciadas entre as organizações da sociedade civil sobre a melhor forma de ação para avançarmos na solução dos problemas ambientais e sociais. São divergências de fundo e não meras externalidades.

Apesar de recente, o pensamento ecológico tem sofrido uma vigorosa e permanente discussão. Muito se evoluiu desde a ecologia técnica, que propunha a solução tecnológica para os problemas ambientais, até a recente ecologia social que postula a correlação entre os problemas sócio-ambientais, cujas soluções dependem das mudanças no modelo de desenvolvimento econômico.

Se por um lado esta evolução uniu os diversos segmentos da sociedade em termos de objetivos comuns, por outro, tem pro-

**A conferência do Rio apontou para uma compreensão integrada considerando a questão ambiental de uma forma inter-relacionada e dinâmica.**



Caetano Carvalho / Imagens da Terra

movido, em alguns momentos, uma exagerada ideologização das discussões.

As organizações dos movimentos sociais muitas vezes se articulam com determinados partidos políticos, com os quais compartilham no campo ideológico. Já o movimento ecológico geralmente

adotarem um exagerado pragmatismo em suas ações, sem avaliar as futuras implicações políticas nem sempre favoráveis.

Talvez o melhor exemplo desta situação seja a conversão da dívida externa para financiamento de projetos para o meio ambiente. A oposição veemente de entidades ligadas ao movimento social, que muitas vezes se utilizam de argumentos basicamente ideológicos, se choca com a argumentação pragmática de algumas entidades ambientalistas que afirmam ser esta uma das únicas formas de se obterem recursos para a conservação no país.

Não há dúvida de que estas divergências de estratégia precisam ser superadas, pois a capacidade de alcançar resultados concretos amplia-se consideravelmente quando há articulação dos movimentos sociais e ambientalistas. Basta lembrar o exemplo de Cubatão. Nos primeiros anos da década de oitenta, o movimento ecológico de São Paulo buscava formas de reverter o gravíssimo problema de poluição ambiental do "Vale da Morte", como era conhecida a região da cidade mais poluída do mundo. Adotava-se a estratégia de sempre: manifestações públicas, busca de ampliação nos espaços da imprensa e palestras para a comunidade. Foram anos de lutas, onde os operários, preocupados com as ameaças de



Eneraldo Carneiro / Imagens da Terra

**O fórum de ONGs brasileiras contribuiu para que os movimentos ambientalista e social reavaliassem suas estratégias de ação**

**O movimento ecológico geralmente se articula com qualquer setor que possa trazer uma contribuição, mesmo que momentânea**

fechamento das indústrias, faziam oposição. Naquela época, os sindicatos se preocupavam apenas em melhorias salariais. Ecologia era coisa de “filhinhos de papai” e a poluição era até considerada benéfica, pois permitia lutar pelo aumento das taxas de insalubridade.

Não havia integração entre os ambientalistas e os operários e, desta divergência, se beneficiavam os proprietários de indústrias que não estavam interessados em adotar medidas de controle da poluição.

Felizmente, hoje, a preocupação ambiental começa a permear todos os setores organizados da sociedade. Os sindicatos esclarecidos são, agora, contra a taxa de insalubridade e lutam pela melhoria da qualidade do ambiente de trabalho. Recentemente, no acordo entre operários e proprietários de uma indústria do ABC paulista foi incluída a obrigatoriedade de instalação de um filtro contra a poluição do ar. É um exemplo do papel que os trabalhadores podem desempenhar na luta ambientalista.

Poderíamos citar outros exemplos recentes, como a resistência contra a instalação de barragens no rio Ribeira de Iguape, que tem promovido uma interessante articulação entre movimentos sociais, comunidades locais e entidades ambientalistas como nunca se viu no Vale do Ribeira. Ou, ainda, a intensa discussão sobre a utilização dos rios Capivari e Monos para abastecimento de água da Região Metropolitana de São Paulo. A associação entre comunidade Guarani, ONGs de assessorias e entidades ambientalistas estão conseguindo enormes

avanços na democratização da decisão sobre a real necessidade da realização destas obras.

Recente documento elaborado em São Paulo durante o seminário sobre “Política Estadual dos Recursos Hídricos”, do qual participaram mais de 600 representantes de governos estaduais e municipais, entidades ambientalistas, movimentos sociais e universidades, afirma a necessidade do envolvimento das comunidades locais e suas organizações na revisão da Lei de Proteção aos Mananciais, como única forma de se chegar a normas que atendam a padrões ecologicamente sustentáveis e socialmente justos para a conservação destas áreas.

Ao reunir representantes de movimentos ecológicos, sindicais, mulheres, negros, jovens, sem terra, sem teto, atingidos por barragens, entre outros dos diversos setores organizados da sociedade civil, o fórum de ONGs brasileiras para a Rio 92 deu uma enorme contribuição para que o movimento ambientalista e o movimento social iniciassem um processo de reavaliação de suas propostas e estratégias de ação. O avanço deste processo depende de um esforço de todos para superar os preconceitos, da manutenção das articulações e do reconhecimento e respeito à diversidade de origens das organizações de uma sociedade altamente diversificada como a nossa. ■

União dos Movimentos de Moradia de São Paulo  
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - SP

**IREITO À MORADIA**  
Uma contribuição para o debate

FASE U.M.M. - SP

**MOVIMENTOS POPULARES URBANOS**  
crise e perspectivas

FASE/CIDADE

**HABITAÇÃO & AUTOGESTÃO**  
CONSTRUINDO TERRITÓRIOS DE UTOPIA

FASE NABIL BONDUKI

**FASE**  
Rua das Palmeiras, 90 - 22270-070 - Rio de Janeiro - RJ Tel.:(021) 286-1598

# Organizações não-governamentais: as mediadoras entre o Estado e a sociedade

Consuelo Pamplona\*

A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (Abong) realizou seminário em outubro de 1992, no Rio de Janeiro. Cerca de 90 entidades estiveram presentes para traçar o rumo da próxima gestão.

Nos dois dias de discussão do seminário, notaram-se duas fortes tendências: a necessidade de criar propostas políticas com objetivos práticos e a necessidade de redefinição de conceitos como os de democracia e desenvolvimento, para que essas propostas possam ser mais objetivamente encaminhadas.



## O papel das ONGs

Para Maria José Jaime, do Instituto de Estudos Sócio-Econômicos (Inesc) - "as ONGs devem, agora, sair da etapa histórica defensiva e partir para propostas de políticas públicas. Em vez de trabalhar no abstrato, definir objetivos políticos e, a partir daí, eixos e propostas".

O movimento que levou ao impeachment do presidente Collor ilustra como, a partir de um objetivo definido (o afastamento do presidente e apuração da corrupção), a sociedade civil se orga-

nizou em articulações no cenário político e nas manifestações de rua, conseguindo a vitória.

A preocupação em definir propostas que possam oferecer resultados à sociedade esteve presente na maioria das intervenções dos representantes das ONGs. Propostas que saiam da generalidade e que, no entanto, não caíam no imediatismo.

Encontrar soluções para os problemas sociais que enfrentamos hoje não é assim tão fácil. Leilah Landim, do

Instituto de Estudo das Religiões (Iser), lembra que estamos diante de uma sociedade que cresceu durante a ditadura militar. "Propor políticas públicas é uma coisa que ainda não aprendemos a fazer porque não podíamos propor políticas públicas para uma ditadura. Teremos que começar a aprender agora."

Jorge Durão, da FASE, também presidente da Abong, lembra que "a satisfação das necessidades concretas da população requer uma ação de Estado. Devemos trabalhar pensando nos nossos limites enquanto ONGs que acompanham os setores populares".

O Padre Artola, da Irmandade de Santa Edwiges de Braz de Pina (RJ), disse que vem de um tipo de trabalho onde há muita pressa em se eliminar a miséria. "O papel das ONGs é colocar-se junto ao movimento popular, para que eles não fiquem completamente desassistidos. O projeto, o movimento é quem tem que definir".

Por outro lado, Maria José Jaime do Inesc, lembra que o papel das ONGs é o de prestar serviço ao movimento popular, "mas enquanto ONGs temos um papel de ator social. Há uma relação dialética onde além de prestarmos serviços, somos também propositores".

Para Zulu Araújo, do Grupo Olodum (BA), as ONGs devem navegar em águas mais práticas. E relata a experiência do trabalho do grupo: "O movimento Olodum existe num bairro pobre onde convivemos com a prostituição, tráfico de drogas, violência e fome. Dentro de tudo isso conseguimos organizar um trabalho com três vertentes: contra a discriminação racial, um trabalho social com uma escola para os meninos de rua e um trabalho cultural com música, dança e

*As ONGs  
devem, agora,  
sair da etapa histórica  
defensiva e partir para  
propostas de políticas  
públicas*

\* Jornalista e editora da FASE

## A miséria crescente está atingindo a todos os setores sociais e gerando um verdadeiro apartheid

teatro. Foi este trabalho cultural que nos deu dinheiro para sustentar as atividades sociais. Fomos, durante muito tempo, criticados por essa vertente culturalista. A vertente religiosa e a vertente socialista apontam para o futuro e o Olodum é uma preocupação de ser feliz aqui e agora”.

Por não terem sido criadas pelo governo, as ONGs podem servir de mediadoras entre a sociedade e o Estado e atuar nas transformações sociais. Francisco Oliveira, economista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap) expressou que “a característica da ONG revela algo novo. É saudável a perda de influência do estatismo que está ocorrendo no momento. Parte desse caminho foi realizado pelas ONGs”.

Para Cândido Grzybowski, do Instituto Brasileiro de Análises Sócio-Econômicas (Ibase), “a qualidade da ONG enquanto ator não está em representar alguém. A sua legitimação é dada enquanto expressão de interesses e problemas que existem na sociedade. A ONG é uma combinação de resgate da cidadania com o resgate da militância”.

### Miséria e violência

A miséria e a violência foram dois temas que permearam quase todas as falas durante as discussões. A miséria crescente está atingindo a todos os setores sociais e gerando um verdadeiro apartheid. Dois

fatos marcantes de violência, na época recente, foram amplamente discutidos: o massacre no presídio de Carandiru, em São Paulo, e os *arrastões* no Rio de Janeiro.

Chamou-se atenção para o fato de que os *arrastões* mobilizaram muito mais a opinião da classe média deixando em segundo plano a morte de mais de cem pessoas no presídio. Para Zulu Araujo, do Grupo Olodum (BA), a classe média se apavorou com o *arrastão* porque ele rompe com uma série de códigos e traz embutida a questão racial.

A discussão sobre os direitos humanos marcou um divisor de águas nas megalópoles entre aqueles que estão a favor da repressão violenta e indiscriminada, e os que estão contra. A violência e a miséria estão na ordem do dia em todos os estados do país. Portanto essa é uma discussão a ser enfrentada por toda a sociedade.

O professor Cristóvão Buarque, da Universidade de Brasília (UNB), analisou esses temas apontando as perspectivas para o futuro:



### Olodum é uma preocupação de ser feliz aqui e agora

“A meu ver, o *arrastão* da Zona Sul do Rio é a encruzilhada brasileira entre dois *arrastões*. O *arrastão* momentâneo, visto na televisão, em que os pobres ‘foram roubar’ os ricos. E o *arrastão* secular, onde, há pelo menos 60 anos, os ricos roubam os pobres. Não invadindo praias, porque os pobres não estão lá, mas através de uma política econômica que



## As grandes massas não têm mais esperança de que a miséria se resolva pelo processo tradicional

levou a uma concentração maior de recursos sob a forma de lucros do que sob a forma de salários. Através de subsídios (retirados da folha salarial da população) para a construção de habitações para as classes média e alta em vez de usar os recursos para as classes mais baixas, entre outras tantas distorções nas políticas públicas.

"Dois fatores permitem formar esse *arrastão* visível: um, a abertura democrática. Antes seriam todos fuzilados. Hoje, quando se fuzila, como no caso do massacre de Carandiru, há um processo democrático que reage (ONGs, imprensa, parlamento etc). Outro, é o fato de que as massas excluídas, ou perderam as esperanças ou descobriram que não tinham esperanças.

"Até há pouco tempo o país tinha esperança de que o processo de modernização seria capaz de absorver a maioria da população, levando o Brasil para o Primeiro Mundo. As grandes massas não têm mais esperança de que a miséria se resolva pelo processo tradicional, que é: investe-se, cria-se empregos, gera-se renda e com essa renda compram-se bens e serviços. Hoje temos dois caminhos pela frente. Um deles, já acontecendo, é o *apartheid* social. Cercar praias e prédios, condomínios fechados. Como na África do Sul, pode-se deixar algumas praias para os aparta-

dos. Mas como serão feitas as demais delimitações de espaço?

"Esse *apartheid* só não acontecerá se formos capazes de se antecipar e formular propostas que permitam atender de fato as necessidades da massa. E, também, se esta eliminação da miséria puder ser feita sem um custo tão alto que as minorias não a impeçam. Ou seja, se a perda dos níveis de consumo das classes médias e altas for menor do que o bem-estar que ela vai ganhar. É por aí que passa o ponto-chave da modernidade."

### Um novo conceito para desenvolvimento

Durante muito tempo a idéia de desenvolvimento esteve ligada à de crescimento econômico. Essa interpretação é uma das responsáveis pela pobreza e degradação ambiental que presenciamos hoje no Terceiro Mundo. Agora isso



## Podemos construir um conceito para desenvolvimento diferente daquele que o capital propõe

começa a mudar. Em países com índices de crescimento econômico bem mais baixos do que o do Brasil, a população usufrui, no entanto, de condições sociais bem melhores. É preciso, portanto, incorporar novos parâmetros para o conceito de desenvolvimento além do econômico e do ambiental.

É preciso pensar o homem em sua totalidade, ir além do político, do econômico e do social incluindo a sua espiritualidade e a questão cultural. Os depoimentos de Sílvio Cacciabava, da Polis, e do prof. Cristóvão Buarque apontam perspectivas para esse novo conceito de desenvolvimento.

"Podemos construir um conceito para desenvolvimento diferente daquele que o capital propõe. Desenvolvimento é um processo de superação das críticas condições de vida da maioria da população.

"Atualmente existe uma ofensiva de redução do papel do Estado na prestação de serviços básicos. E não existe a lei de livre concorrência. Por exemplo, 90% dos ônibus que rodam nas cidades são produzidos pela Mercedes Benz. O controle social sobre esses transportes é mínimo. A água em São Paulo é controlada pela Sabesp, que cobra tarifas e é a segunda maior empresa estatal em volume de recursos depois da Petrobrás. Isso é monopólio. Também na saúde e na educação vemos o esvaziamento do serviço



Everaldo Roena / Imagens da Terra

**Automóvel e avião são bens caros e inválveis para serem distribuídos entre toda a população. Para esses bens terem sucesso é necessário concentrar a renda.**

público. Não há livre mercado, é preciso desmistificar isso. Nas últimas décadas, de forma extremamente perversa, o serviço público foi privatizado. Não está em jogo o usuário, mas sim a rentabilidade.

“Precisamos tornar novamente esses serviços públicos. Aí se fala em recursos. E o que entendemos por recursos? A folha da mandioca por exemplo é um dos alimentos mais nutritivos de que dispomos e no entanto é jogada fora\*. Precisamos recuperar esses recursos que não estão sendo usados, com criatividade.

“O elemento fundamental que tem provocado as transformações sociais são

\* Nota da redação: À exceção do Estado do Pará, onde a folha da mandioca é utilizada no prato típico “maniçoba”: um cozido de folhas de mandioca e carne de porco.

os novos atores que se organizaram a partir da base da sociedade. Precisamos impulsionar esses novos atores a serem capazes de elaborar propostas para enfrentar essas questões. Como exemplo, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, que foi capaz de elaborar, ao longo dos anos, propostas apresentadas durante a Eco-92 e que hoje são uma referência mundial sobre a qualidade de vida urbana. Essas propostas são capazes de se transformar em novos parâmetros internacionais.”

*Sílvio Cacciabava, do Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - Polis*

“O Brasil já experimentou o avanço técnico como símbolo de modernidade e fracassou. Nunca tivemos uma distância tão grande entre os privilégios das classes ricas e a massa. Antigamente, o médico do rei

tinha os mesmos conhecimentos que o médico do povo. Hoje em dia a distância entre as medicinas utilizadas pelas diferentes classes é abismal.

“Foi um erro não subordinar o avanço técnico e a produção de riquezas à ética. Achava-se que a técnica era um bom fim em si. Riqueza e técnica não bastam mais. Acreditou-se que faríamos o bolo crescer e ele seria distribuído. É um equívoco. Automóvel e avião são bens caros demais e inválveis para serem distribuídos entre toda a população. Para esses bens terem sucesso é necessário concentrar a renda. E, presos de uma lógica de crescimento, não conseguimos pensar uma política eficiente de transporte público.

“A saída agora é inverter essa lógica. Subordinar a técnica às necessidades sociais. O acesso aos bens supérfluos é um problema de mercado, já o acesso aos

## *Partindo-se do princípio de que a sociedade está vivendo um colapso, poderá ser possível ganhar os setores empresariais para a proposta de inversão da lógica de desenvolvimento*

bens básicos é um problema social. Devemos gerar igualdade de acesso à saúde, à educação, ao transporte, à limpeza e a um pequeno pedaço de terra.

“Será preciso sacrificar renda para conseguir esse bem-estar social. Partindo-se do princípio de que a sociedade está vivendo um colapso, poderá ser possível ganhar os setores empresariais para esta proposta de inversão da lógica de desenvolvimento. As fábricas de automóveis continuariam a produzir, mas não mais modelos de passeio, e sim carros coletivos. As empresas de videocassete reorientariam a sua produção para as escolas.

“Os setores que ainda não estariam preparados para esta proposta seriam os banqueiros, os latifundiários e a classe média cujos interesses deverão ser sacrificados para aumentar o bem-estar. A cultura neoliberal pressupõe que se possa distribuir renda e que depois o mercado funcione. Mas poucos têm renda. O que precisamos distribuir é o consumo e aí, então, orientar a produção para criar esses bens. Para se viabilizar isso é preciso que as pessoas sintam que há um interesse comum.

“As ONGs brasileiras podem ter um papel importante na orientação dessa visão. O Brasil é a síntese do planeta, onde miséria e riqueza se combinam num só país. Daqui há alguns anos poderá ter *arrastão* em Cannes. Ou a Europa enfrenta isso ou terá que optar pela idéia antiquada de que há duas espécies de homens no planeta: os gregos e os bárbaros.”

*Cristóvão Buarque, da UNB*

# Indicações

Da Redação

## A Eco-92 e seus desdobramentos

Subsídios para discussão no Seminário da Associação Brasileira de ONGs em Outubro de 1992. Traz a contribuição de Maria das Dores Santos (SMDDH), Maria Ironi B. Cardoso (Cedac), Jorge Eduardo S. Durão (FASE), Sonia Correa (SOS Corpo), Átila Roque (Ibase), Miguel Darcy de Oliveira.

Onde encontrar:

ABONG

Rua Vicente de Souza, 24

Botafogo, Rio de Janeiro - RJ

Telefone: 286 2979

## A economia ecológica e o desenvolvimento sustentável

Herman E. Daly

Coleção textos para debate nº 34 AS-PTA - Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa

Um trabalho que tem por objetivo esclarecer o sentido e a abordagem da economia ecológica. Através de uma visão mais holística é possível trazer à tona o tradicionalmente desprezado problema da escala ótima da economia humana frente à ecossfera como um todo.

Onde encontrar:

AS-PTA Tel.: (021) 285 2998

## Agroecologia - as bases científicas da agricultura alternativa

Miguel A. Altieri

AS-PTA

Uma síntese simples da pesquisa sobre agrossistemas e tecnologias novas. É uma análise das propriedades rurais que trabalham de forma ecológica, com o objetivo de estabelecer as



bases científicas da agricultura alternativa.

Onde encontrar:

AS-PTA Tel.: (021) 285 2998

## Ecologia e política mundial

organização de Héctor R. Leis

FASE - AIRI/PUC-Rio

É um livro que polemiza com as posições predominantes no ecologis-

mo, marcando diferenças tanto com as vertentes do Norte como com alguns preconceitos do Sul, com a seguinte coletânea de textos: "Desordem global da biosfera e nova ordem internacional: o papel organizador do ecologismo" - Eduardo Viola e Héctor Leis; "Ecologia e soberania na Antártica ou o papel da questão ambiental como agente transformador da ordem internacional" - Héctor Leis; "Amazônia e Antártica: diagnósticos de segurança ecológica" - Clóvis Brigagão; "Assimetria dos interesses compartilhados: América Latina e a agenda global do meio ambiente" - Roberto Guimarães; "O nascimento da política verde no Brasil: fatores exógenos e endógenos" - José Augusto Pádua.

Onde encontrar:

FASE - (021) 285 2998

## Meio ambiente e desenvolvimento - uma visão das ONGs e dos movimentos sociais brasileiros

O relatório do fórum de ONGs brasileiras preparatório para a conferência da sociedade civil sobre meio ambiente e desenvolvimento expõe as discussões do fórum que giram em torno de três pontos centrais: diagnóstico profundo da origem da degradação ambiental e social; estabelecimen-

to de uma nova ordem econômica internacional em favor dos países pobres; estabelecimento de um modelo de desenvolvimento que privilegie as reformas agrárias e urbana e combine a manutenção do meio ambiente com a melhoria de vida do ser humano.

Onde encontrar:  
FASE - (021) 285 2998

### O desafio alimentar Norte-Sul

Bertrand Delpuech  
FASE/Editora Vozes

Neste livro o engenheiro agrônomo francês e militante de ONGs desenvolvimentistas, Bertrand Delpuech, nos convida a conhecer e compreender o desafio agrário alimentar, e a agir, mostrando caminhos alternativos.

Onde encontrar:  
FASE (021) 285 2998  
e nas livrarias da Editora Vozes

### A ética do desenvolvimento e as relações com saúde e ambiente

Organizadores: Maria do Carmo Leal, Paulo Sabroza, Rodolfo Rodriguez e Paulo Marchiori Buss.

Fundação Oswaldo Cruz - Escola Nacional de Saúde Pública

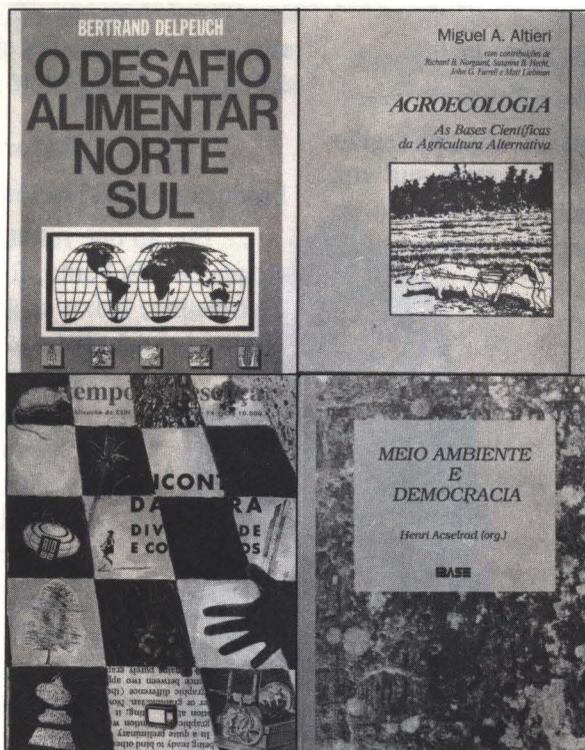
A análise das estreitas relações de interdependência entre saúde, ambiente e desenvolvimento e as propostas para o enfrentamento das distorções aí observadas são o objetivo central desta contribuição da Fiocruz à Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Onde encontrar:  
Fiocruz - (021) 590 3789 ramais 2001 e 2004

### Município, desenvolvimento e meio ambiente

Cleuler de Barros Loyola e  
Hélia Nacif Xavier  
Instituto Brasileiro de Administração Municipal - Ibam

São três artigos que abordam a questão do desenvolvimento e do meio ambiente do ponto de vista do papel potencial e real dos municípios brasileiros e das atividades e contribuição do Ibam a esse tema.



Onde encontrar:  
Ibam - Largo do Ibam, nº 1 Humaitá  
Rio de Janeiro RJ Tel.: (021) 266 6622

### Um mundo intolerável - o liberalismo em questão

René Dumont  
Editora Revan

René Dumont faz neste livro um balanço, apoiado em exemplos e números, das ameaças que pesam sobre o planeta. Dá também alguns conselhos pontuais ou mais gerais para

impedir uma catástrofe previsível e, sobretudo, encoraja os homens e as nações a ser responsáveis e solidários com o meio ambiente.

Onde encontrar:  
Editora Revan - (021) 263 0863

### Encontro da Terra - Diversidade e confrontos

Revista Tempo e Presença nº 265 - set/out 92

Cedi - Rua Santo Amaro, 129  
22221-230 Rio de Janeiro RJ  
Tel.: (021) 224 6713

### Uma chama na Amazônia

Jean-Pierre Leroy  
FASE/ Editora Vozes

Através da história dos lavradores e pescadores de Santarém e dos colonos da Transamazônica, o livro mostra como e por que conquistar o direito de participar da discussão e das decisões sobre o futuro da Amazônia.

Onde encontrar:  
FASE e nas livrarias da Editora Vozes

### Meio ambiente e democracia

Organização: Henri Acselrad  
Ibase

Neste livro, os pesquisadores do Ibase voltam sua atenção para a questão ecológica mostrando que, também neste assunto, a democracia é um problema central. Somente a mais ampla participação dos cidadãos em defesa do direito de sobrevivência pode mudar a atual situação. Esta é a lição deste livro.

Onde encontrar: Ibase - Rua Vicente de Souza, 29 - Botafogo - RJ - tel.: (021) 286-6161

## Indicações

●  
Da Redação

### **Amazônia somos nós**

Realização: FASE - Equipe Belém e Cepepo

Os agricultores e pescadores de Afuá, na região da foz do rio Amazonas no Pará, levantam sua voz como "povo da floresta", denunciando o modelo de desenvolvimento predatório que destrói o meio ambiente e os seus meios de vida.

*30 minutos VHS NTSC*

### **Desatando os nós**

Realização: FASE - Equipe Belém e Cepepo

Em 1991, a luta dos pequenos produtores (agricultores, pescadores e pequenos empresários) para assegurar a aplicação concreta da conquista popular na Constituição de 1988, do Fundo Nacional de Financiamento do Norte (FNO).

*25 minutos VHS NTSC*

### **Deserto verde**

Produção FASE - Equipe Vitória

Depoimentos de vários setores da sociedade civil que denunciam o crescente impacto ambiental no norte do Espírito Santo e extremo sul da Bahia com a implantação em grande escala de florestas de eucalipto destinadas à indústria de celulose, que tem na Aracruz Celulose o seu paradigma.

O vídeo aponta as conseqüências da substituição da mata nativa pela floresta de eucalipto desestruturando a agricultura, reduzindo a produção de alimentos, comprometendo os recursos hídricos, provocando a concentração fundiária e, em conseqüência, o êxodo

rural, a favelização das cidades e o aumento da miséria.  
*23 minutos VHS Pal-M*

### **Reforma urbana**

Produção FASE/Nacional - TVT Vídeo

Ficção que retrata as condições do migrante na cidade de São Paulo, formas de moradia, dificuldades de trabalho, baixo salário e especulação imobiliária. Mostra as conquistas do trabalhador na Constituinte, como o usucapião.

*45 minutos VHS NTSC*

### **A terra queima**

Direção: Geraldo Sarno

Trata da situação da terra no Brasil, enfocando a questão a partir do Nordeste. Demonstra que não foi o clima que produziu o Nordeste como problema, mas os senhores da terra.

*55 minutos VHS NTSC*

### **Juréia: santuário da Mata Atlântica**

Documentário sobre o equilíbrio ecológico, ameaçado em nome do progresso.

*8 minutos VHS NTSC*

### **Os trabalhadores e o desafio tecnológico**

Direção e Produção TVT

Discute a relação das inovações tecnológicas e as transformações da organização e condições de trabalho, com base na nova fase tecnológica nos países industrializados, na experiência da luta sindical italiana e no processo de introdução de novas tecnologias.

*26 minutos VHS NTSC*



## **Sobre a origem da riqueza**

Produção Dieese

Este programa, da videoteca do Dieese Nacional, levanta a discussão sobre a acumulação dos bens na sociedade.

*15 minutos VHS NTSC*

## **Carajás: palco de novas lutas ?**

Produção: FASE - Regional Norte/Cepepo

Documentário que resgata a histórica presença dos interesses estrangeiros sobre as riquezas do Brasil. Mostra ainda as lutas dos trabalhadores ferroviários, metalúrgicos e camponeses frente aos grandes projetos.

*40 minutos VHS NTSC*

## **O rio do mercúrio**

Direção: Zoli Scwrcz

Depois de anos de exploração pelo garimpo, a região de Serra Pelada encontra-se completamente perfurada e esgotada. Mesmo assim, centenas de homens vão em busca do eldorado, mas tudo o que encontram é miséria, doença e morte causadas pela contaminação do mercúrio.

*44 minutos VHS NTSC*

## **Dose diária aceitável**

Direção: Frederico Fullgraf

Documentário sobre a questão dos agrotóxicos no Brasil e no Terceiro Mundo, numa análise sócio-econômica e política.

*44 minutos VHS NTSC*

## **Mineração e desenvolvimento em áreas indígenas**

Direção: Celso Maldos

Produção: Núcleo de Cultura indígena - UNI

Os efeitos da mineração em áreas indígenas.  
*22 minutos U-matic NTSC*

## **Tá limpo**

Direção: Cristina Koenig

Produção: Época 10 Comunicações

Desenho animado onde o menino Pipoca e seu amigo Bico, um urubu, convivem diariamente com os problemas causados pela sujeira do bairro. Motivados por Bico e Pipoca os moradores passam a aproveitar o lixo e ainda encontram uma fonte de recursos para a comunidade.

*20 minutos VHS NTSC*

## **Rio nosso bem**

Direção: Claudius Ceccon e Tonico Amâncio

Produção : Cecip

Documentário sobre a questão ambiental do Rio de Janeiro dividido em quatro partes: patrimônio florestal; litoral, lagoas e baías; rio Paraíba e a cidade, o meio ambiente urbano.

*60 minutos VHS NTSC*

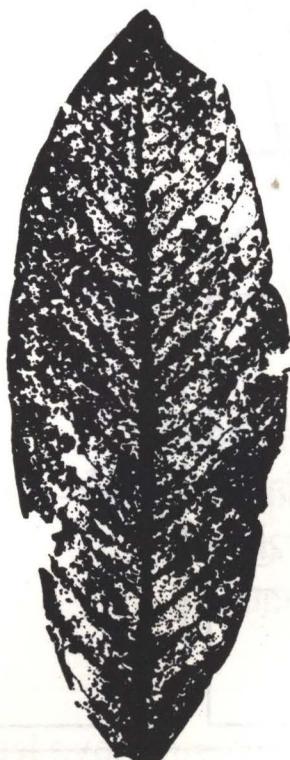
## **Morar: sonho ou realidade?**

Produção: FASE - setor audiovisual

O vídeo retrata a vida e a luta dos moradores de loteamentos clandestinos e irregulares do Rio de Janeiro.

*Todos estes vídeos são recomendados para animar reuniões e discussões sobre os variados temas . No Rio de Janeiro podem ser alugados a CR\$ 10 mil por dia ( fevereiro de 1993 ).*

*Os vídeos produzidos e co-produzidos pela FASE podem ser adquiridos mediante encomenda à FASE Nacional, Setor Audiovisual - Rua Bento Lisboa, 58, 4º andar tel.: (021) 285 2998. O preço de cada produção varia de CR\$ 110 mil à CR\$ 150 mil, acrescidos das despesas com o correio, caso sejam necessárias. Esses preços são válidos para o mês de fevereiro de 1993.*

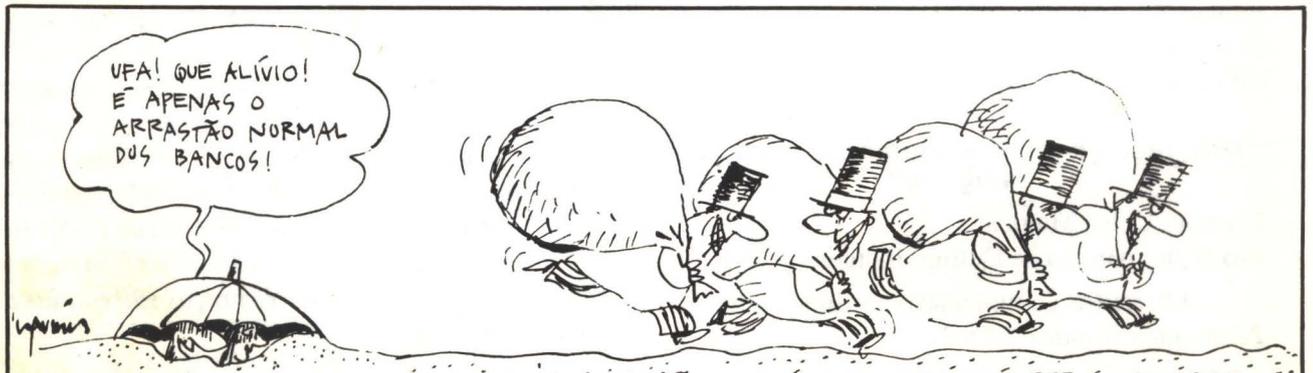


CYRILUS

MANHÃ DE SOL TRANQUILA NUMA PRAIA DO LITORAL BRASILEIRO - DE REPENTE, NÃO MAIS DO QUE DE REPENTE, UM GRITO:



# ARRASTÃO!



(EM 1992 O LUCRO DO BRASESCO FOI 228,9 MILHÕES DE DÓLARES E DO ITAÚ 223,6. DE 1987 ATÉ AGORA O BRASESCO ACUMULOU UM LUCRO DE 1,4 BILHÃO DE DÓLARES, O ITAÚ MAIS DE 1 BILHÃO, O UNIBANCO 315,4 MILHÕES, O BAMERINDUS 217,4 E O REAL 214,6 MILHÕES DE DÓLARES) VEJA 17.2.93



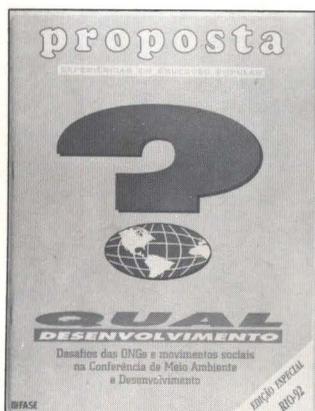
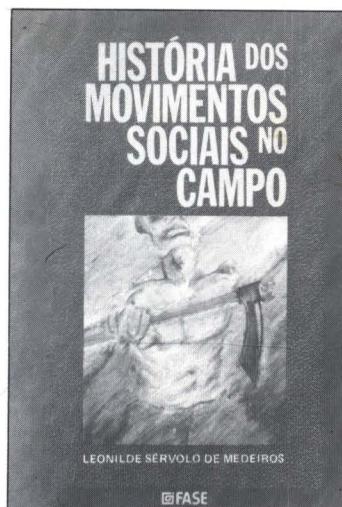
## Raízes da Fome

Democratização  
do Poder  
Local  
Uma Experiência no Araguaia



## O Cerco está se Fechando

História dos  
Movimentos  
Sociais no  
Campo



## Qual Desenvolvimento?

Desafios das ONGs e movimentos sociais  
na Conferência de Meio Ambiente  
e Desenvolvimento

Onde adquirir:  
FASE - Rua das Palmeiras, 90 - 22270-070 - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (021) 286-1598

## A revisão constitucional e os direitos de cidadania

**H**á quase cinco anos foi promulgada, pelo Congresso Constituinte, a primeira Constituição de nossa história que reconheceu o cidadão como um sujeito efetivo do processo político-institucional. Aparato legal que possibilitou o exercício da democracia de massas com o povo nas ruas, elegendo e destituindo um governante. Essa experiência democrática pode ter dado início a uma ruptura com a velha, mas ainda forte, tradição das elites dominantes de manipular, soberana e impunemente, a coisa pública a favor de seus interesses privados.

Mas a luta entre o velho e o novo, entre a autocracia conservadora e a democratização da vida social e política, encontra um campo privilegiado na revisão constitucional de outubro. Os conservadores do "centrão", apoiados por amplos segmentos das classes dominantes, articulam-se para "retirar da Constituição seus dispositivos contrários à tradição e ao livre mercado", ameaçando os modernos direitos sociais e políticos incorporados à Constituição de 88.

Renova-se, portanto, o debate sobre o processo de democratização da sociedade brasileira, a atual Constituição e os direitos de cidadania nela formalizados.

O próximo número da revista **Proposta** será dedicado a este tema, enfocando a revisão constitucional pela ótica da democratização e das reformas sociais. Pretende-se analisar as condições concretas da revisão constitucional e as reais possibilidades de intervenção da cidadania, sobretudo dos movimentos sociais, em seu processo decisório. Serão avaliadas a experiência da participação popular no processo institucional, as conquistas democráticas a serem preservadas frente às investidas do liberalismo neoconservador, bem como as possibilidades e os limites à objetivação de novos dispositivos democráticos, que amparem institucionalmente as transformações sociais no Brasil.